

A Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Jonas Correia Neto

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div Adailton Sampaio Pirassinunga

Cel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1966

EFETIVOS:

Cel Nilton Freixinho
Ten-Cel Togo Lobato
Maj Diógenes Vieira Silva

SUPLENTE:

Ten-Cel João Batista Baeta de Faria
Ten-Cel Julio de Padua Guimarães
Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Jonas Correia Neto

Redatores: Ten-Cel Francisco de França Guimarães

Ten-Cel Dávio Ribeiro de Faria

Maj Darino Castro Rebelo

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acôrdo com julgamento da Redação.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO LII	Rio de Janeiro, GB — Mai/Jun de 1966	Número 607
------------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em folha autorizada, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200

Atrasado Cr\$ 250

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

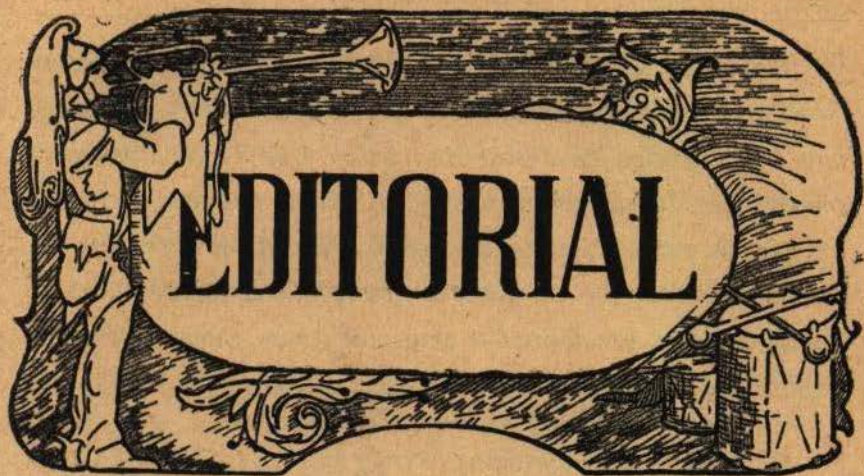
Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Batalha de Tuiuti — Cap Filadelfo R. Damasceno</i>	7
<i>Qualidades de um bom oficial de Estado-Maior — Maj Brig Philip Haynes (Trad. Maj Brig Godofredo Vidal..</i>	13
<i>Granjas Militares — Cel Vet Estêvão Corrêa Filho</i>	19
<i>Rondon entrevistado — Cel R. Massena</i>	27
<i>Alguns aspectos da guerra contra os holandeses — Ten-Cel Moraes Rêgo</i>	39
<i>Si vis pacem para bellum — Dr. Antonio Marques</i>	63
<i>Uma nova técnica de comando? — Ten-Cel Germano S. Vidal</i>	77
<i>O Salão de Honra — Ten-Cel G. Figueiredo de Castro</i>	83
<i>Operação Centelha — Ten-Cel Estélio Dantas</i>	87
<i>Um programa de Relações Públicas — A Investigação — A. I. Bolaño — (Trad. Ten-Cel Paulo Gaúcho)</i>	95
<i>Norad — Cap Luiz Paulo M. Carvalho</i>	103
<i>Marinha do Brasil (homenagem)</i>	111
<i>Batalha Naval do Riachuelo — Ten-Cel H. d'Aguiar</i>	113
<i>A Marinha na Bacia Amazônica — CMG Eugênio Marques R. Frazão</i>	135
<i>Minagem na Marinha Brasileira — Cap-Ten Ricardo Amorim</i>	147
<i>Guerra e Paz — CC (FN) Dalmo Honaiser</i>	159
<i>GBOEx (maior união entre civis e militares)</i>	166



O culto da Tradição é indispensável à boa formação cívica de um povo; por outro lado, constitui-se em dever dêsse mesmo povo preservá-lo, eis que as tradições são baseadas em fatos relevantes, cujos resultados se projetam ao futuro do país, e em atos dignificantes, que tornam seus principais figurantes credores do louvor e da gratidão dos concidadãos.

Com a consagração de feitos e de homens, que a tenham merecido, vai-se formando uma tradição, de fundo patriótico, que importa seja conservada, esclarecida, difundida, respeitada.

O Brasil cuida carinhosamente das suas tradições; e é particularmente nas Fôrças Armadas onde se reconhece nelas um cunho de patrimônio inalienável, uma idéia de elevação, um sentido de exemplo, uma concepção de mensagem, uma condição imanente da própria fortaleza moral dessas Fôrças.

Do nosso notável passado de lutas internas e externas — destas principalmente, desde o Prata à Itália — guardamos a lembrança de destacados feitos e de esplêndidas personalidades. Guardamos também, como testemunho eloquente de certas épocas de dores e de glórias, troféus de variada natureza e de diversa procedência; entre êles, os tomados pelos brasileiros a seus eventuais adversários, em pugnas leais, dignas de ambos os contendores.

Os troféus são símbolos. Vivificam as tradições. Tê-los e apreciá-los, como que infunde maior autenticidade ao mais veraz relato. Venerá-los não fará jamais que sirvam de incitamento, de instigação para que se procurem repetir sucessos como aquêles aos quais se referem; ao contrário — êles assinalam um período já vivido, que, sendo embora motivo de orgulho e de honra, agora apenas traduz-se em experiência, estímulo, confiança no porvir.

* * *

RIACHUELO e TUIUTI são dois marcos fulgurantes na constelação das efemérides pátrias. Incorporaram-se às nossas melhores tradições e juntaram inúmeros troféus aos tantos que já possuíamos, e que iríamos possuir.

— A grande vitória naval, — vitória inteirinha brasileira! — assegurou à nossa Esquadra o completo domínio fluvial, que ela iria manter e ampliar. E, para gáudio nosso e maior motivo de entrelaçamento das Fôrças de Terra e do Mar, ali estiveram presentes, e participaram valentemente da refrega, chefes e tropas do Exército.

— O triunfo conquistado na maior batalha campal do continente possibilitou a permanência das Armas aliadas em Tuiuti, de onde depois haveriam de se deslocar para o norte, em busca da decisão final da guerra, que obteriam com o mesmo valor e o mesmo desprendimento, e com acentuado espírito de solidariedade humana.

* * *

Citar alguns poucos nomes de Heróis, nessas batalhas, seria quase uma injustiça para com todos os outros bravos. Todavia, ao omitir-lhes os nomes, curvamo-nos reverentes à sua memória e, gratos às maravilhosas epopéias que nos legaram, preferimos simbolizá-los reunidos em duas expressões:

— IMPERIAL MARINHEIRO

— SOLDADO DO BRASIL

A esta chamada sentimental, eles responderão:

— “presente” !



BATALHA DE TUIUTI

FILADELFO REIS DAMASCENO
CAP. INF.

INTRODUÇÃO

Era o dia 24 de maio de 1866 e o ataque dos aliados fôra combinado para o dia imediato em homenagem à data da independência argentina. Lopez, no entanto, sabedor da intenção de seus inimigos, abandonou a idéia de esperá-los na defensiva e concebeu um plano bastante ousado, fundado na surpresa: — atacaria com três colunas assim distribuídas: Diaz, com 9.000 homens, tentaria romper o centro do dispositivo adversário; simultâneamente, Resquin, com 6.300 homens, pela direita, e Barrios, com 8.700 homens, pela esquerda, deveriam fazer o duplo envolvimento das alas e reunirem-se, após, na retaguarda dos aliados, a fim de cortar-lhes a retirada.

O ataque seria às 9 horas da manhã mas a travessia até o Potreiro Pires pelas tropas de Barrios foi muito retardada pela espessa vegetação, o terrível carriçal obrigando os infantes a progredir em coluna por um e os cavalarianos, a pé, puxando os seus corcéis. Sômente às 11h 30m, alcançada a posição prevista no plano, Barrios solta um foguete à-Convencione e Diaz responde ao aviso com um tiro de canhão 68, o sinal convenção pelos paraguaios para o início do ataque.

PELO FLANCO DIREITO

Pelo flanco direito, Resquin comanda a primeira arremetida, protegido pelos palmares da região. Investe com fúria sôbre o "saliente" argentino tentando envolvê-lo e recalca em desordem a cavalaria correntina, quase tôda a pé. Quando o pânico começava a dominar os platinos, intervem a cavalaria de Hornos que consegue, por alguns instantes, dominar a situação. Os paraguaios insistem em se apoderar daquêle flanco e as cargas se sucedem, cada vez mais poderosas. Os portenhos cedem terreno, a situação é alarmante para os nossos amigos argentinos, quando a oportuna intervenção do 1º Corpo Argentino, de Paunero, vem deter e, afinal, repelir o ataque de Resquin, fazendo-o retroceder para as matas de onde surgira. Aborta, dêsse modo, a conquista do setor, graças também ao esforço do 2º Corpo Argentino, de Emilio Mitre, que sustentou a duras penas a zona que lhe cabia defender.

PELO CENTRO DO DISPOSITIVO

Pelo centro, surgem os primeiros cavalarianos provocando um momentâneo pânico e o imprevisto da investida faz com que levem de roldão os batalhões orientais "Independência" e "Libertad" e o piquete avançado de cavalaria, que não tiveram tempo sequer de entrar em forma. A avalanche continua devastadora, recalçando os aliados, forçando o 41º de voluntários brasileiros a recuar sobre as baterias uruguaias. Marcó obriga Flores a retroceder sobre a Divisão de Sampaio, que o acolhe, enquanto Vitorino Monteiro vem em socorro com alguns batalhões de sua 6.ª Divisão, detendo, por minutos, o avanço guarani.

Os paraguaiois voltam-se, de repente, para a esquerda e a cavalaria de Diaz, reforçada por elementos de Barrios e Resquin, avança sobre o 1º Regimento de Artilharia a Cavallo. Mallet, porém, com a providência dos grandes chefes, contruira desde o dia 20 um largo e extenso fosso à frente de suas posições e ocultara atrás dele 30 conhões, comuflados por linhas de abatizes. É o que vem salvar a difícil situação, pois nesse fosso vão morrer as arremetidas paraguaias sob o fogo de flanco. As tropas de Marcó aproximam-se da posição com fúria, mas são destroçadas rapidamente, a menos de 200 metros, retrocedendo ou sucumbindo ante o fuzilar incessante dos brasileiros. — "Por aqui não entram..." — exclama Mallet orgulhoso.

Depois, num êxtase de bravura, anima os seus homens para apressar o aniquilamento das vagas invasoras, que se sucedem ininterruptas: — "Fogo de horror, fogo à revólver!".

Não resistindo por mais tempo à intensidade dos fogos despejados pelos nossos canhões, os esquadrões de Valiente e Aguiar recuam para desaparecer na direção de Jataiti-Corá em desabalada carreira.

Ante o insucesso da vanguarda, Diaz retoma o ataque pela esquerda do primeiro escalão e, por uma brecha feita nas matas vizinhas, investe com nove batalhões de infantaria em formação cerrada, tentando introduzir uma cunha na posição inimiga. O momento é muito grave para os aliados, "o ponto nevrálgico da batalha", o fiel da vitória pendendo para o lado guarani.

É nessa ocasião de supremo desespero que se destaca a figura de Sampaio, o valente brigadeiro cearense, para impedir a consumação da genial manobra de Diaz. O "Patrão da Infantaria" mandou a sua 3ª Divisão, a "Encouraçada", considerada por todos a elite do exército, "estender linhas e avançar" e, logo em seguida, "fazer frente à esquerda".

A luta assume épicas proporções. Sampaio comanda a reação contra-atacando o inimigo que recua até a mata para retornar furioso, retomando o terreno palmo a palmo. A "Encouraçada" suporta com denodo as investidas cruéis do grosso de Diaz que, com quase dez mil homens, tenta, a todo custo, a ruptura do dispositivo central dos aliados...

Montado em seu corcel, impecável no uniforme de general, bordado a ouro, Sampaio simboliza a resistência brasileira, impressionando pelos rasgos de bravura pessoal à frente de seus homens e pela presteza e perfeição com que conduz as suas unidades para acudir os pontos críticos da posição.

Um oficial paraguaio, vendo-o a magnetizar os seus homens pelo exemplo, fanatizando-os na conquista do triunfo, aponta a sua arma para o bravo brigadeiro, alveja-o, mas o primeiro disparo vai atingir o seu fiel cavalo. Sampaio desmonta e, a pé, prossegue na primeira linha, conduzindo a vanguarda, espada agitada no ar, ordenando sem cessar:

— “Avança!... Mata!... Avança!... Mata!...”

“A sua espada tem a lâmina partida por um projétil, mas ele recebe a espada do Alferes Oliveira, que lhe oferece dizendo:

— “É a espada de um inferior, senhor general, mas é uma espada brasileira.”

Sampaio fita-o comovido e responde-lhe, paternal e amigo:

— “Obrigado, meu Alferes Oliveira, vamos acabar com estes cambas.”

Em seguida, o bravo “Vanguardeiro” (*) é ferido no peito e, ao se voltar, recebe um segundo tiro que o fere nos omoplatas. O oficial guarani que o atinge exclama jubilosamente com o seu sucesso:

— “Matei o general brasileiro!”

Imediatamente o valente comandante foi vingado pelos seus soldados, pois o seu agressor tombou sem vida, com um tiro na bôca. Osório, sabedor dos ferimentos de seu heróico comandante de Divisão, manda saber, por um ajudante de ordens, do seu estado de saúde. Sampaio responde sereno, com a dignidade que o momento exigia:

— “Diga ao General que estou cumprindo o meu dever mas, como já recebi dois ferimentos e estou perdendo muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir.”

Quando o ajudante de ordens vai se retirando, Sampaio recebe outro ferimento e, voltando-se para o oficial, acrescenta:

— “Diga ao General que este é o terceiro ferimento”.

Substitui a Sampaio o Coronel Jacinto Machado Bittencourt, competente, digno e bravo, mas a retirada do chefe idolatrado, ferido, exangue, quase morto no dia do seu aniversário, causa certo desânimo

(*) “Vanguardeiro” é epíteto há muito consagrado a Andrade Neves, que também é chamado de “Bravo dos Bravos”. Mas Sampaio, sem dúvida, foi um Vanguardeiro! Sugerimos ao autor, que é oficial estudioso e entusiasmado, um trabalho sobre os cognomes honrosos com que foram premiados os nossos heróis militares... (N.R.).

entre os seus soldados. Diaz revela-se mais uma vez, nesse momento, general de grande competência e, explorando o instante psicológico, prossegue notável no ataque tentando, num esforço titânico, envolver a nossa esquerda para surgir na retaguarda e fechá-la, cortando a retirada.

A situação apresenta-se gravíssima para a Tríplice Aliança. Osório compreende a extensão do perigo e resolve empregar as suas reservas, opondo ao inimigo as divisões Argôlo e Guilherme de Sousa. Argôlo, sábio general, coloca as suas tropas em "linha frente à esquerda", o que fez com que se formassem dois "martelos táticos", espécie de tenalha que vai deter e reduzir a cunha paraguaia, neutralizando o ataque. Não houvesse Lopez negado os reforços solicitados por seu competente general Diaz, nesse momento, e se empregasse as suas vastas reservas, talvez fôsse outro o resultado da luta em Tuiuti...

PELO FLANCO ESQUERDO

Pelo flanco esquerdo, Barrios tenta cumprir a sua missão: atacar violentamente o flanco, cortar a retaguarda e reunir-se a Resquin para estabelecer o duplo envolvimento do plano. A cavalaria margeia a Lagoa Pires e a Infantaria segue em frente, direta, rompendo a região boscosa a machado e a sabre para desembocar no Potreiro Pires, onde, surgindo inopinadamente, ataca a Brigada Neto que é obrigada a retroceder.

Osório, no entanto, com a providência dos iluminados, convergira para o local diversas unidades de José Luís Mena Barreto, a quem entrega a defesa do flanco, dando-lhe em apoio um batalhão e uma bateria de Artilharia a pé, Barrios insiste na direção Norte-Sul, procurando atingir a retaguarda e a luta torna-se terrível ante a reação de Mena Barreto, que teima em manter a posse do terreno a todo custo.

Quando mais difícil é a situação para os aliados, o bravo chefe farroupilha Souza Neto põe em prática um golpe de audácia: reúne todos os oficiais montados em um só esquadrão e carrega impetuosamente contra a cavalaria guarani que sai da bocaina em busca do Potreiro Pires. Os homens de Barrios julgam que se trata de um regimento inteiro e, na fuga que empreendem, confundem-se com os elementos de Diaz, malogrando dêsse modo a investida contra o flanco esquerdo.

Após cinco horas de mortífera luta, a vitória da Tríplice Aliança começava a prenunciar-se. O Tenente Washington Lemos, moribundo, conformationado com a morte, exclama, dominado por um fervor patriótico: — "Não importa que eu morra, se a Vitória é nossa".

Muitos soldados, gravemente feridos, gritavam a passagem do seu Chefe: — "Viva o General Osório! Viva Osório!".

O Patrono da Cavalaria, iluminado pela vitória, conclamava, exortava, ordenava: — "Para a frente! Viva o Brasil! Avante!".

O General Salustiano Jerônimo dos Reis comandava cargas impetuosas contra o inimigo, quando vêm comunicar-lhe que o seu filho querido, o Alferes Salu, acaba de morrer atingido por uma bala inimiga. O destemido chefe continuou a pelejar com o mesmo empenho e declarou: — “Morreu defendendo a Pátria. Teve um fim nobre e feliz.”

O Corneteiro João José de Jesus é ferido por uma bala mas quer continuar na sua missão e pede a um companheiro ao seu lado: — “Camarada, apanhe a minha corneta e dê-ma que a bala me quebrou o braço.”

Prosegue tocando até que novo disparo o atinge:

— “Camarada, desta vez é a perna que os malvados me quebraram... Encoste-me àquele montão de mortos, pelo amor de Deus.”

A corneta prossegue animando os brasileiros e Osório, que a tudo assistira, volta-se para um ajudante de ordens e determina:

— “Tome nota, Capitão, para a Ordem do Dia do Exército.”

Ao cair da tarde a sorte da batalha decidia-se em favor dos aliados, graças à atuação soberba de Osório. O “Legendário” foi o arquiteto maravilhoso desse triunfo que teve em Sampaio, Mallet, Argôlo, Mena Barreto e Paunero, as pilastras mestras da grande conquista, as razões da vitória espetacular.

CONCLUSÕES

Em Tuiuti, o Marquês do Herval revelou-se um perfeito Comandante Tático, magistral condutor de batalhas. Audaz, contagiou a tropa pelos exemplos de bravura; hábil, empregou com precisão as suas divisões; judicioso e comedido, guardou as reservas para empregá-las no local e no momento oportunos. Foi o seu discernimento no perigo, a sua presença nos momentos difíceis e, algumas vezes, a sua intervenção pessoal na batalha, as causas maiores da nossa mais estrondosa vitória terrestre, justificando, plenamente, a frase lapidar de Lôbo Viana: “Tuiuti é Osório, — Osório é Tuiuti.”

Tuiuti foi uma vitória muito significativa pois permitiu à Tríplice Aliança estabelecer no local conquistado uma “base de operações”, ponto de partida dos aliados para os avanços posteriores.

Logo após a maior batalha campal da América do Sul, os aliados passam da “guerra de movimento” que empreendiam à “guerra de posição”, quando tentariam sem êxito ações frontais contra posições fortemente organizadas do inimigo, até que Caxias assume o comando das operações e, através das marchas de flanco, consegue conquistá-las.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o Sr. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não sòmente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

QUALIDADES DE UM BOM QFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Maj-Brig PHILIP HAYNES (USA)
Comandante do 3º Corpo de Serviços

*Tradução do Maj-Brig GODO-
FREDO VIDAL (ex-Instrutor
das Escolas de Comando e Es-
tado-Maior do Exército e da Ae-
ronáutica).*

A II guerra diferiu de tôdas as outras. Foi, por assim dizer, a primeira GUERRA DE PROFUNDIDADE. Tôdas as outras tinham sido GUERRAS LINEARES, mais ou menos, porém sem limites na profundidade em que estivemos combatendo ontem, porquanto o tempo e o espaço quase que desapareceram totalmente.

Os oficiais em comando tinham de encarar essa situação. Os fatos se sucediam com muito maior rapidez nesta guerra passada, e o oficial em comando tinha de achar uma solução rapidamente e aplicá-la imediatamente. As decisões precisavam ser tomadas, e não havia tempo a perder na escolha de soluções "ideais". As coisas passavam-se com incrível rapidez .

Para que se possa ocupar, com eficiência, o lugar de oficial de Estado-Maior é preciso evitar adquirir, ou dever eliminar, os modos pessoais ou de caráter que fixem certos atributos indesejáveis. Da mesma forma, deve-se possuir ou adquirir um certo número de qualidades, sem as quais não se pode ser considerado um bom oficial de Estado-Maior.

Três atributos existem que são completamente INDESEJÁVEIS em um oficial de Estado-Maior.

O primeiro, e talvez o pior que um oficial pode possuir, é o de se tornar um homem do "sim". Nenhum general comandante quer ter a seu lado um homem do "SIM". Que valor tem um homem que diz: "Eu me sinto satisfeito em dizer aquilo que o meu Comandante quer que eu diga". Não. Se entretanto, êle dissesse para si mesmo: "Eu me sinto satisfeito com o que o meu Comandante, conhecedor do seu metier, quer" e procurasse trabalhar de acôrdo com essa resposta, assim as coisas estariam mudadas.

A função de um oficial de Estado-Maior é auxiliar seu Comandante, executar os pormenores, e aconselhá-lo para uma decisão que mais se imponha à situação.

O segundo atributo indesejável é ser um oficial do "ninguém pode ou sabe fazê-lo". Se há alguma coisa que mais aborreça um Comandante é ver entrar um oficial de seu Estado-Maior e dizer que "isso não pode ser feito" ou "aquilo não se pode fazer".

Há milhares de razões pelas quais uma coisa não pode ser feita; o que o Comandante precisa é uma razão porque "uma coisa pode ser feita". Um oficial de Estado-Maior não pode dirigir-se ao Comandante para dizer-lhe que o Comando-Geral, deseja não pode ser feito. Ele deve achar uma solução. Isso é o que se chama ser auxiliar.

O terceiro atributo mais indesejável que um oficial de Estado-Maior pode possuir é a **DESLEALDADE**. Não se pode conceber que um homem seja um soldado e que seja desleal. Da mesma forma, não é concebível que um oficial de Estado-Maior possa guardar, em seu íntimo, qualquer sentimento de deslealdade para seu Comandante. Uma vez tomada uma decisão, o oficial de Estado-Maior executa-a de todo o coração e com toda a lealdade. Isso torna-se fundamental e é o que chamamos a "disciplina intelectual".

E agora, que **QUALIDADES** deve possuir um bom oficial de Estado-Maior? Primeiro que tudo, ele é um soldado, o que significa que deve possuir os cinco elementos inerentes a um bom soldado: **DETERMINAÇÃO; VONTADE DE FAZER E DE VENCER; CAPACIDADE E TREINAMENTO COMPLETO; BOA DISCIPLINA; DISPOSIÇÃO FÍSICA; e LEALDADE**. Se faltar algum desses predicados, o resultado altera o conceito de um bom soldado. Como bom soldado, o bom oficial de Estado-Maior precisa ser **COMPETENTE, TER TATO, DIPLOMACIA, SENSO COMUM** e um **BOM DISCERNIMENTO**.

Um oficial de Estado-Maior trabalha em três planos: **PLANEJA PARA O FUTURO, EXECUTA NO PRESENTE e APOÍIA-SE NO PASSADO**. Desses três, o mais difícil é "**APOIAR-SE NO PASSADO**".

Nós, humanos, somos feitos de tal maneira que nos lançamos no futuro e, desde que esse futuro se materializa, lançamo-nos logo à frente. Esquecemo-nos do que se passa atrás de nós. Os oficiais de Estado-Maior não devem pensar, portanto, que uma missão será cumprida apenas porque uma ordem foi dada nesse sentido. É preciso avançar além dela. Se o oficial de Estado-Maior constitui, ele só, uma seção, ele pode, sozinho, planejar para o futuro, executar e apoiar-se no passado. Se há mais de um homem na seção, será preciso haver organização, coordenação e acompanhamento do plano.

O Comandante bem orientado sabe que uma das melhores maneiras para se disporem os problemas pertinentes a certas seções de Estado-Maior é ventilá-los e pedir informações (pareceres) para de-

pois se valer das associações dessas informações, nas reuniões do Estado-Maior. Sem pensar mesmo, uns e outros expõem seus problemas. Aquilo que parece ser um tanto difícil para certos oficiais, nenhuma dificuldade oferece para outros, porque Jones já o resolveu dessa ou daquela forma, e o Estado-Maior vê como Jones o resolveu. O mais importante é que um oficial de Estado-Maior deve lembrar-se que nessas reuniões ele deve "dar", — dar os seus problemas e dar sua assistência aos problemas dos outros. Muitas vezes diversos oficiais se reúnem, o grupo espera ouvir alguém dizer alguma coisa sobre os vários problemas e oferecer a sua assistência e ficam os oficiais sentados, sem dizer uma palavra. Um oficial de Estado-Maior nenhuma conclusão pode esperar de semelhante reunião, sem que ele coloque nela qualquer coisa. Todos possuem o mesmo pensamento e propósito, vencer a guerra. O problema de um não pertence a ele só, pertence a todos do grupo, e, ainda mais, a todo o Exército, porquanto ele representa uma das pedras na conduta da guerra. Dessa forma, quando um oficial de Estado-Maior sai de uma dessas reuniões, deve sair convicto de que deu tudo que lhe era possível dar.

Muitas vezes, um oficial de Estado-Maior deixa uma reunião de Comando sem ter clareado um ponto qualquer que se tinha em vista. Invariavelmente, quando isso acontece, a primeira ocorrência que se dá é frente ao ponto que não foi clareado. Se houver alguma coisa que o oficial não consiga compreender, deve imediatamente perguntar. Nunca um oficial de Estado-Maior deve sair de uma reunião se existir em sua consciência algum ponto que esteja duvidoso.

Outra coisa que deve existir na mentalidade de todos os oficiais de Estado-Maior é a resposta por escrito. Todos esses oficiais estão experimentando ou recebendo ordens para apresentação, dentro de algumas horas talvez, de relatórios e qualquer deles, em uma ou em outra ocasião, já teve oportunidade de dizer para si mesmo que aquilo não poderia ser feito. Porém, a coisa "deve" ser feita e "será" feita, — não com uma solução "ideal", porém com uma solução, e é isso que é preciso. Os relatórios devem se alongar apenas o necessário para a apresentação da informação pedida. Qualquer um pode escrever um vasto relatório, porém, quem tem tempo para lê-lo e fixar os pontos importantes escondidos dentro de uma enorme verborragia?

Fazer um relatório conciso e completo, exige energia e inspiração da parte de quem o faz, porém poupa tempo ao grupo. O tempo de sobra de um oficial de Estado-Maior será bem despendido se o for em proveito do próprio Estado-Maior. Nada mais deve ser escrito senão aquilo que exatamente é necessário para um relatório completo.

Mais cedo ou mais tarde, o jovem oficial de Estado-Maior passa do estágio de oficial de Estado-Maior para oficial em Comando ou

Chefe de Seção e aí, então, precisa possuir algumas outras qualidades adicionais. Na qualidade de Chefe de Seção, como vai ele empregar seus oficiais de Estado-Maior? O que se torna de importância para o ponto de vista de um Comandante?

Uma coisa, acima de todas, é possuir a habilidade de distribuir uma tarefa para um determinado oficial; dizer-lhe o que é preciso — os resultados — os objetivos e depois, deixá-lo agir sozinho. Mantê-lo só. Muitos Chefes de Seções costumam andar atrás de seus oficiais de Estado-Maior, perguntando-lhes: O que há sobre isto...? O que há sobre aquilo...? O que há sobre aquilo outro...? Intimamente, qualquer de seus oficiais não pode deixar de ter um certo ressentimento; e, provavelmente, qualquer deles estará pensando: "Eu, sei fazer o trabalho. Eu sei o que devo fazer se me deixarem só". Quando o oficial de Estado-Maior chega ao posto de Chefe de Seção, ele deve se lembrar, quando der uma tarefa ao seu subordinado, de dar-lhe as ferramentas, com as quais ele deve trabalhar e, depois, deixá-lo só; se o oficial precisa de auxílio e conselho deve então dar-lhe. Isso é fundamental.

Outra coisa necessária na Chefia das Seções, especialmente sob o ponto de vista das unidades de Serviços do Exército, é a habilidade de descentralizar (distribuir). Não é possível, nem viável concentrar ou enfiar tudo nas próprias mãos, porquanto as coisas se passam muito rapidamente; há pormenores excessivos para o oficial Chefe de Seção, para que ele os resolva sozinho. Deve, portanto, distribuí-los. Em qualquer problema particular, o oficial Chefe de Seção indica o oficial que precisa para o serviço e não procura, ele próprio, resolvê-lo. Muitos Chefes de Seção têm-se perdido, nestes últimos anos, por querer chamar tudo a si. Aborrece-se, possivelmente por não estarem certos de encontrar um homem indicado para o trabalho e por saberem ser responsáveis pelo resultado e por temerem não sair direito de outra forma. O oficial Chefe de Seção não pode, portanto, delegar a responsabilidade, porém, pode delegar certas fases de seu trabalho para que sejam feitas por outrem. Se o oficial não fizer tudo, muito bem o fará se fizer o melhor que for possível. Na próxima vez, certamente, ele agirá melhor e mais rapidamente justamente porque as coisas se sucedem com rapidez. O que se costumava fazer em duas semanas tem de ser feito agora em duas horas. O Chefe de Seção precisa pensar nisso e considerar o assunto. É absolutamente importante.

Facemos um resumo dos pontos mais interessantes.

— Primeiro, os atributos indesejáveis para um oficial de Estado-Maior:

* Não ser um homem do "sim". Auxilia, aconselha e executa os pormenores.

* Não ser um homem do "ninguém pode ou sabe fazer". Esforça-se por fazê-lo. Acha um meio de ser possível; dá uma solução...

* Não esquecer a lealdade absoluta. — Quando o Comandante tomar uma decisão sobre um assunto qualquer, executá-la com a melhor boa vontade e apoio leal.

— Um bom oficial de Estado-Maior é um bom soldado; possui a DETERMINAÇÃO E A VONTADE DE EXECUTAR E DE VENCER; É BEM TREINADO, BEM DISCIPLINADO, FÍSICAMENTE DISPOSTO E LEAL. Além disso, possui CONHECIMENTO, TATO, DIPLOMACIA, SENSO COMUM E BOM DISCERNIMENTO.

— Em sua função, o oficial de Estado-Maior faz planos para o futuro, executa no presente e apóia-se no passado.

— Ele dá o melhor que pode de seu tempo e de seu talento, em benefício do conjunto. Em uma reunião, ele apresenta seus problemas e oferece auxílio e assistência para os dos outros membros do Estado-Maior.

— Passando do estágio de EM para Chefe de Seção, esse oficial deve adquirir ainda outras qualidades. Deve estar apto a entregar um serviço a um de seus oficiais, dizendo-lhe o que deseja e deixá-lo só, depois, para que ele execute o serviço. Deve estar apto a bem distribuir o serviço pelos seus auxiliares.

Um oficial que evita os caracteres indesejáveis e desenvolve suas boas qualidades, mencionadas acima, será um BOM OFICIAL DE ESTADO-MAIOR.

EM FACE DO COMUNISMO — 1

(Nota da Redação)

"EM GUARDA! (Contra o Comunismo)" foi o primeiro livro editado pela Biblioteca Militar (vol. I, 1938), em sua nova fase, na Coleção C (Obras de Educação); livro "ditado pelo momento histórico que atravessamos" (recém-saíramos do golpe vermelho de 27 de Nov de 37) e que foi "um brado de consciência, espontâneo, partido de várias bocas, emitido em vários idiomas", com a característica de que "os que nêle colaboraram nem sabiam que suas palavras seriam um dia reunidas em volume e lançadas à publicidade".

Relendo essa coletânea, deparamo-nos com um estudo de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), sob o título em epígrafe. Não vamos transcrever suas dez fôlhas, mas apresentaremos excertos do que nelas se contém, considerando a oportunidade do tema, a justeza dos conceitos e o nome da pessoa que os emitiu.

É o que se lerá nas páginas 26, 37, 62, 76 e 82.

NOSSO APÊLO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e nô-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

GRANJAS MILITARES

ESTEVAO A. CORRÊA FILHO
Cel Vet (QEMA)

Uma das atividades inerentes aos Veterinários militares é a referente à produção agropecuária.

Não deixa, entretanto, de ser tão relevante quanto às demais, que o Serviço de Veterinária desempenha nos trabalhos de inspeção de alimentos e preservação da saúde dos animais.

Embora tenham caráter particularmente peculiar ao Exército Brasileiro desenvolvendo-se à medida de suas necessidades, as Granjas atingiram a tal volume que constituem hoje empreendimentos dignos de serem estudados e ampliados.

A partir de 1948, as Granjas passaram a funcionar legalmente, com a aprovação das instruções para a organização de Granjas, nos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares, e foram tomando desenvolvimento cada vez mais acentuando.

Várias Granjas existiram em época anterior a essas instruções e até mesmo foram oficializadas, tais como, a Granja Santa Maria, da Academia Militar das Agulhas Negras, organizada pela portaria 7.998, de 21 de março de 1945, a Granja S. Antonio, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e muitas outras.

ORGANIZAÇÃO

A diretiva para a organização de Granjas nos Corpos e Estabelecimentos Militares prescrevia em linhas gerais as seguintes medidas :

- a) autorizava a organização de Granjas nas Unidades Administrativas que possuíssem internada ou área própria ou arrendada;
- b) estipulava que os preços dos produtos seriam tabelados pelo Agente Diretor, mediante entendimentos com o Encarregado da Granja;
- c) determinava que a Granja seria subordinada tecnicamente à Unidade Administrativa a que pertencia;
- d) delineava as atribuições dos Oficiais Veterinários encarregados de Granja, especialmente, quanto à direção dos trabalhos, propostas de desenvolvimento ao Agente Diretor e registro em livro ou ficha das atividades da Granja;

e) institua no balancete da Unidade o título Granja, sendo constituinte da receita :

- aluguel de pastos e venda de excessos;
- fornecimento de forragem verde ou conservada para os animais;
- fornecimento de produtos da Granja ao Rancho;
- venda reembolsável aos oficiais, praças e funcionários, dentro da cota estabelecida;
- outras não previstas, decorrentes do funcionamento da Granja;

Constituíam despesas da Granja:

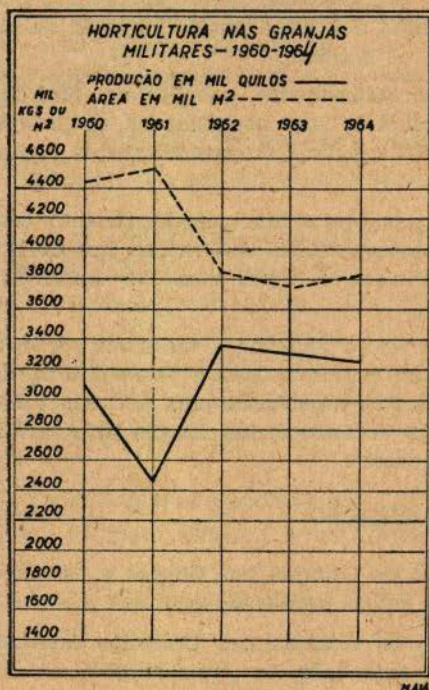


GRÁFICO 1

— empreitadas para o funcionamento e conservação das hortas capineiras, pomares, aviários, pocilgas, estábulos etc.;

— aquisição de material para os trabalhos;

— aquisição de animais e outros recursos para exploração da Granja e,

— despesas miúdas de pronto pagamento.

f) finalmente, dava a orientação para que fôsse traçado um planejamento da Granja, por ocasião de sua organização.

FUNCIONAMENTO TÉCNICO

O funcionamento técnico das Granjas dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares tem diretivas baixadas pela portaria 64, de 15 de março de 1951.

Essas instruções gerais definiam Granja, com o conjunto de criações, cultivo e instalações existentes nas internadas ou áreas equivalentes, próprias ou arrendadas, das Unidades Administrativas.

Destinava-se à produção de hortaliças, aves, ovos, leite, carne e gordura de porco, etc., para o consumo do pessoal, de forragens verdes ou conservadas para o consumo dos animais, possuindo as seções:

- Pecuária: Suinocultura — Avicultura — Bovinocultura — Explorações subsidiárias — Piscicultura — Apicultura, etc.
- Agricultura: Horticultura — Pomicultura — Cultivo de Forrageiras.

Nas Granjas poderiam ser desenvolvidos outros cultivos, criações ou explorações, desde que as condições locais apresentassem indicações, tais como: — matadouro, aproveitamento de produtos e recursos naturais da invernoada, utilizações de quedas d'água e outros.

As instruções baixaram normas sobre suinocultura, avicultura, bovinocultura e estabeleciam as bases das instalações, alimentação e medidas profiláticas dessas várias criações.

Quanto a horticultura, pomicultura e plantio das forrageiras, essas normas estipulavam as áreas de melhor plantio, o solo adequado e orientavam com minúcias o plantio das gramíneas e leguminosas mais úteis e mais aclimatadas no Brasil.

As instruções estavam acompanhadas de croquis e plantas de instalações utilizadas nas Granjas.

O Manual Técnico T 42-240 — Granjas e Invernoadas, aprovado a 6 de setembro de 1956, estabeleceu normas e princípios gerais inerentes a essas atividades.

Esse manual detalhou os estudos, aos vários setores da pecuária, agricultura e invernoada, num caráter eminentemente prático e objetivo, fugindo das minúcias técnicas e exaustivas.

DESENVOLVIMENTO DAS GRANJAS

Já em 1951, após três anos de sua regulamentação, o subdiretor de Veterinária, então Coronel Vilas Boas, afirmava que as Granjas militares ultrapassavam a 50 e exploravam os seguintes ramos de atividades:

- Avicultura: com predominância da raça New Hampshire;
- Suinocultura: em cerca de 80% das Granjas;
- Bovinocultura: exclusivamente dedicada à produção de leite, com predominância de animais puros e mestiços da raça Holandesa; e
- Horticultura: praticada em mais de 50% das Granjas.

Atualmente, existem cerca de 160 granjas em todo o Exército, sendo as regiões militares de maior número, a 3ª com 53 e a 1ª com 21 Granjas.

Além do aumento numérico das Granjas, de 50 em 1951 para em média 160 nos últimos anos, verificamos que o número de animais de Granjas também cresceu consideravelmente, ao considerarmos as existências nos 3ºs quadrimestres de 1954 e 1963.

EFETIVOS EM ANIMAIS NAS GRANJAS MILITARES

NÚMERO DE	3º QUADRIMESTRE (1954)	3º QUADRIMESTRE (1963)
GRANJAS	133	159
Aves	49.899	154.313
Suínos	9.729	15.489
Bovínos	1.751	5.681
Ovínos	463	10.905
S O M A	61.842	186.388

Assim, enquanto no 3º quadrimestre de 1954 havia 133 Granjas, já no mesmo quadrimestre de 1963, dez anos após, existiam 159 Granjas, sendo, então, aumentadas 25 Granjas nesse período.

O número de animais de Granjas teve um incremento considerável, de 61.842 animais nos 4 últimos meses de 1954 para 186 388 animais, em igual período de 1963, o que vem comprovar a ampliação das instalações e também o aumento da produção, com conseqüente acréscimo de valor patrimonial das Granjas.

PRODUÇÃO

O levantamento da produção das Granjas militares do Brasil, a partir de 1960, e somente nos itens referentes a avicultura, suinocultura e horticultura, leva-nos ao seguinte quadro de produção :

ANOS	AVICULTURA		S U I N O - CULTURA	HORTICULTURA	
	OVOS (Dz)	CARNE (Kg)	CARNE (Kg)	AREA (M2)	PRODUÇÃO (Kg)
1960	353.869	218.492	421.842	4.448.093	3.134.823
1961	370.481	205.374	397.527	4.575.652	2.453.021
1962	337.229	207.049	446.605	3.867.676	3.374.834
1963	441.858	215.485	386.505	3.795.600	3.364.206
1964	475.773	310.139	377.465	3.827.644	3.277.911

Deixamos de lado as demais produções da bovinocultura, apicultura, ovinocultura, cunicultura e as referentes a pomicultura, forrageiras e explorações subsidiárias, ou por serem de pequeno vulto ou

por, mesmo atingindo um valor considerável, estarem enquadradas como explorações comerciais ou industriais, também sob a orientação técnica do Veterinário.

Os Gráficos 1 e 2 dão-nos as curvas dessas produções.

VALOR DA PRODUÇÃO

Tomando-se por base a produção das Granjas militares no ano de 1963 e baseando-se nos preços de Cr\$ 500 a dúzia de ovos, Cr\$ 1000 o quilo da carne e Cr\$ 100 o quilo de hortaliças, obtemos o seguinte:

Valor de Produção das Granjas (1963)

Avicultura: Dz ovos	441.858 x Cr\$ 500 =	Cr\$ 4.220.929.000
Carne kg	215.485 x Cr\$ 1.000 =	Cr\$ 215.485.000
Suinocultura: Carne kg ..	386.505 x Cr\$ 1.000 =	Cr\$ 386.505.000
Horticultura: kg	3.364.206 x Cr\$ 100 =	Cr\$ 336.420.600

Valor anual (Soma) Cr\$ 1.159.339.600

Valor médio mensal Cr\$ 96.611.633

Enumeramos entre os fatores positivos, que podem aumentar o valor da produção :

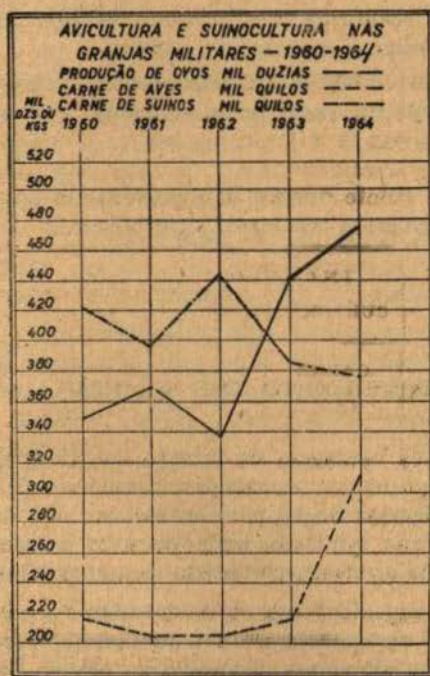


GRAFICO 2

— as produções totais das Granjas atingem efetivamente a um valor muito superior, pois foram levados a estudo três setores: avicultura, suinocultura e horticultura;

— as produções da suinocultura e horticultura são praticamente isentas de gastos, pela existência de mão-de-obra e alimentação para os suínos, resíduos de rancho;

— as atividades agropecuárias desempenham o papel de verdadeiras escolas práticas e gratuitas de Agronomia e Veterinária para militares;

— as Granjas permitem a utilização de produtos de primeira qualidade, além de orientar os conscritos no bom uso de hortaliças na alimentação;

— tôdas as Granjas foram organizadas e estão em funcionamento sem disporem de verbas militares para a sua manutenção e os auxílios pecuniários, quando recebem, são a curto prazo e repostos religiosamente;

— são observações, que podem ou diminuir as diferenças entre a renda das Granjas e o valor do sôldo de todos os Veterinários militares ou contra indicar o funcionamento das Granjas;

— os preços reais de venda dos produtos das Granjas militares são bem inferiores aos do presente cálculo, uma vez que as Granjas são integrantes do serviço social das unidades;

— há o afastamento de algumas horas da instrução, de alguns militares, mas essas horas já são previstas nos PP, como à disposição do Comando;

— as produções foram consideradas em seu valor bruto, não sendo computados os gastos com o plantel, alimentação, mão-de-obra, instalações e sementes.

A comparação dos fatores acima, leva-nos a uma situação favorável à existência das Granjas, bastando citar que:

— os pedidos de classificação de Oficiais Veterinários em Granjas são os mais insistentes possível;

— as granjas desempenham, realmente, um eficiente Serviço Social, vendendo a baixo preço os seus produtos;

— cooperam na obtenção dos modernos conhecimentos agropecuários, que são levados à população rural pelos soldados, quando retornam ao interior do país;

— as atividades das granjas são exercidas cumulativamente com as demais atribuições dos Veterinários militares, especialmente:

trato dos solípedes e

inspeção de alimentos.

MEDIDAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS GRANJAS

Uma vez comprovada a efetiva vantagem da criação das Granjas militares, não só pela obtenção de lucros pecuniários, como especialmente pela manutenção de um Serviço Social permanente, ao lado da instrução de assuntos agrícolas aos militares, seria de todo o interesse o estudo de medidas visando ao desenvolvimento dessas granjas.

Em princípio, tôdas as OM, especialmente as do interior do país e as de Fronteira, deveriam ter obrigatoriamente uma Granja, para principalmente manter um regime alimentar adequado ao efetivo daquelas Unidades, geralmente localizadas em regiões carecedoras de hortaliças.

Não obstante terem as Instruções para o Funcionamento do Serviço de Veterinária, em tempo de Paz, aprovadas pela Portaria n. 370, de 8 de fevereiro de 1962, instituindo as Granjas regionais, são poucas as Regiões que efetivamente as criaram, não cumprindo as relevâncias das suas incumbências:

— da produção de utilidades agropecuárias e fornecimento às organizações militares com sede no território regional;

— da seleção e distribuição de sementes às organizações militares sediadas em território regional;

— da seleção e melhoramento de reprodutores para distribuição às granjas das organizações militares com sede no território regional;

— do estágio para o pessoal do Quadro de Veterinária, das organizações com sede no território da Região Militar.

Além do aumento numérico das Granjas, e incremento das já existentes, poderia crescer de muito a produção, com as medidas já sobejamente conhecidas:

a) ligação dos Encarregados de Granjas com os órgãos do Ministério da Agricultura e fazendas particulares, para obtenção de plantéis selecionados e principalmente manterem-se em dia com os conhecimentos atualizados das criações e culturas;

b) aquisição de forragem, plantéis, sementes, medicamentos, em fontes de idoneidade comprovada;

c) empréstimos pecuniários às Granjas, pelas OM a que estiverem subordinadas, com a finalidade de obter um nível de produção, para não só manter o lucro, como permitir atender às necessidades do pessoal militar;

d) manutenção de um efetivo de pessoal permanente à disposição das Granjas, para conservar o nível da produção e evitar solução de continuidade nos trabalhos;

e) escolha de um local adequado para localização das Granjas e instalações dos seus vários setores, tomando quando necessário, as providências cabíveis, tais como, adubação, aterros, drenagem naquelas regiões inicialmente impróprias para atividades agropecuárias;

f) deve ser feito um planejamento inicial metódico e modificações sucessivas, quando convenientes, não fugindo das determinações do plano inicial, com a finalidade de evitar solução de continuidade no desenvolvimento da Granja;

g) seguir as orientações da Seção Técnica da Diretoria de Veterinária, afastando do plantel aqueles produtos que não atingirem os índices de produtividade preconizados por aquela Diretoria ou corrigindo as culturas com produção inferior às das Granjas das regiões vizinhas.

CONCLUSÃO

1) Existem, atualmente no Exército, 160 granjas militares, cooperando de modo acentuado no Serviço Social do Exército.

2) O valor da produção das Granjas, em 1963, no preço pouco abaixo do comércio, em três setores: avicultura, suinocultura e horticultura, atinge a uma importância superior ao soldo do efetivo previsto do Quadro de Oficiais Veterinários.

3) Impõem-se o aumento numérico e um maior desenvolvimento das Granjas militares, a fim de permitir um integral apoio ao Serviço Social.

As vantagens principais serão :

- alimentação adequada e a baixo custo dos produtos hortigranjeiros ao pessoal militar;
- apreensão pelos soldados de conhecimentos técnicos aprimorados e sua difusão às populações rurais;
- auto-suficiência das Granjas e até reforço das verbas, porventura, insuficientes das organizações militares;
- cooperação dos Veterinários militares na campanha do aumento de produção de alimentos e conseqüente baixa do custo de vida.



EM FACE DO COMUNISMO — 2

“Tudo isso mostra como o movimento de fermentação é contínuo e latente. E precisamos ter constantemente focalizada nossa atenção sobre êle, pois bem sabemos como é efêmera e precária a repulsa oficial dos poderes públicos. Dada a falta de firmeza de todo regime liberal; dado o caráter acomodaticio da política dominante, que quer estar de bem com tôdas as correntes;; — não podemos confiar que perdure por muito tempo a atual atitude nitidamente anticomunista do governo.”

(Tristão de Ataíde)

RONDON ENTREVISTADO

Coronel RUBENS MASSENA

Foi aplaudida, entusiasticamente, a obra de Cândido Mariano da Silva Rondon pelo Congresso de Raças, reunido em Londres, apontando-a como exemplo a ser imitado "para honra da civilização universal".

"A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte o Canal de Panamá; ao Sul o trabalho de Rondon — científico, prático, humanitário".

Assim proclamou Theodore Roosevelt, que ainda sintetizou :

"O então Coronel Rondon tem, como homem, tôdas as virtudes de um sacerdote, é um puritano de perfeição inimaginável na época moderna; e, como profissional, é tamanho cientista, tão grande é o seu conjunto de conhecimentos, que se pode considerar um sábio. Quanto mais eu o conhecia e o estudava, em meio da contemplação da grandeza do Brasil, mais me afirmava a idéia de que essa grandeza não era maior do que a do filho desse recanto prodigioso da Natureza."

Sobre o Marechal Rondon, eis a palavra do General Jaguaribe de Mattos:

"Tem na sola dos pés o mais longo caminho jamais percorrido. Mas é preciso acrescentar: e quê de realizações em cada um dos passos desse infinito palmilhar!"

O Marechal anotou essas realizações nos seus Diários, onde encontramos as respostas de S. Ex.^a às nossas perguntas.

1. Qual o dia mais feliz da vida de V. Ex.^a ?

— O do aniversário de meu casamento, instituição de minha felicidade, resumida no amor que minha Espôsa me inspirou, na sua dedicação sem par. É o maior dia da minha vida, a data sublime de minha Família.

2. Mas não viveu o Marechal afastado do lar ?

— Sim, porque era eu forçado a uma vida árdua, tôda de renúncia, de coragem e resignação, de devoção ao cumprimento do dever, por isso vida empolgante.

3. Sonhou sempre V. Ex.^a com o lar ?

— Sonhava, cada vez mais, com uma casinha, num alto, para ficar mais perto das estrelas, com grandes janelas que seriam grandes olhos

jubilosos abertos para o sol, para as árvores, para as flôres... muitos livros, um piano, um cão amigo... e, nessa moldura, nossos entes queridos... para ali envelhecermos, enfim unidos, eu e minha Espôsa adorada.

4. Quando esperava V. Ex.^a realizar êsse sonho ?

— Logo depois de concluída a obra em que colaborara ela com o seu coração, fonte da minha energia e das minhas melhores inspirações. Seria a heroína do dia em que se festejasse a inauguração desta imensa construção de 1500 quilômetros de linhas-tronco e 784 de ramais. E minha recompensa seria saber que, nesse momento, seu coração se voltaria todo para mim, aplaudindo o que eu fizera e que tantos sacrifícios lhe custara.

5. Quem exerceu maior influência sôbre a formação do Marechal ?

— Os meus dois Mestres — Benjamim Constant e Gomes Carneiro.

6. Nós sabemos que Benjamim Constant foi seu Mestre, na Escola Militar. E onde foi Gomes Carneiro ?

— Dos meus diários consta esta homenagem:

Gomes Carneiro, meu amado mestre do sertão. Ali me ensinaste a ser soldado. Aprendi, nos teus edificantes exemplos cívicos e militares, a ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos para nunca, ante o subordinado, revelar cansaço ou ignorância, porque só assim — dizias — será a autoridade do chefe mantida e respeitadas as suas ordens. Foi contigo que aprendi a amar o índio, já meditando nas ordens que fizeste cumprir em sua defesa e proteção, ao longo da estrada marginada pela construção da linha telegráfica, onde o bororo mantinha suas aldeias; já no empolgante exemplo que me deste, de não insistir contra os avisos que, nobremente, dá o índio ao invasor de suas terras, antes de fazer sentir, materialmente, que sua presença é desagradável.

7. Por que o Marechal dá tanto valor ao sertão ?

— Porque a grandeza material do Brasil depende da valentia, da sobriedade, da persistência de seus filhos do sertão.

8. Como desejava V. Ex.^a fôsse tomada posse do sertão ?

— Pode o Sr. ler nos meus diários.

Sempre desejei que fôsem a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado elementos convergentes de um só objetivo. Assim, os trabalhos de reconhecimento e determinação geográfica, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas, dos rios caminham, *pari-passu*, com os trabalhos da construção da linha telegráfica, do traçado de estradas de penetração, do lançamento de futuros centros de povoação, da instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado.

9. Como norteava o Marechal, no sertão, em relação aos nossos irmãos índios, o trabalho de construção das linhas telegráficas?

— Levando, desde o início, a estabelecer, como base dos nossos trabalhos, o lema: "Morrer, se necessário; matar, nunca!" E mais: "Nunca ultrapassaremos os limites que nos traçarem os índios, nas terras de que são senhores". "Retroceder, fugir, se o quiserem os índios, porque fugir deles não é covardia."

10. E, em tese, como norteava V. Ex.^a qualquer espécie de trabalho?

— Com profundo devotamento cívico e espírito de colaboração com a administração pública, para a grandeza do Brasil.

11. Que disciplina adotou o Marechal?

— Adotei na coluna a disciplina militar.

12. Também para os índios?

— Facilmente se sujeitaram os índios ao regime militar e ao trabalho acurado, com a condição de serem comandados, pessoalmente, por pagmejera e por seus chefes.

13. Eram festejados cívicamente pela Comissão os feriados nacionais?

— Numa das vezes, conquanto já estivéssemos em sérios apuros, pela falta de víveres e pelo aniquilamento de nossos animais cargueiros, construímos, no acampamento, um pavilhão dedicado a José Bonifácio, ricamente ornamentado de festões, de folhagens e de flôres. À alvorada tocou o fonógrafo o Hino Nacional e o Guarani; pelas 7 horas, içamos, solenemente, o Pavilhão Republicano, com a salva de 21 tiros de dinamite, ao som do Hino e da marcha batida, tudo precedido da leitura da ordem do dia, dedicada a relembrar os grandes serviços que o Brasil deve ao Patriarca da Independência.

14. Foi assim que V. Ex.^a manteve o ânimo dos soldados?

— Não somente assim. Também adotando a regra:

"Antes de tudo o soldado; o Chefe fica com as sobras".

A 1º de janeiro de 1905, inaugurávamos a estação telegráfica do Forte de Coimbra. Altas autoridades, oficiais do Forte e até convidados de Corumbá estavam presentes à inauguração, que foi precedida pela leitura de minha ordem do dia. Os soldados seguiram depois, para a frente da casa do comandante do Forte, onde estava a mesa de 50 talheres, que foi por mim presidida, sendo os soldados servidos pelos Oficiais.

15. Que nos diz o Marechal sobre o comportamento dos Oficiais e Praças da Comissão?

— As Praças, empregadas nos variados trabalhos da Comissão, revelaram admiráveis qualidades de tenacidade e resistência. Apesar de tôdas as providências para evitar falta de víveres, curtimos tremendas

dificuldades nesse sentido, portando-se Oficiais e Praças com rara abnegação e revelando grande resignação no sofrimento inevitável.

16. Não houve algum caso de indisciplina ?

— Certa vez invadiram os soldados as tavernas e abusaram das bebidas alcoólicas, provocando desordens e correrias. Dirigi-me à mais concorrida das tavernas, onde era estonteadora a algazarra; alguns aguardaram em atitude displicente ou com ares de desafio. Espicacei a alimária e, com espanto geral pelo inesperado do ataque, dei sozinho verdadeira carga de cavalaria, levando-os aos trancos e barrancos, saindo pelos fundos da vendinha, tendo entrado pela frente.

17. Nunca fraquejou V. Ex.^a no cumprimento de qualquer missão ?

— Nunca. Vou contar ao Sr. este fato:

Quando transmitti a Sena Braga a Chefia da Comissão, disse-me, ao se inteirar da parte financeira: "Você vai direitinho para a cadeia, no fim do serviço". Respondi-lhe serenamente: "Não me importa ir para a cadeia, desde que o serviço se faça". É que eu levava a linha para a frente, contando que a verba acabaria por chegar, usando de meu crédito na região.

18. Como conseguia o Marechal telegrafistas ?

— Com a aula prática de telegrafia da Comissão, a cargo do telegrafista de 3.^a classe, Germano da Silva, que funcionou com toda a regularidade, preparando telegrafistas regionais para as estações inauguradas e a inaugurar.

19. De que outros profissionais dispunha V. Ex.^a ?

— De um grupo de profissionais competentes, para os serviços de astronomia, determinação de coordenadas geográficas, topografia, botânica, zoologia, geologia e outros, além de encarregados de setores relativos à administração geral.

20. Foi desenhada a nossa carta de navegação fluvial ?

— Desenhemos cartas para ilustrar os trabalhos de botânica, zoologia, geologia, etnografia, dos quais possuímos preciosas memórias, escritas pelos distintos profissionais e cientistas que se encarregaram de tão valiosos trabalhos. A par dessas, a carta de navegação do Brasil.

21. Que disse do Marechal o etnógrafo alemão Karl Carnier, admitido na Comissão de Linhas Telegráficas e que não agüentou acompanhá-lo ?

— Disse Karl: "Faço questão de declarar como estou maravilhado com o que acabo de presenciar. Nunca imaginara encontrar um chefe assim extraordinário, sempre pronto a dar o exemplo, a realizar o que não realizavam os subordinados, à vanguarda da expedição, facção em

punho, a tomar para si o maior quinhão de sofrimento e privações, a enfrentar todos os perigos”.

22. Enfrentou grandes perigos V. Ex.^a quando caçava?

— Uma vez surpreendeu-nos enorme sucuri, a flutuar atordoada por explosões que a fizeram deixar a toca. Corri ao acampamento, em busca de minha Winchester e, com dois certos tiros, abati o monstro. Puxamo-lo para terra — tinha 25 palmos.

Na caçada de onça é preciso saber que, ao ouvir o latido dos cães, urge acudir para evitar que seja alguém morto; que, ao enfrentar a onça, é necessário ter calma e firmeza, rápido golpe de vista e determinação; que as pernas só devem servir para sustentar um corpo que não trema, para não comprometer a precisão do tiro. Aliás, ainda que se merecesse o título de “velocípede”, como Mercúrio, não adiantaria correr. Em uma caçada de onça, trata-se de matar ou ser morto. É preciso não ter pressa de atirar, porque seria perigosíssimo errar o tiro. Se a onça abanar a cauda, é não perder tempo, porque está na iminência de, com um salto, lançar-se sobre o caçador, subjugá-lo e esmagar-lhe a cabeça com seus formidáveis dentes. Caçadores experientes caçam, por isso, com azagaieiros cuja função não é matar a onça, e sim proteger o caçador, esperando, com a azagaia em posição, que a onça, de pé, sobre as patas posteriores, se lance para o fatal abraço sobre o ferro da azagaia.

23. Atacavam os índios, Marechal, a Comissão?

— Os índios, certos de agir em defesa própria, acompanhavam atentamente todos os nossos movimentos, embora nunca fôssem vistos, porque fugiam à nossa aproximação. Ao menor descuido, porém, atacavam os que ousavam atravessar suas terras.

24. Como tratava V. Ex.^a os índios?

— No começo, tive muita dificuldade em fazer sentir quanto a nossa missão devia ser fraternal e pacífica, nunca de guerra!

Depois, os índios me auxiliavam, comprazendo-se em constante intercâmbio de presentes — não nos faltavam mais anirê, massa de mandioca, cará, araruta, milho, favas, amendoim, beiju e também papagaios, sagüis e coatás.

25. Foi alvejado pelos índios?

— Fui, mas, compreendendo o que se passava, alcei-me nos estribos; com um golpe de rédeas, fiz o animal ficar atravessado no caminho, frente a frente com quem me alvejara, e coloquei a minha Remington, que trazia a tiracolo, na bandoleira, em posição de tiro. Mas, embora muito rápido o meu movimento, não impediu que segunda flecha me viesse passar rente à nuca, roçando o capacete. E vi, bem próximo, dois nhambiquaras possantes, peito largo, cabeça grande, rosto de maçãs salientes. Firmes nas pernas, bustos inclinados quase horizontalmente, arcos retesados, estavam prestes a desferir novas flechadas. Os olhos de ambos fitavam os meus, duros, penetrantes, implacáveis como as pontas das

suas flechas silenciosas. Dois tiros partiram de minha Remington, sem pontaria. Também Domingos fôra alvejado por duas flechas, e o guerreiro que vi à minha direita, desferiu-me terceira flechada. Vinha essa direta ao meu peito, mas a sua ponta se insinuou num furo da bandoleira de couro da espingarda e aí ficou engastada. Verificou-se depois, tratar-se de uma flecha envenenada, que figura no Museu Nacional.

26. De que modo evitava o Marechal ser atacado, à noite, pelos índios?

— Com muito pequeno esforço, pois era só um que ficava a fazer funcionar o gramofone, no qual se sucediam chapas adrede escolhidas, para dar a impressão de haver muita gente acordada, rindo e folgando despreocupadamente.

27. De algum fato de excepcional alegria para o pessoal da Comissão, lembra-se V. Ex.^a?

— Eis um dêles: Entusiasmo indescritível? Em 8 dias construíramos 21 quilômetros de linha definitiva, consolidada e perfeita! Já era correr. Sem imodéstia e sem receio de contestação, afirmo que foi a primeira vez que se fez tanto e tão bem.

Outro fato de transbordante alegria: No dia em que avistamos, finalmente, as águas do Madeira, o corneta deu o sinal de 5º Batalhão de Engenharia-Vitória! Afirmávamos, assim, o término desta campanha de 237 dias.

28. Qual o fator mais importante, na opinião do Marechal, do êxito das suas grandes realizações?

— A par da influência de minha Espôsa — a quem devo as melhores inspirações do meu coração — foi a dedicação insuperável de uma plêiade brilhante de Oficiais e Civis, a abnegada obediência da turma de Soldados e Trabalhadores, a cooperação devotada de índios que se tornaram amigos, fator primacial no êxito da obra que logrei realizar.

29. Qual o maior incentivo, Ex.^a, para a luta?

— O meu incentivo era, acima de tudo, o amor infinito ao homem. Não existissem aquelas populações desprotegidas, muito pior do que isso, perseguidas, flageladas, e creio que não me teria entregue, de corpo e alma, à ingente luta para vencer o cansaço de longuíssimas viagens a pé, a cavalo, em canoa, debaixo de aguaceiros diluvianos, causticado pela ardente e impiedosa canícula, mal alimentado e, às vêzes, sem alimento, com sede, tremendo de frio e de febre, a palmilhar léguas e léguas carregando minha bagagem, dormindo mal, ao relento e às intempéries. E, pior do que tudo isso, sofrendo a ausência do lar, do convívio da minha família, de minha nobre Espôsa adorada, dos meus filhinhos.

30. Adoeceu então o Marechal?

— Certa vez, tive que me deitar, sob a ação de violento acesso de impaludismo, tomei injeção de quinino e, no dia seguinte, atirei-me ao

banho frio, às 4 horas e meia, no caudaloso Guaporé, com grande escândalo de todos.

31. Eram muitas as dificuldades para V. Ex.^a?

— Sim. Sofrimentos incríveis, suportados com a resignação de quem se consagrou a um ideal, vendo morrer companheiros, amigos devotados, de polinevrite, febres e disenteria, flechados pelos índios, devorados pelas piranhas, exaustos de cansaço, eu próprio quase perdendo a vida em diversas ocasiões, inclusive ao percorrer mais de 3 000 quilômetros, para atingir o Madeira, com 40° de febre.

E os incômodos que nos causavam os insetos! Chegávamos ao pouso, ainda com dia claro, e logo apareciam as abelhinhas a nos entrar pelos ouvidos, pelas narinas, pela boca, a se emaranharem no cabelo. Depois, com o crepúsculo, chegavam os mosquitos-pólvora e os borrachudos, a nos sugar o sangue, deixando-nos desinsofridos com o prurido dos pontos vermelhos, no local onde haviam aplicado suas microscópicas mas terríveis bombas de sucção. Noite, afinal... mas não era possível repousar: era a vez dos pernilongos que, insidiosamente, se introduziam por baixo do mosquitoireiro, a cantar sua interminável cantiga... e as moscas, e as aranhas e as formigas! Formigas venenosas que obrigam, às vezes, a êxodo aldeias inteiras.

32. Como resolveu, Marechal, o importante problema da alimentação?

— Fiz abrir lavouras e iniciar a criação de gado vacum, suíno, caprino, lanígero e aves domésticas, importados dos Estados Unidos, em todas as estações da linha telegráfica e em escala suficiente para garantir a subsistência dos respectivos empregados, pelos recursos produzidos na própria localidade em que se achavam eles instalados. Graças a essa medida, já se encontravam no meio daquelas florestas, tão recentemente abertas à atividade do homem civilizado, grandes plantações de cereais, cana de açúcar, hortaliças, bem como pombos, galinhas, patos, perus, vacas leiteiras, porcos e outras criações.

33. Pedimos a V. Ex.^a que nos conte uma dificuldade no transporte.

— O pessoal faminto, exausto, sem forças nem ânimo para nada. Até os mais resistentes estavam aniquilados. Os índios soltaram a nossa embarcação, que desaparecera na correnteza!

A situação não comportava palavras e gestos inúteis. Era preciso agir. Com um couro de boi, revestido de um arcabouço de varas ligeiramente vergadas e amarradas, construí uma pelota. Carreguei-a com volumes de material e bagagem e, a nado, por meio de uma corda presa aos dentes, fui rebocando a improvisada embarcação, através da correnteza. Depois de repetidas viagens, das 13 às 16 horas, tinha eu transportado os doentes, a bagagem e o material. Os homens inclinavam a cabeça para o peito e eu vergastava-os com incisiva apóstrofe: "Soldado não abaixa a cabeça como qualquer covarde!"

Estava salva a expedição!

Retomamos nossa dolorosa retirada. Só os doentes montavam. Os outros, literalmente, se arrastavam.

Um dos homens, completamente exausto, destacou-se da tropa, preferindo deixar-se exterminar ou morrer de fome.

Retrocedi e encontrei-o estendido no chão. Resolvi carregá-lo nos ombros, mas minha solicitude fê-lo reviver: ergueu-se e me acompanhou.

34. Mas não acabou o Marechal empregando o automóvel no transporte?

— Para vencer as dificuldades, adaptei a estrada às condições necessárias ao tráfego por automóveis, desde Tapirapoan até Utiariti.

Os primeiros ensaios foram, contudo, desanimadores: os motores não podiam vencer os areiais intercalados, como largas manchas, no solo duro, de laterita, que era o do planalto dos Parecis.

Esse último obstáculo foi, felizmente, removido pelo Tenente Amarante, com aparelho de sua invenção, espécie de trilhos articulados, sem fim, sobre os quais repousavam as rodas motoras e as de direção, permitindo ao veículo locomover-se sobre areia, carregado com o peso máximo da sua lotação, era um precursor do carro de combate.

Tendo, assim, ficado estabelecido o transporte por meio de caminhões-automóveis, em distância superior a 200 quilômetros, tornou-se necessário montar uma oficina para reparações e conservação dessas máquinas, oficina que foi instalada em Aldeia Queimada e da qual se encarregou o Tenente Amarante.

35. Prestaram os índios bons serviços a V. Ex.^a?

— Que precioso concurso foi o deles, nos transeis mais difíceis!

Na construção da linha telegráfica, através dos campos, pantanais, serranias e florestas mato-grossenses; nos reconhecimentos em nossas linhas.

No acesso ao Monte Rorôimã, no vértice das fronteiras do Brasil, Guiana Inglesa e Venezuela, a 2 850m de altitude.

Na condução da carga da expedição, durante 60 dias de marcha, a pé, pelos contrafortes da Pacará-imã.

Na transposição de cachoeiras e corredeiras, na abertura de varadouros e picadas, na instalação de pousos.

· Dando-nos guias experimentados.

Fornecendo-nos frutos e produtos diversos de suas roças e de seu fabrico.

36. Falava o Marechal língua indígena?

— Aprendi a língua dos índios do rio das Garças — língua do Bóe.

Acabei falando bororo corretamente, mas não era só por isso que adquirira enorme prestígio. Era grande a convivência e eu os convidava

para caçar e fazer excursões, deixando-os maravilhados ao varar mato e taquarais, a correr, fardado, com arma na mão; ou chegando junto à árvore em que se refugiara uma onça, ao mesmo tempo que os cães que a acuavam. Seu entusiasmo atingiu o auge quando, depois de uma caçada de onça, que nos arrastara para muito longe, propus que, em vez do longo percurso pé, descêssemos o rio a nado, até a estação, e realizei a proeza fardado e de botas.

37. Quando deixou V. Ex.^a de prestar serviço ao índio?

— Só deixei de prestar assistência direta ao índio, quando outros serviços norteados também para os benefícios da paz, na América do Sul, reclamaram minha presença no estrangeiro: questão entre a Colômbia e o Peru, protocolo de Letícia.

38. Qual o objetivo e o que nos pode dizer da Expedição Científica Roosevelt — Rondon?

— O objetivo era de se realizarem estudos geográficos e de história natural.

Tínhamos percorrido 300 quilômetros, em território nunca transposto por homem civilizado, e Roosevelt considerou raro privilégio ter tomado parte na façanha, por ele considerada o ápice da pirâmide que a Comissão Telegráfica vinha construindo. O rio cuja parte superior tinha sido chamada rio da Dúvida, nos mapas da Comissão, e a grande parte desconhecida que acabávamos de percorrer, e o rio que os seringueiros chamavam Castanho, e o Baixo Aripuanã — todos são um só e grande rio, com cerca de 1500 quilômetros, que recebeu o nome de Rio Roosevelt.

39. Qual a Comissão mais difícil que desempenhou Vossa Ex.^a?

— Em 1924, fui nomeado para a comissão mais difícil de toda minha vida: General-em-Chefe das Forças em Operações no Paraná e Santa Catarina.

Aceitei a incumbência, porque refletira maduramente e ouvira minha Espôsa. Nunca se enganava ela na direção a seguir, porque não lho permitia a sua elevação moral. Era, além disso, perfeita a nossa identidade de pontos de vista, comungando ambos o ideal de devotamento ao bem comum.

40. Como se desincumbiu do Comando?

— Por avião mandei distribuir fartamente a seguinte proclamação:

"Aqui estamos no cumprimento de nosso doloroso dever, prontos, porém, a prosseguir na luta pelo restabelecimento da paz em nossa Pátria, custe o que custar.

Será em vão continuardes a resistência que nos pretendeis opor. Guardai vosso sacrifício para a defesa de outros ideais que enalteçam e dignifiquem. Bem sabemos que fôstes iludidos, por isso mesmo seremos compreensivos, quando depuserdes as armas. Não acrediteis nas promessas

falazes de vossos chefes; a Pátria não poderá ser feliz sem paz. Abdicai dessa luta inglória; não só tereis garantias as vidas como sereis tratados como irmãos.

"Assinado — GENERAL RONDON

Não falando em pequenos encontros e escaramuças, foi em Catanduva, reduto dos revolucionários, o único combate sério que se travou.

Nossa artilharia fêz, infelizmente, grandes estragos em Catanduva, dura contigência! Mas, tomando nós essa posição onde se haviam entrincheirado e fortificado os revolucionários, deu-se por vencido Isidoro Dias Lopes, seu Comandante-em-Chefe. Obrigamo-lo, então, a atravessar o caudaloso rio Paraná e a se internar no Paraguai.

Fôra Luiz Carlos Prestes, por sua vez, atacado e repellido para a Argentina. Voltou, depois, para a foz do Iguaçu, ao encontro de Isidoro, mas, tendo êste deposto as armas, reuniu às suas tropas os remanescentes das daquele chefe revolucionário. Preparava tudo para atravessar a fronteira, se necessário, quando se viu na iminência de ser prêso. Passou, então, rapidamente, para o Paraguai e, depois, para Mato Grosso.

41. Que outra comissão desempenhou o Marechal?

— Fui nomeado para minuciosa inspeção das fronteiras do país, a fim de estudar as condições de seu povoamento e segurança.

Para organizar a Comissão, mobilizei meus antigos companheiros de sertão, os veteranos da Comissão Telegráfica. Vibrava eu de entusiasmo e exaltação patriótica, como sempre que se tratava de empreendimento visando à grandeza do Brasil e, felizmente, conseguia transmitir êses sentimentos a meus companheiros que, por isso, aceitaram o meu convite.

42. Qual a contribuição de V. Ex.^a ao Estado-Maior do Exército?

Convém salientar que a Inspeção de Fronteiras pôde realizar o programa que organizei, por ser ela filha diletta da antiga Comissão Telegráfica, ou Comissão Rondon, como já o havia sido o Serviço de Proteção aos Índios.

Foi, assim, possível à Inspeção de Fronteiras o preparo das cartas de toda a região percorrida, e a documentação de seus trabalhos, no período de 1927 a 1930.

Para se ter idéia do vulto dessa contribuição para o Estado-Maior do Exército — basta dizer que foram desenhadas 13 fôlhas de conjunto, na escala de 1 para 500 000, abrangendo toda a fronteira com as Guianas, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia; a do Estado de Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia e a do Paraná-Santa Catarina com a República Argentina.

Duas outras fôlhas foram organizadas, sendo uma do Sul de Mato Grosso e outra do alto rio Araguaia.

Acrescentem-se a essa documentação cartográfica os trabalhos de minúcias de todos os levantamentos executados, na escala de 1 para 20 000 e para 50 000, e poderá ser aquilatada a operosidade da Seção de Desenho e de seus colaboradores, civis e militares, em tão curto prazo.

43. Não quis o Marechal aceitar, em 1934, a chefia da Comissão de Letícia?

— Depois de mais de quarenta anos de serviço, escolhido por Getúlio Vargas, houve entre mim e o Presidente este diálogo:

— Não me é possível aceitar tamanha honra, Senhor Presidente. Como vou resolver a intrincada questão diplomática! Esquece V. Ex.^a de que, durante meio século, embrenhado nos sertões, só fiz lidar com índios?

— Por isso mesmo é que o escolhi. Não pode harmonizar duas nações civilizadas, ora desavindas, quem foi capaz de pacificar tantas nações indígenas, a maior parte delas irredutíveis?

— Perdoe-me V. Ex.^a, mas não posso aceitar tal incumbência. Com os índios, estava eu no meu elemento, porque a eles, ao seu problema, consagrei minha vida, julgando ser esse o melhor meio de servir à Pátria. Só aceito comissões que estou certo de poder desempenhar com eficiência e esta é, de início, destinada a frágil e insucesso.

Levantou-se o Presidente e, empertigado, disse em tom solene:

— Trata-se, justamente, General, de servir à Pátria, e não a mim, nem ao meu governo. E ela exige que o Senhor aceite. O próprio autor do Protocolo declarou que só um homem havia em condições de o executar — o Senhor.

Punha o Presidente a questão no pé de poder eu aceitar a comissão, mesmo sendo amigo do Dr. Washington Luís, sem merecer a pecha de adesista. Levantei-me, também, e quase em posição de “sentido” respondi com voz firme:

— Trata-se, pois de uma ordem do Chefe da Nação, tendo em vista os supremos interesses da Pátria, e eu vou cumpri-la, com o zelo e a devoção que a mim couberem. Queira V. Ex.^a designar dia e hora para a minha partida.

EM FACE DO COMUNISMO — 3

“Nas classes intelectuais, porém, é que esse comunismo teórico lavra, hoje em dia, mais intensamente, sobretudo entre nós. Os “intelectuais” — estudantes, professores, jornalistas, literatos, militares, advogados, médicos, engenheiros, etc. — têm uma tendência natural a aceitar facilmente tudo o que seja inovação, seja em matéria de cultura, seja em matéria social.

As classes intelectuais, portanto, são vítimas desse prestígio do novo, do original, do moderno, para se mostrarem progressistas, libertas de preconceitos, inovadoras. Daí o prestígio da “revolução” contra a “conservação.”

(Tristão de Aláide)

PORQUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

<i>Página</i>	<i>Cr\$</i>
Inteira	90.000
$\frac{1}{2}$	60.000
$\frac{1}{4}$	40.000
2ª capa	110.000
3ª capa	120.000
Contracapa	130.000

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida: mais 100%.

ALGUNS ASPECTOS DA GUERRA CONTRA OS HOLANDESES

(1624 - 1654)

TIPOS DE COMBATENTES E DE CHEFIAS

GUSTAVO MORAES RÊGO REIS

Ten-Cel Cav (QEMA)

No conjunto de assuntos relativos à Guerra contra os Holandeses, programados pela Diretriz Geral de Instrução de 1963 para o IV Exército, coube-nos examinar os "TIPOS DE COMBATENTES E DE CHEFIAS", holandeses e luso-brasileiros, empenhados naquela prolongada luta.

O tema comportaria, sem dúvida, estudo absorvente e pesquisa aprofundada e meditada na volumosa bibliografia relativa ao Domínio Holandês no Brasil e na qual — cumpre salientar — valiosas contribuições de mestres pernambucanos ocupam indiscutível posição de relêvo.

Todavia, as limitações pessoais e os encargos funcionais que condicionavam êsse trabalho não facultariam maiores perspectivas, além daquelas estabelecidas pela própria finalidade a alcançar, qual seja, a de proporcionar aos oficiais uma impressão, quase esquemática, do panorama militar no Brasil sob o domínio holandês, através da apresentação dos diferentes tipos de combatentes e de chefias, de um e outro lado.

Consideramos, então, os propósitos fundamentais que nortearam, não só a seleção e o trato desses assuntos pelo General Castello Braco, como sua constante e inarredável preocupação, quando no Comando do IV Exército: a Instrução, o Enquadramento e a Ação de Comando.

Procuramos, pois, examinar o tema proposto à luz de critérios que caracterizam êsses três mais significativos instrumentos de atuação no domínio militar. Assim, veremos, em primeiro lugar, a Instrução dos holandeses e dos luso-brasileiros. E, sob êsse título, alguns aspectos de doutrina, organização, tática, meios de combate e de apoio, inclusive armamentos.

Do ponto de vista do Enquadramento, tentaremos assinalar as origens dos respectivos recrutamentos, as condições da vida militar, inclusive a bordo, a disciplina e o moral, bem como o comportamento dos combatentes.

Na ação de Comando, procuraremos identificar a capacidade profissional dos quadros, o valor e a conduta pessoal dos principais chefes, a ascendência hierárquica, os exemplos, e a confiança que chegavam a inspirar a seus subordinados.

Cumpre ressaltar ainda, que nosso trabalho limitou-se a concatenar observações e aspectos oferecidos pelos historiadores mais acatados desse período de nossa História e pelos trabalhos parciais de estudiosos e pesquisadores de assuntos militares. Uns e outros indicados na relação bibliográfica a que fazem menção as referências numéricas no correr do texto.

A INSTRUÇÃO

HOLANDESES

Doutrina, Tática e Organização

A Maurício de Nassau, filho de Guilherme de Orange e primo do príncipe João Maurício de Nassau — governador do Brasil Holandês de 1637 a 1644 — deve a arte militar de toda a Europa importante contribuição.

O coronel Carrias, estudando a evolução do pensamento militar francês, assinala a influência decisiva que o exército holandês, sob a direção de Nassau, exerceu na formação e no aperfeiçoamento dos quadros e, até mesmo, da tropa de seu país. Segundo aquele autor, voluntários isolados e forças regulares procuravam, ou eram postos à disposição dos chefes holandeses empenhados em contínuas guerras decorrentes das dissidências religiosas. E as operações em curso proporcionavam ensinamentos de novos processos de combate como em verdadeiras "escolas" para artilheiros, infantes, cavalarianos e até cirurgiões. (1)

A técnica dos cercos, a construção de fortificações e organizações do terreno, a utilização rápida e precisa do armamento, a correção e desembaraço nos movimentos e evoluções e, principalmente, os princípios de aplicação de uma rigorosa disciplina baseada na rusticidade das condições de vida em campanha, na pontualidade e exigente cumprimento do dever constituíram, verdadeiramente, os fundamentos da renovação empreendida no exército holandês por Maurício de Nassau. (1)

Com o objetivo de adquirir superioridade sobre a infantaria espanhola, até então invencível, e que ainda ocupava certas partes das Províncias Unidas, procurou Nassau, modificando os métodos de instrução de suas tropas e estabelecendo novos processos de combate, alcançar condições vantajosas em todas as circunstâncias. Para tanto, buscou

adaptar às condições de sua época certos procedimentos decorrentes de pesquisas e estudos relativos à antiguidade, realizando mesmo experiências de formações e evoluções gregas e romanas. Também não descuro do inimigo, procurando adaptar e aperfeiçoar, assim, aquelas já empregadas pelos próprios espanhóis na guerra que travavam. (1)

Tudo indica que as circunstâncias políticas em que se vira obrigado a combater na Flandres os pesados terços espanhóis, operando segundo sua tradicional tática da chamada "escola hispano-italiana", inspiraram mais a Nassau na concepção de uma tática própria e mais eficiente, do que o aperfeiçoamento e a generalização das armas de fogo portáteis. (2)

Partiu Nassau da concepção original de superar a massa pela mobilidade. (1)

Em suas reformas, a infantaria foi a que maiores cuidados mereceu. Assim, regulamentou o emprêgo combinado das armas brancas e armas de fogo, em grupamentos concentrados de umas e outras, ao invés de sua mistura desordenada no combate, como era comum. Introduziu o princípio da reiteração de esforços, ou seja, a renovação imediata de ações sucessivas, mediante a formação de três linhas convenientemente distanciadas.

Organizou a infantaria para o combate em "batalhões" de 500 homens, fracionados em meios-batalhões a 10 fileiras — um de 300 piqueiros e outro de 200 mosqueteiros, cujo armamento veremos mais adiante. Aumentou assim a flexibilidade, a mobilidade e a independência de ação de cada conjunto. Em combate, a formação normal do "batalhão" era em duas linhas: — o meio-batalhão de piqueiros à frente e o de mosqueteiros à retaguarda. Na primeira fase do combate, os mosqueteiros vinham alinhar-se a um dos flancos do meio-batalhão de piqueiros, fazendo fogo vivo, até que o avanço do inimigo os forçava a retomarem o seu lugar à retaguarda, enquanto os piqueiros entravam em ação, atacando a arma branca.

Cada grupo de oito "batalhões" (4000 homens) constituía uma espécie de "Brigada", cuja formação de batalha era típica. Ordenada em três linhas, a primeira era de dois "batalhões", em formação como ficou descrito acima; a segunda, a 180 passos à retaguarda, comportava quatro "batalhões" também em linha, em apoio do primeiro escalão e desbordando-lhe os flancos; a terceira linha, de dois "batalhões" da reserva a 400 passos à retaguarda da segunda, formava em correspondência com os dois "batalhões" do primeiro escalão. A primeira e a segunda linha de "batalhões" apoiavam-se mutuamente, avançando a segunda ou recuando a primeira, conforme as flutuações do combate. A terceira linha, fora do alcance dos fogos, proporcionava ao comando meios de intervir oportunamente no combate, seja reforçando a ação na frente, seja cobrindo a retirada em caso de insucesso. (2)

Era, sem dúvida, um dispositivo admirável em uma campanha, ou seja, operações desenvolvidas em amplos espaços isentos de obstáculos.

Só aí essa formação, ainda muito rígida, poderia compensar sua limitadíssima capacidade de manobra. Esta, porém, só seria efetivamente, alcançada com a adoção da chamada "ordem escalonada", isto é, o fracionamento em profundidade de cada um dos elementos para o emprêgo.

Quanto à artilharia, ainda não organizada em formações regulares, dividiu-a Nassau em artilharia de linha e artilharia ligeira. A primeira servia para reforçar os pontos fracos da linha de batalha, sobretudo onde houvesse de sustentar-se a defensiva; a outra, destinava-se à frente da infantaria e a acompanhá-la no avanço. (2)

"Ao fim da guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a organização dos exércitos dos principais países da Europa, incluída nêles a Holanda, era baseada nos ensinamentos colhidos nas guerras travadas por Gustavo Adolfo". O rei da Suécia foi o grande capitão inovador da tática e da estratégia.

As tropas constituíam-se em "Regimentos", unidades administrativas, formados de "Batalhões", unidades táticas, divididos êstes últimos em certo número de "Companhias". Em marcha, o exército desdobrava-se em "vanguarda", "batalha" e "retaguarda", a formação ainda típica do Século XVI. (3)

"As três subdivisões já não se limitavam a constituir formações que intervinham sucessivamente na luta; ao contrário, a "batalha" constituía o centro, enquanto a "vanguarda" e a "retaguarda" funcionavam como alas do dispositivo." (3)

O armamento básico da infantaria era o pique, espécie de lança de 5 a 6 metros de comprimento, que com a espada e a adaga completavam os meios de ação individual dos piqueiros.

Os mosquetes e arcabuzes eram as armas que, pelo fogo, suplementavam a ação dos piqueiros, precedendo o entrevero. Os mosqueteiros ou os arcabuzeiros dispunham-se, inicialmente, nas alas das formações de piqueiros, realizando o fogo de salva. Em seguida retraíam para efetuar, sob a proteção daqueles, as demoradas operações de recarregamento.

Deixaremos, porém, de fazer outras apreciações sôbre o armamento e seu emprêgo pelos holandeses e luso-brasileiros, sob a forma comparativa, dadas as diversas semelhanças existentes.

Vejamos antes algumas idéias de caráter "doutrinário", porém nada ortodoxas, que estavam presentes no lado luso-brasileiro.

LUSO-BRASILEIROS

Doutrina, Tática e Organização

Cumpre inicialmente lembrar que, achando-se Portugal sob o jugo espanhol desde 1580, e "não convindo aos mesmos reis de Castella que no reino de Portugal houvesse gente armada que pudesse sustentar

algum partido contra a usurpação" — diz um historiador português "bem longe de armarem e disciplinarem as tropas dêste reino, as reduziram ao nada, e bem se pode dizer que o regimento (regulamento) da nova milícia, criada por Don Sebastião em 1570, estivera durante os Felipes em total esquecimento". (2)

O mesmo autor afirma: "O futuro exército da Restauração (português, 1641) não podia deixar de ser um agregado de soldados bisonhos, improvisados, sem instrução e sem comandos, pois não abundavam os oficiais hábeis, sabedores práticos dessa arte de guerra, que desde as campanhas de Maurício de Nassau (na Europa) e Gustavo Adolfo (Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648) se enriquecera extraordinariamente com novas concepções táticas e um dos mais sutil desenvolvimento técnico das inovações introduzidas na aurora da Renascença por Gonçalo de Cordova (1453-1515) e alguns capitães de Carlos V" (2)

Tal era o estado do exército em Portugal durante o largo período da expansão do domínio holandês no Brasil.

Já o exército espanhol, longamente trabalhado nas sucessivas guerras de conquista, apresentava outra feição em sua estrutura, adestramento e meios. Sua tática e sua organização, porém, ainda obedeciam à chamada "Ehscola Hispano-Italiana", cujos princípios dominaram todo o século anterior (XVI), inspirados que foram nas ações do grande capitão Gonçalo de Cordova:

"...valendo-se das vantagens das armas de fogo, soubera Gonçalo de Cordova, como ninguém até então, utilizar-se da infantaria e elevá-la a um grau de eficiência que fez dos terços espanhóis dessa época uma arma invencível nas mãos de bons generais." (2)

O grande capitão espanhol concebeu uma organização cuja unidade principal era a "coronelia", "esquadrão" ou "têrço" de 6.000 homens, comandada por um coronel e dividida em 12 companhias; "capitanias" ou "batalhões" de 500 homens cada, comandadas por um capitão ou alferes abandeirado. Cada 100 homens destas companhias competia a um "cabo-de-batalhão" e cada 10 homens, a um cabo-de-esquadra.

Em cada têrço, 10 companhias constavam de 200 piqueiros, 200 rodeleiros (escudeiros) e 100 arcabuzeiros cada; as duas companhias restantes eram exclusivamente de piqueiros. Este armamento desigual servia para aproveitar, durante as diversas fases do combate, as vantagens de umas e outras armas: — os piqueiros, armados de piques, para resistirem ao choque da cavalaria; os rodeleiros (escudeiros), armados de rodela (escudos), espada curta e dardo, para o combate corpo a corpo; os arcabuzeiros, armados de arcabuz, para o combate à distância, em substituição aos antigos besteiros. Como equipamento defensivo, sem prejudicar a mobilidade, os infantes dispunham de celada, corselete e braçais. (2)

Em marcha, a "companhia" (500 homens) devia fragmentar-se em 4 "bandeiras" ou pelotões de 125 homens, formados em colunas de 5,

homens de frente, com metade dos piqueiros na testa, os arcabuzeiros a seguir, depois os rodeleiros (escudeiros) e na cauda os piqueiros restantes.

Para entrar em formação de combate, o escalão da testa detinha-se até que os outros se alinhassem, sucessivamente, à sua direita. Depois do que os arcabuzeiros, com seu cabo de batalha, saíam da formatura para se colocarem ao costado direito, ou onde mais conviesse. Tal era a ordem normal da unidade de combate da infantaria espanhola, no caso de combater enquadra da com outras companhias. No combate isolado e, em casos especiais, adotavam-se outras formações suficientemente flexíveis. (2)

A artilharia tinha ainda um emprêgo muito restrito nas batalhas campais. Tirada em pesadas carretas de 4 rodas, seu deslocamento era difficilimo e na maior parte das vêzes apenas servia nos primeiros momentos da ação, enquanto as manobras e o desenvolvimento das tropas permitiam que fôsse utilizada nas posições previamente ocupadas. Depois, no tumulto, da refrega, as peças, em geral, eram logo abandonadas por não poderem voltar mais a servir. Resumidamente, eram as características da tática hispano-italiana: "preponderância e heterogeneidade da infantaria, complexidade de suas funções, bom emprêgo dos fogos, independência de ação dos arcabuzeiros e aproveitamento das condições do terreno". (2)

A "GUERRA BRASÍLICA"

Fizemos menção às condições do exército português naquela época. Apresentamos também, em linhas gerais, as características de organização e da tática da chamada "Escola Hispano-Italiana", porque adotada por essas duas nações que, por seu turno, constituíram o núcleo de forças regulares que a serviço da Espanha foram empenhadas no Brasil.

Resta ver a tática e os processos de combate originaes dos luso-brasileiros.

O professor Gonsalves de Mello bem assinala (4) que os escritores da época denominavam êsse tipo de combate, essa tática singular, surpreendente e, sem dúvida, autêntica, de "Guerra Brasília."

Transcrevemos aqui o erudito mestre pernambucano quando escreve a biografia de Cristóvão Alvares — construtor de fortificações no período holandês: "Embora reinol, os muitos anos de sua permanência nesta parte da America fizeram dele — Cristóvão Alvares (1608-1663) — um defensor do estilo de luta, que os escritores da época chamavam de guerra brasílica". Foi um dos que primeiro registrou para a historia a superioridade que "o saber de experiência feito" concedera aos que se tinham formado nas campanhas de guerrilhas da região de "mata" nordestina, sobre os chefes militares que chegavam do Velho Mundo, tão orgulhosos da sua arte, que não aceitavam

conselho dos veteranos do Brasil. Observou êle que "se deve notar que as guerras destas nossas partes da Europa são em campanhas mui rasas e descobertas, e as do Brasil e tôda a América são por entre matos, donde se não guarda ordem nenhuma das que cá (na Europa) se usam, e é fôrça que donde varia o objeto varia a ciência e a experiência nos mostrou que os mais práticos que destas partes foram, se perderam, por quererem seguir o estilo de cá, desprezando o parecer das práticas daquelas partes." (4)

Diz ainda um autor anônimo, citado por Gonsalves de Mello: — "Porque êste Nôvo Mundo, assim como é antípoda do Velho no sítio e calculação, assim também o é em tudo o mais. Pois, se naquela parte, segundo a natureza do terreno, se peleja em campanha rasa e a peito descoberto, nesta por ser tôda coberta de mato, se deve fazer de detrás dos paus, como fazendo dêles trincheiras. E se lá andando exércitos em campanha se costuma recolher o precioso às pressas por serem fechadas e seguras, cá se há de observar o contrário, mandando-o retirar para fora, por serem abertas e ficar assim seguro no asilo dos matos". (4)

Da correspondência remetida pelo Coronel Van Waerdenburch, governador em Olinda, em 1630, à Direção da Companhia das Índias Ocidentais, retiramos as seguintes observações insuspeitas: — "Além disso mandei prover as muralhas de pequenas estacadas contra a escalada dos brasileiros, que são um povo ágil e corajoso, como bem o experimentamos a 24 de maio último, quando pela manhã, fizeram uma tentativa temerária para arrancar-nos a posse da ilha de Antonio Vaz. Eu também me achava ali, porque fôra inspecionar os trabalhos e acelerá-los. O ataque foi assustador, porque em menos de um quarto de hora mais de 300 brasileiros haviam escalado as muralhas e penetrado no acampamento. Entretanto, com a graça de Deus, foram repellidos e obrigados a fugir, deixando 17 mortos no acampamento e arrastando consigo 20 e tantos por meio de uma corda passada em torno do pescoço". (5)

Agiam também os brasileiros contra as fortificações em construção — "alojando-se continuamente, tôdas as noites, demolindo de cada vez o que havíamos construído". E ainda: — "voltou o inimigo ainda diversas vêzes, várias noites seguidas, para incendiá-la (mas graças a Deus sem causar-lhe dano), entre outras na de 17 de julho, entre 2 e 3 horas da madrugada, quando reinava grande escuridão: fêz um forte ataque, dando grandes gritos e servindo-se de panelas de fogo de artifício com o fito de incendiar as obras de defesa, etc etc.". (5)

Observa o coronel-governador: — "Considero êsse povo, como um povo de soldados vivazes e valorosos, aos quais nada falta senão comando; não são absolutamente cordeiro, como se lê nas histórias das Índias Ocidentais, e disto sei por experiência várias vêzes repetida".

Expondo a situação de sua tropa, o coronel Waerdenburch considera: — "...expulsarei o inimigo que, com alguns milhares de homens, entre os quais muitos brasileiros (índios?), mantém-se agora aqui nos arredores e que, percebendo uma expedição, poderá concentrar-se em menos de uma hora e marchar velozmente contra o ponto de nossas obras que lhe aprouver, etc". — "Como Vossos Altos Poderes poderão bem julgar, tenho de esperar pela frente um inimigo terrível; para resistir-lhe e repeli-lo, é preciso que a praça tenha uma guarnição suficiente. Se os Senhores Diretores tivessem a intenção de mantê-la contra um exército forte, teria a cidade, por si só, necessidade de uma guarnição de 6.000 homens, exigindo a aldeia do Recife e a ilha de Antônio Vaz, 3.500". (5)

Considerando a dificuldade na obtenção de materiais de construção: — "...se tivéssemos de ir procurar isso todos os dias, estando o inimigo alojado e escondido em toda parte, qual seria a força de comboios necessários (inevitavelmente tropas tão numerosas como as que constituem a guarnição ordinária) e qual seria a perda diária de homens?". (5)

Artichofsky, coronel polonês a serviço dos holandeses e sobre o qual falaremos oportunamente, observa: — "O inimigo é extremamente ágil. Esconde-se nos matos ou nos canaviais, obriga os habitantes a lhes fornecerem informações e se os infelizes não querem dar os esclarecimentos, ameaça-os de tortura e morte. Quando os lerdos perseguidores holandeses se aproximam, desaparecem as hordas na espessura da mata sem deixar vestígios. Eles conhecem perfeitamente as nossas fraquezas". (4)

A formação de "guerrilhas" ou "companhias de emboscadas", com efetivo de 25 a 40 homens, cada uma, já aparece na Bahia em 1625. (6)

Atuavam de maneira mais ou menos isolada, em golpes de mão, incursões e ataques limitados, diurnos e mesmo noturnos.

Os índios entravam largamente na sua constituição. Segundo Varnhagen, Matias de Albuquerque — "subordinou quatro (companhias de emboscadas) instituídas contra Olinda a Matias de Albuquerque Maranhão, com estância em Santo Amaro, algumas novas a Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, de Goiana, com estância nas Salinas e Asseca (Cabugá) e o título de governador desse distrito; outra (com estância em uma das casas de João Velho Barreto, (no atual bairro da Boa Vista) ao valente pernambucano Luiz Barbalho e, finalmente, também algumas a Antônio Ribeiro Lacerda, da Ipojuca, com estância nos Afogados, a fim de resguardar a Várzea". (6)

A missão geral das guerrilhas era — "vedar as comunicações dos habitantes (do interior) com a vila ocupada pelo inimigo (Olinda), de impedir que estes fossem espalhando e estudando os arredores, e de fazer a todos, pelo simples fato de se familiarizarem nas hostilidades, menos propensos a reconciliar-se com o invasor". (6)

Vemos pois que as “estâncias” — ou sejam, pequenos baluartes fracamente guarnecidos e armados — exerciam o papel de “bases” para as guerrilhas e, em seu conjunto, constituíam um verdadeiro sistema defensivo, porém, dinâmico, guardando direções e assegurando “áreas” de atuação para as “companhias de emboscadas”, ou guerrilhas operarem.

Esse tipo de guerra — a pequena guerra, a “guerrilha” dos próprios espanhóis, só encontrou sua divulgação quase dois séculos após, quando os próprios espanhóis a utilizaram com sucesso contra os exércitos de Napoleão. Essa consagração mereceu sua identificação como “guerrilha” na maioria dos idiomas ocidentais.

Mas, a simples menção de esparsas notícias sobre os processos de combate, e o exame, mesmo superficial, das característicos da “Guerra Brasileira” permite concluir pela singular atualidade de certos princípios táticos modernamente considerados. Assim, a surpresa como elemento mais importante da emboscada, pois o adversário não cairá na armadilha, desde que a assinala; a concentração das ações, alcançada pela rápida reunião de elementos participantes e da potência dos mesmos atuando a curtas distâncias e simultaneamente; a identificação do exato local do ataque e a precisa conduta individual de cada elemento; a máxima ação do choque, buscando, quando não apanhar o adversário completamente desprevenido, pelo menos retirar-lhe a possibilidade de recorrer ao contra-ataque; finalmente, a utilização adequada do terreno, das cobertas, o isolamento das áreas e a capacidade de desengajar-se e retrair-se rapidamente.

Todos esses aspectos podem ser assinalados nas inúmeras condutas e episódios muito significativos levados a efeito pelos notáveis comandantes luso-brasileiros na condução de suas guerrilhas, no curso da “Guerra Brasileira”. Cumpre, afinal, ressaltar os dois mais sugestivos fatores, inalienavelmente vinculados às modernas guerras insurrecionais — a conquista da população e a vontade de lutar — um e outro, iniludivelmente, identificados na particular atuação dos luso-brasileiros.

O ARMAMENTO E O EQUIPAMENTO

Vamos, inicialmente, basear-nos nas indicações de um dos maiores conhecedores de armas e indumentárias militares históricas, o renomado pintor Wasth Rodrigues, cujos trabalhos ilustram o Catálogo do Museu Nacional elaborado pelo historiador Gustavo Barroso para a Exposição Comemorativa do Tricentenário da Restauração de Pernambuco. São suas palavras: “Quanto ao vestuário, nada há de particular, pois os oficiais e soldados combatiam com seus trajes usuais, salvo a faixa e o bastão, usados pelos oficiais, e uma ou outra peça da armadura, como o morrião (capacete), o gorjal (para a proteção do pescoço), as escarcelas (protegendo o ventre, até os joelhos)

e, nos homens a cavalo e nos capitães, a couraça. Tudo, porém, sem grande uniformidade". O gibão de couro (para proteção relativa do peito, — uns tantos, já fabricados no Brasil) era de uso generalizado entre holandeses e luso-brasileiros.

"Na campanha, da qual as três raças participaram, tanto no lado pernambucano como no batavo, destacavam-se os índios por lutarem nus, ou apenas de tanga e com suas armas peculiares: o arco e a flecha.

Os negros, conforme as estampas de BARLEU, marchavam com sua tanga ou calção usual e dorso nu, armados de arcabuzes e bandoleiras com cartuchos pendentes ou piques, tendo todos a espada". (7)

Observadores holandeses daquela época assinalam, porém, as tentativas frustradas para ensinar aos negros o manejo dessas armas. Preferiam utilizar-se do arco, da flecha e do tacape com os quais lidavam com extraordinária destreza. Lançavam-se ao chão logo que recebiam fogo e, em seguida, levantavam-se imediatamente disparando suas flechas, que produziam ferimentos não menos perigosos do que as balas. (8)

"Os terços de homens brancos eram do mesmo modo armados de arcabuzes ou mosquetes, piques e espadas. Os oficiais e oficiais inferiores tinham espadas, alabardas, espontões, meios piques ou outras armas de hastes congêneres". (7)

O então major (hoje Gen-Bda) Lauro Alves Pinto, estudando o armamento, assim o descreve: "Nessa época, em que a arma de fogo ainda não era soberana no campo de batalha, o piqueiro, tendo o pique como arma, era o elemento fundamental, o mais importante da infantaria".

"Com o pique inclinado à frente do corpo, bem fixado ao solo e calçado pelo pé direito, o homem aguardava o choque da cavalaria ou da infantaria inimiga".

"A atitude de espera, com a arma meio curvada no solo, era uma atitude passiva: cabia ao inimigo vir golpear-se na sua ponta. Procurando impedir que o adversário fugisse à ação de sua arma, por negaças à esquerda ou à direita, os piqueiros alinhavam-se, sem intervalo, ombro a ombro, constituindo um verdadeiro ouriço de forma geométrica.

"As qualidades de sangue-frio, disciplina e resistência física eram levadas em alta conta no selecionamento desse tipo de combatente.

"Por pitoresca — diz o Major Lauro — destacamos da raríssima obra de I. de Billou, editada em 1637 — "Les Principes de l'Art Militaire" — algumas condições exigidas para a escolha dos piqueiros e dos mosqueteiros: ... "o piqueiro deve ser homem de estatura elevada e possuir barba", "o mosqueteiro deve ser jovial, ágil e possuir

boas pernas..." "o mosqueteiro (ou arcabuzeiro), o outro elemento fundamental da infantaria, era o combatente encarregado de executar o fogo".

O mosquete era um arcabuz aligeirado.

"No Brasil, os holandeses empregavam arcabuzes em maior quantidade do que mosquetes; entretanto, para bem penetrarmos na realidade dos combates que empreenderam, é mister que analisemos alguns detalhes destas armas".

"O primeiro sistema de inflamação adotado foi o do cordel aceso (morrão dos portugueses)."

"A execução do tiro era assaz lenta, em face das operações preparatórias que somavam noventa e nove ações ou tempos diferentes.

Além da exagerada morosidade, o atirador corria sérios riscos em acidentes produzidos por violentos recuos, conseqüentes à deflagração de cargas de projeção excessivas. Em resumo, as operações constavam do seguinte: colocação da pólvora de projeção pela boca da arma e sua compressão no fundo do cano; introdução da bala, também pela boca e sua pressão sobre a pólvora; deposição de uma pólvora pulverizada (escorva) numa pequena cuba (cassoleta) e no ouvido, após tudo isso, o arcabuzeiro soprava a mecha, reavivava a chama e chegava-a à cassoleta, tendo ainda tempo suficiente para apontar a arma (apoiada na forquilha) e aguardar o disparo.

No seu próprio equipamento ele levava o material necessário. Numa bandoleira a tira-colo, os pequenos canudos contendo pólvora de projeção; sobre a coxa direita, uma caixa (polvarinho) com a pólvora pulverizada; acima do quadril, uma pequena bolsa com balas.

Para libertar o homem da servidão de manter durante toda a ação a mecha acesa presa ao dedo médio da mão esquerda, foi adaptada à arma uma pequena peça (serpentina) que suportava o morrão e conduzia o fogo, no momento desejado, à cassoleta.

No século XVI foi inventado um dispositivo engenhoso que visava suprir o uso do morrão fumegante. Tratava-se da adaptação ao arcabuz, de uma roda de ferro conjugada a uma pedra de sílex — a chamada "pedra de fogo" dos luso-brasileiros."

O mosquete era mais leve e mais curto que o arcabuz e possuía coronha quase reta."

"Nos dias chuvosos, ou mesmo excessivamente úmidos, o tiro se tornava irrealizável, pela impossibilidade de se queimar a pólvora molhada ou se acender o morrão de linho ou de embira. A travessia de curso d'água ou de zona matosa umedecida, acarretava as mesmas conseqüências. Os terrenos duros ou alagadiços — que não permitiam dar uma firmeza adequada à forquilha, pelo enterramento, tornavam o armamento inutilizável." (8)

Além do pique, a alabarda, espécie de lança com duas lâminas opostas na extremidade e a partazana ou chuço — uma alabarda ali-geirada — com a espada e a adaga ou punhal, completavam o conjunto das armas brancas para o combate corpo a corpo." (8)

Os luso-brasileiros dispunham de armamento da mesma natureza, porém de tipos e modelos os mais diversos e em muito menor abundância. Contribuíram ainda para aumentar a diversidade das armas a presença de tropas mercenárias de um e outro lado, dispondo de seu armamento de origem e, afinal a ampla utilização das prêsas de guerra obtidas no decorrer da longa campanha.

Vimos assim, embora de maneira muito sucinta, o confronto de alguns aspectos de doutrina, tática, organização, processos de combate e armamento de holandeses e luso-brasileiros, incluindo nestes últimos os espanhóis.

Creio que tenha sido efetivamente ressaltado o caráter evolucionista do exército holandês na Europa e a oportunidade experimental para exercitar-se em uma nova tática e em novos processos de combate nas guerras religiosas e buscando libertar sua pátria do jugo dos próprios espanhóis. Estes últimos, por sua vez, firmados em processos de combate tradicionais decorrentes de ensinamentos hauridos nas numerosas operações de conquista.

Ambos, porém, quando lançados nos campos de batalha do Brasil demonstraram sua incapacidade inicial para aceitar as características da "guerra brasílica", originalmente concebida pelos capitães luso-brasileiros, em absoluta coerência com a natureza do terreno, a desigualdade de meios, o ambiente psicológico da população e a nascente mas decidida vontade de lutar. Não só a dura experiência vivida como, principalmente, a cooperação de transfugas e desertores proporcionaram aos flamengos condições para a aquisição de conhecimentos e de prática dos singulares processos de combate. Faltaria porém sempre a eles a filosofia própria da Guerra Insurrecional e, em consequência, as faculdades específicas que lhe são inerentes, vigorosamente exaltadas no comportamento individual de cada combatente luso-brasileiro: a vontade de lutar e a disposição ao sacrifício.

A versatilidade demonstrada na utilização de armamento o mais usado, principalmente, as prêsas de guerra, e o improvisado na adaptação, com recursos próprios, de meios e modos de emprego, são aspectos que merecem referência no lado luso-brasileiro.

O ENQUADRAMENTO

HOLANDESES

Recrutamento, Condições de vida militar, Disciplina e Moral

O recrutamento levado a efeito pela Companhia das Índias era bastante heterogêneo. A diversidade de procedência dos contingentes

assalariados, na base não só das condições, eventualmente difíceis da vida na Europa, como, principalmente, pela sedução de fácil enriquecimento e pelo gosto das aventuras, atraía além de holandeses, alemães, noruegueses, escoceses e grande número de judeus.

Não raro, iludidos por hábeis empresários que proporcionavam faustosas recepções, os jovens estrangeiros eram seduzidos pelas descrições fantásticas e se alistavam, ficando desde logo onerados em seus soldos pelas próprias despesas extorsivas daquelas farsas. (9)

Engajados de início por três anos, findos esses, tornavam-se "moradores livres" ou "empregados da Companhia", se permanecessem no Brasil. Regressavam à Holanda, findo o serviço militar, se assim o desejassem. Os "moradores livres", quando necessário, podiam ser novamente recrutados e arregimentados em "Companhias de Burgueses". (9)

As condições de vida militar dos alistados oferecem aspectos muitíssimo sugestivos e cujo conhecimento é indispensável para o entendimento de certos padrões de disciplina e de moral.

Um dos melhores depoimentos sobre tal assunto é o DIÁRIO DE UM SOLDADO, escrito por um jovem voluntário, alguns anos após haver prestado serviço à Companhia das Índias, entre 1629 e 1632. Trata-se de tradução valiosa e rara de uma publicação alemã, editada em Strasburgo, em 1677. (10)

O autor do Diário, soldado AMBRÓSIO RICHSHOFFER, natural de Strasburgo, alistou-se com apenas 17 anos, em Amesterdam, na Companhia das Índias Ocidentais, atraído pelo "forte recrutamento" que então se fazia e pelo soldo de oito florins holandeses mensais, além de um shilling de sinal do contrato e outro tanto de meio-soldo diário, até ser "passado em revista".

Um mês após alistado, verificou praça e prestou juramento solene de — "em caso de abordagem, e de preferência a render-se ao inimigo, lançar fogo ao paiol de pólvora, a fim de ambos os navios voarem pelos ares". — Foram adiantados mais dois meses de soldo para que se aprestassem para a longa viagem.

A tropa foi exercitada ainda um mês e recebeu o armamento, prestando, em seguida, novo juramento aos oficiais de sua Companhia e às novas bandeiras.

A alimentação era farta — pão, queijo, manteiga, arenques frescos e cerveja — e o autor do Diário não esconde sua satisfação pelo tratamento.

Sua companhia era constituída de 184 homens e dividida para embarque em dois navios. Partiram do porto de TEXTEL, a 23 de maio de 1629, só havendo chegado ao Brasil, porém, em fevereiro de 1630.

As vicissitudes dessa longa viagem de quase oito meses são, pitorescamente, narradas pelo jovem soldado e, sem dúvida, retratam as condições da vida militar naquela época.

Os navios não dispunham de alojamentos, refeitórios ou locais para isso apropriados. De maneira que cada um tratava de acomodar-se como pudesse, pelo convés e outras dependências acessíveis. Em geral, oito homens dispunham-se em torno de um fardo qualquer para servir de mesa para comer.

Cada homem recebia, por ocasião do embarque, três grandes queijos flamengos, para serem consumidos durante toda a viagem.

As rações individuais eram distribuídas semanalmente — aproximadamente, dois quilos de biscoito, duzentas gramas de manteiga e um pouco de vinagre. Havia carne duas vezes por semana e toucinho com favas uma vez, em um dos jantares. Nos outros dias, cevada, aveia ou ervilhas e algumas vezes bacalhau. Tudo, porém, em porções muito reduzidas, segundo o autor do Diário, que afirma que dois homens comeriam bem as rações de oito.

Diariamente, uma ração de água fétida era distribuída a cada tripulante. Eventualmente, a pesca proporcionava alimentação fresca, muito embora estranhassem a qualidade dos peixes.

As paradas nas ilhas AÇORES e CANARIAS, com demorada permanência, proporcionaram maior variação na dieta de bordo, principalmente, frutos tropicais.

Toda oportunidade que se apresentava para obtenção de bebidas alcoólicas, em particular pela apreensão e o saque de navios espanhóis, levava as tripulações a embriagarem-se, com facilidade. Essa tendência é, constantemente, assinalada no Diário, que esclarece, também, a severidade das punições, quando aquela ocorrência prejudicasse o serviço.

As paradas nas ilhas foram também aproveitadas para adestrar a tropa embarcada em exercícios e no tiro das armas individuais, organização de acampamentos utilizando folhagens, e para realizar grandes reparos nos navios.

Segundo RICHSHOFFER, nos exercícios de tiro, os oficiais ofereceram prêmios para o tiro ao alvo. "Cada soldado tinha de disparar três tiros ao alvo, em rápida sucessão, devendo carregar o mosquete, andando. Muito poucos conseguiam acertar duas vezes".

Ainda na ilha, morrendo um Tenente de sua Companhia, foram-lhe prestadas honras fúnebres.

Prosseguindo a viagem, em determinada ocasião esgotou-se o suprimento de manteiga, sendo substituída por azeite espanhol apreendido no saque. Na travessia do Equador, prolongadas calmarias detiveram os navios em alto-mar, sob elevado calor, provocando intenso mal-estar e angustiante sede. Soldados e marinheiros refrescavam-se lançando-se em alto-mar para banharem-se, juntos aos navios imobilizados.

O estado sanitário, no decorrer da viagem, era lastimável. Além do enjôo, que afetava grande parte dos soldados e marinheiros, as

condições precaríssimas de higiene, as características da alimentação e seus limitados recursos de conservação, a ausência de alimentos frescos, principalmente verdura, a inadaptação ao regime climático variável, — tudo isso — provocava elevado e permanente contingente de baixados durante a viagem e um número impressionante de mortes.

Tudo porém aceito e registrado com naturalidade pelo soldado RICHSHOFFER que, simplesmente, desejava aos que morriam “uma feliz, ou alegre ressurreição”.

O escorbuto e a disenteria são assinalados pelo autor do Diário como os principais responsáveis pela devastação. Junta a êles as debilidades orgânicas, permanentemente provocadas pelos enjões, mal-estar e dores de cabeça, causadas pelo fortíssimo cheiro da alcatroagem do madeirame e da cordoalha nova dos navios e intoxicações, provenientes da alimentação deteriorada ou exótica a que não estavam habituados aqueles homens.

Nas ilhas, buscavam assistir aos doentes, distribuindo limões e laranjas, avidamente procurados por toda a tripulação. As sangrias constituíam o atendimento médico básico para todas as doenças.

As características repugnantes da água distribuída e sua limitação contribuíam, por seu turno, para a desidratação, agravando os casos de disenteria, insolação e outros. Em determinada ocasião a aguardente foi proporcionada aos doentes, como remédio.

Com a elevação do número de baixados nas tripulações dos navios, os próprios soldados passavam a concorrer às escalas de serviço de bordo, até mesmo ao leme das embarcações.

Após oito meses de viagem, a frota — com 56 navios e 13 pinacas (embarcações pequenas) transportando 7.280 homens, sendo 3.500 soldados, — atingiu o litoral de Pernambuco, desfalcada de cerca de 1/8 de seu efetivo. Ou seja, haviam morrido em viagem pouco mais de 900 homens. (10)

As condições de vida no Brasil, salvo uma e outra ocasião de maior desfalecimento, não apresentaram para os soldados holandeses perspectivas muito diversas daquelas vividas a bordo.

O confinamento nas limitadas áreas urbanas e nas fortificações do litoral, a permanente dependência de alimentos vindos do exterior, que, além de inadequados para o clima e a natureza das operações, chegavam quase sempre em estado duvidoso e, não raro, grande parte inutilizável, e, afinal, a própria ação devastadora dos luso-brasileiros, submetiam a tropa e a população holandesa a longos períodos de privações e até de aguda fome.

O Prof. Gonsalves de Melo, citando documentos oficiais da época, assinala para o exército holandês, inclusive para a tropa em guarnições no interior, a mesma dieta indicada no Diário de RICHSHOF-

FER para bordo: aveia, feijão, ervilhas, carne salgada e toucinho, algumas vezes bacalhau. Tudo vindo da Holanda. Os holandeses senhores de engenho abasteciam-se na cidade. (9)

O estado sanitário da tropa também agravou-se no Brasil holandês. Além da disenteria e do escorbuto, moléstias de fígado e gripes dizimaram um número enorme de soldados, empregados da Companhia e particulares.

Diz o Professor Gonsalves de Mello: — “Certamente a situação de subalimentação em que vivia sempre a população do Brasil holandês contribuiu para o grande número de moléstias a que se referem os documentos de então”. E, mais adiante: — “muitas cartas referem-se ao grande número de mortes: eram necessários constantes reforços para a tropa, “em consequência das mortes que se verificavam diariamente e que são muitas”. Em 1646, somente no Recife e Maurícia, diz uma carta, havia mais de 500 doentes de febres, disenterias sangüíneas e acometidos da “doença do país”. O próprio Nassau foi acometido dessa última, que parece tenha sido malária.

A ilha de Fernando de Noronha era utilizada como local para convalescença. RICHSHOFFER refere-se a 300 doentes para ali encaminhados de uma feita.

Final, a sífilis. Diz ainda Gonsalves de Mello: “para satisfazer a flamengos menos chegados a exotismos (escravas africanas e índias) veio da Holanda um número considerável de prostitutas, que surgem constantemente nos documentos de então como “mulheres fáceis”. E muitas são referidas com os seus próprios nomes.” Adiante, continua: a vida moral do Brasil holandês é descrita por contemporâneos com cores negras.

Nos “bordéis mais vis do mundo” — os do Recife, diz uma Generale Missive de 1941 — misturam-se todos os elementos de que se aproveita a colonização holandesa: o inglês, o francês, o alemão, o índio, o negro, o judeu, o português. Todas as raças de que se compunha o exército flamengo. O terrível problema de habitação no Recife favoreceu essa dissolução moral.” — “Nada mais natural portanto, que o Recife se tivesse transformado em um foco de disseminação da sífilis.” (9)

Muito difícil seria o enquadramento de tropas recrutadas e submetidas às condições de vida como as acima esboçadas. Impulsionados tão-somente pelo espírito mercenário, soldados, graduados e mesmo oficiais só encontrariam alguma contenção pela aplicação drástica de medidas disciplinares extraordinariamente rigorosas, inclusive a execução sumária.

RICHSHOFFER, em seu Diário, indica alguns castigos aplicados a bordo e a execução da justiça no decorrer das operações no Brasil. As punições a bordo variavam desde açoites de corda, aos mergulhos

sucessivos do faltoso no mar, mantendo-o atado ao navio por uma corda; passá-lo, também atado, por baixo da quilha do navio em movimento; cravar a mão ao mastro, com a própria arma do faltoso que a sacasse para um superior; e o enforcamento. Os punidos geralmente não resistiam aos castigos mais violentos.

Alguns episódios presenciados por RICHSHOFFER são sugestivos. Três soldados que desrespeitaram uma ordem, penetrando em uma adega, e a sentinela relapsa, tiveram sua sorte decidida em um Conselho de Guerra com os dados lançados sobre um tambor. A sentinela, desfavorecida da sorte, foi enforcada, e os restantes atados a um poste e açoitados. Embora filho de pais respeitáveis e mesmo todo o Regimento intercedendo a seu favor, a sentença foi cumprida, diz RICHSHOFFER.

Em Itamaracá um soldado foi arcabuzado por haver sacado da espada para seu oficial e recusado obdecer uma ordem.

Em 1631, por ocasião do combate naval entre as frotas de Oquendo e Pater, próximo à costa da Bahia, quatro capitães de navios holandeses foram presos e submetidos a Conselho, por não terem se batido com lealdade, abandonando o combate prematuramente.

O trato com os espíões e delatores era sumário — tortura e espartilhamento. Por ocasião dos encontros, perdurou, por algum tempo, o primitivo procedimento de mutilar os adversários mortos ou feridos em combate, conduzindo os soldados orelhas e narizes decepados nas lâminas de suas armas.

Os problemas relativos ao moral agravar-se-iam, em consequência dos extremos a que chegaram as situações alimentar e sanitária da tropa e de toda a população. Os documentos holandeses os caracterizam com veemência.

"A ração parca e ruim cria aborrecimento e revolta entre os soldados; o pão, carne e toucinho são distribuídos em menor quantidade que o estipulado, o bacalhau, também, e na maior parte das vezes estragado, pelo que é jogado fora; quase todos os viveres são velhos de dois anos ... é impossível mesmo contra a natureza manter este povo com alimentos velhos sem refrescos ... a maior dificuldade temos em evitar o escorbuto" (Carta de Van Walbeek, de Recife, Jan 1632) (9)

Segundo Gonsalves de Mello, "As informações sobre o número de doentes faz-nos calcular que aproximadamente 1/3 da tropa estava impossibilitada de prestar serviço. (9)

Afinal, as deserções, em número não pequeno, do pessoal assalariado, principalmente franceses, e mesmo holandeses, índios e negros. Quando não se bandeavam passavam a constituir grupos de salteadores que cometiam toda sorte de tropelias na zona dos canaviais. (9)

LUSO-BRASILEIROS

Recrutamento, Condições de vida militar, Disciplina e Moral

Os documentos espanhóis e portugueses bem indicam as dificuldades de recrutamento para atender às necessidades da guerra no Brasil.

O Contingente mobilizado também é heterogêneo. São espanhóis a serviço da coroa, portuguesa, de preferência recrutados na Madeira e nos Açores, e tropas mercenárias napolitanas e até irlandesas.

Em janeiro de 1635 é expedida "ordem para recolher a Lisboa os indivíduos prêso nas cadeias das comarcas, os quais devem ir como soldados nos socorros de Pernambuco". Mais tarde, o rei da Espanha, — tendo em vista "o socorro em homens para o Brasil, recomenda que não se mandem menos de 3.000, ainda que se embarquem por fôrça" (11)

No Brasil, portugueses radicados, mazombos, índios e negros constituíam, sem dúvida, os elementos verdadeiramente estruturais do exército luso-brasileiro. Sua rusticidade, perfeitamente autenticada às características da região, ao clima e às provações de uma guerra ingente e áspera, assegurariam a seus valorosos e decididos chefes a faculdade de conduzir as operações segundo uma tática adequada ao desequilíbrio de forças e, principalmente, à drástica limitações de apoio em meios materiais e pessoal.

Seguidamente o próprio Matias de Albuquerque lançou mão de seus recursos pessoais, disponíveis em Portugal, para assistir em número o exército luso-brasileiro. (1)

As condições de vida militar variavam daquela já assinalada para os holandeses, na medida em que as diferentes situações permitiam explorar os recursos locais, tirando partido de produtos alimentares regionais, com os quais já estavam habituados e que constituíam sua base de subsistência.

Todavia, a carência de alimentos impôs grandes provações inúmeras vezes, sendo de assinalar-se por ocasião do cerco do Arraial de Bom Jesus, quando cada sitiado recebia apenas uma espiga de milho por dia.

A organização militar para a guerra irregular, naturalmente colocava a disciplina em termos muito pessoais, de acordo com as características dos respectivos chefes das Companhias de Emboscadas.

Também as deserções não eram raras. Mas a perfeita adaptação às condições da guerra, a disposição psicológica para lutar e o nascente espírito de nacionalidade que despontava, favoreciam extraordinariamente a manutenção de um moral elevado, sem dúvida bem caracterizado nas heróicas resistências do ARRAIAL, de NAZARÉ DO CABO, do RIO FORMOSO, da PARAÍBA e outras, como na fase viçtoriosa dos GUARARAPES.

A AÇÃO DE COMANDO

DOS HOLANDESES

Tudo indica que a seleção dos chefes militares para o serviço da Companhia das Índias era realizada com muito cuidado. A despeito dos declarados propósitos comerciais da empresa, ou por isso mesmo, a conduta das atividades militares era entregue a soldados competentes e até mesmo bastante ciosos dos deveres e direitos inerentes à profissão das armas. Embora mercenários, como de hábito naquela época, os holandeses ou não, quase todos os chefes militares de terra e de mar, deram mostras de padrões de comportamento e conduta profissionais de alto sentido para sua época.

A capacidade profissional demonstrada no curso dos diferentes episódios operacionais, naturalmente de acordo com as concepções táticas e de ordem doutrinária de então; a reconhecida ascendência que exerciam sobre tropas de formação e constituição notadamente heterogêneas, assim como a confiança que inspirava a seus soldados pelo valor pessoal em ação e os exemplos que, seguidamente, proporcionavam, são traços freqüentemente identificados em oficiais de todas as hierarquias que palmilharam o solo brasileiro sob domínio holandês.

Da leitura de documentos de origem quase antagônica pela posição de seus respectivos autores na escala hierárquica, como sejam o Coronel Diederick Van Waerdenburch, comandante da força terrestre que desembarcou em Pernambuco em 1630 (5), e Ambrósio Richshoffer, soldado que com 17 anos de idade participava dos mesmos acontecimentos, e os registra em seu Diário (10), podemos verificar a constante na apreciação e confirmação daqueles atributos de chefia já assinalados, como dominantes nos quadros de oficiais e graduados.

O soldado Richshoffer em seu Diário, além de tratar com deferência e admiração seus superiores, permite mesmo identificar certa amizade pelos de sua Companhia. Demonstra completa aceitação da rigorosa disciplina, particularmente a de bordo, e compreende todas as manifestações da hierarquia e do respectivo cerimonial militar, como sejam Guardas de Honra, salvas e outras, em que põe a extrema rudeza das condições de trabalho, de combate e até mesmo de sobrevivência em certas ocasiões. Os exemplos pessoais de coragem, bravura, discernimento e entusiasmo de oficiais e de graduados, é constantemente os aponta, porém com discrição que traduz naturalmente. Não há emoção e também não há surpresa.

Há informações sobre os cuidados em exercitar a tropa, inclusive os oficiais oferecendo prêmios para concurso de tiro, e atenções especiais para a capacidade combativa da força antes das ações. Chegavam ao conhecimento da tropa as sanções disciplinares impostas a oficiais faltosos por incapacidade na ação e responsabilizados por isso.

Segundo Richshoffer, o Coronel Waerdenburch desembarcou com a vanguarda de sua força em Pau Amarelo e junto a ela marchou no dia imediato sobre Olinda, participando ativamente do ataque.

Vejamos agora, outros aspectos, através da correspondência oficial do Coronel Waerdenburch com os diretores da Companhia das Índias, instalados na Holanda, longe portanto dos acontecimentos.

Cabe inicialmente recordar que, em suas características fundamentais, a Ação de Comando era exercida de maneira bastante diferente de como se realiza modernamente. Isso porque os conceitos de responsabilidade e a decorrente autoridade — ambas intransferíveis — e vinculando hoje, em condições indeclináveis, a função pessoal do comandante às suas decisões, naquela época ficavam na pluralidade de opiniões dos membros dos Conselhos de Guerra, que como organismos colegiados resolviam na razão de uma eventual maioria.

Embora formados, convocados e presididos pelo respectivo comandante, sua palavra nos Conselhos de Guerra teria, quando muito, o valor de um voto de qualidade, sem oferecer, porém, a expressão autêntica de uma decisão superior e pessoal e, principalmente, responsável.

Bem diferente pois dos atuais Trabalhos de Comando dos nossos Estados-Maiores e, em particular, do ato capital da Decisão, de exclusiva responsabilidade funcional do comandante. Todas as providências importantes, relativas não só à disciplina e à ordem e à aplicação da justiça, como também as de natureza operativa, tanto de administração, como de emprêgo tático, eram submetidas ao Conselho de Guerra. Para a sua constituição concorriam todos os oficiais com formação de comando, de acôrdo com o escalão respectivo, e nas frotas ou armadas ainda os comandantes de embarcações, quando fôsse o caso.

Em maio de 1630, o Coronel Waerdenburch expõe suas preocupações junto à direção da Companhia pela instituição de um Conselho Político no Brasil, a cujos membros foram conferidos “a maior autoridade e o mais alto comando”, de acôrdo com instruções, “e isto com tal prejuízo para a minha posição, que eu não poderia exercer meu cargo sem ficar privado de uma parte de minha autoridade, da qual não posso prescindir para o Comando de minhas tropas”. Reclama ainda o Coronel Waerdenburch: “os senhores Diretores confiaram-me a tarefa principal e por isso me deram grande autoridade; para as outras empresas ou tarefas de menos importância atribuem exclusivamente aos Senhores do Conselho (Político) a escolha dos oficiais, quer superiores, quer inferiores, que devam ser utilizados, muito embora eu, que tenho as provas de capacidade dos oficiais, seja tão capaz como os senhores do Conselho para fazer essa escolha”.

Sobre o Conselho de Guerra reclama o coronel: “... foi-me conferida autoridade para formar este Conselho na ausência do general, presidi-lo e, a fim de que a ordem e a disciplina militares sejam mantidas aqui em conformidade com a ordenança aí em vigor, auxiliar

a administração da boa justiça, mas, após as instruções dos Senhores do Conselho (Político) o Conselho de Guerra ficou de tal maneira reduzido que, em verdade, não será senão uma sombra de Conselho de Guerra..." etc., etc.

Considerando ainda a intromissão do Conselho Político nas atribuições do Conselho de Guerra, alerta para a tendência para o enfraquecimento da disciplina e do respeito dos soldados para com seus superiores. Também a redução de suas atribuições de "dispor dos empregos vagos no território conquistado, expedições contra o inimigo e sítios", sendo transferidas para o Conselho Político a "nomeação dos capitães e tenentes e a mim somente o ato de escolha, com a reserva de receber o escolhido a sua comissão dos Senhores do Conselho, de modo que, todos esses oficiais, vendo pouco poder de que disponho, perderão aos poucos todo respeito por mim".

Pede, afinal o Coronel Waerdenburch, dispensa de suas funções, comprometendo-se porém a não poupar sua pessoa e permanecendo à testa de seu comando "a fim de evitar disputas", até a conclusão dos trabalhos de defesa (do Recife) e proporcionando à Companhia um prazo para "encontrar pessoa capaz que possa preencher o posto".

Em toda a sua correspondência o Coronel Waerdenburch trata com conhecimento de causa, de aspectos técnicos e de planejamento das fortificações, problemas de organização e de logística e observações diversas sobre as características particulares do território. Tudo com muito espírito prático e notável bom-senso. Descreve com objetividade e independência aos Diretores da Companhia as precárias condições de vida e de sobrevivência de sua tropa; relata as dificuldades e percalços de combate e não se furta na apreciação do valor militar do adversário, mostrando-se muito cioso de sua autoridade e do caráter de que esta deve revestir-se, seja na conduta das ações ou mesmo no exercício regular e cotidiano do comando.

Assim como Waerdenburch são quase todos os outros chefes militares de terra e mar, recrutados pela Companhia das Índias para sua empresa no Brasil. Os Almirantes Lonck, um dos vencedores da "frota de prata", Jol e Lichthard — este último então no começo de sua carreira que seria toda "brasileira" — e os coronéis Banckert, Kart, Sickes, Uitgesst, Van Els, Arciszewsky e Schkoppe foram chefes de reconhecido valor no lado holandês. (9)

Afinal, o príncipe João Maurício de Nassau. Seus processos e sugestões ao Alto Conselho da Companhia das Índias, a par da eficiente administração levada a efeito durante os oito anos de seu governo, bem demonstraram sua objetividade na compreensão do panorama do Brasil holandês. Procurou conduzir uma política de conciliação e de transigência, buscando a colaboração dos portugueses por julgá-la indispensável ao bom êxito da empresa. (9)

Como chefe militar, apesar de seu alto cargo, conduziu pessoalmente as expedições sobre o Rio São Francisco e sobre a Paraíba, além de deslocar-se, com frequência, à testa de suas forças em reconhecimento pelo território ocupado.

Sua Ação de Comando caracterizou-se pelo equilíbrio, senso de justiça e elevação de propósitos, reprimindo inúmeros abusos de autoridade, desmandos e atrocidades, não raro exercidas por outros chefes.

DOS LUSO-BRASILEIROS

Três fases bem caracterizam a conduta militar dos luso-brasileiros, do ponto de vista Ação de Comando, durante o longo domínio holandês: a fase da Resistência, a fase da Insurreição e as Batalhas. Em cada uma delas avulta um grande chefe imprimindo sua particular conduta, de acôrdo com as circunstâncias da guerra.

Matias de Albuquerque foi, sem dúvida, o grande general da Resistência. Mandado pelo rei da Espanha para defender o Brasil, aqui chegou trazendo apenas 27 soldados para Pernambuco e uma caravela, e mais duas com munições para a Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande.

Recebendo em 1630, em sua província, o grande impacto da invasão flamenga, muito embora sofrendo sucessivos reveses, soube, com extraordinária habilidade, onerar pesadamente as vitórias inimigas, articulando seus escassos recursos segundo uma estratégia adequada ao desequilíbrio de forças e às imposições do considerável espaço a assegurar.

Tirando partido da disposição do adversário de firmar-se em pontos fortes no litoral e de sua natural inaptidão para estender sua conquista para o interior, pela irresistível dependência e atração pelo mar, Matias de Albuquerque, — conduzindo com superior visão o desenvolvimento de uma tática original, compatível com as eventuais vantagens que suas limitadas forças poderiam oferecer: o conhecimento do terreno, rusticidade da tropa e a capacidade de chefes subordinados para as ações dissociadas — condicionou o inimigo ao confinamento naqueles pontos, mantendo assim o domínio do interior e com isso a sua integral liberdade de manobra. Assim perdura até 1638.

Sua exemplar conduta como Chefe inspirou os mais belos episódios de resistência, proclamados pelo próprio adversário, como o do rio Formoso (*) e outros.

Soube, afinal, despertar o espírito de reação e a vontade de lutar, buscando nas reservas espirituais da população o fator psicológico que, pouco a pouco, germinaria como primeiro sinal de uma nova nacionalidade.

Em 1645, logo após o governo de Nassau, prenuncia-se a Insurreição. João Fernandes Vieira, juntamente com André Vidal de Negueiros são os principais chefes dos "campanhistas" que articulam,

(*) N. da R. — Um dos episódios mais significativos da Guerra Holandesa. Já foi tema de estudo publicado na "Defesa" (n. 477, de Abr 54 — pág. 143 a 150).

acionam e comandam as razias, incendiando canaviais, casas-grandes, engenhos e armazens de açúcar, e entrando em território ocupado pelos holandeses com objetivos previstos e missões fixadas. Era a guerra de "terra arrasada", buscando por um lado, eliminar todas as possibilidades de aproveitamento dos recursos locais e das riquezas exploráveis, e por outro, mobilizar a população pelo ódio e pelo terror ao inimigo.

Coincide esta fase com a do declínio da expansão holandesa no Brasil.

Afinal, a fase das Batalhas — GUARARAPES.

Dois aspectos, pelo confronto de atitudes, bem caracterizam a Ação de Comando dos Chefes luso-brasileiros nesta fase.

Em primeiro lugar, a disposição moral de Francisco Barreto de Menezes que, a despeito de prisioneiro, logrou escapar assumindo o comando de suas forças e nele soube conduzir-se com real capacidade, aproveitando a experiência e o conhecimento de seus subordinados — capitães verdadeiramente senhores da "Guerra Brasileira" —, e na qual ele próprio não havia sido experimentado.

O outro aspecto é o da elevação — diríamos até, a "disciplina intelectual" — com que sua autoridade foi aceita, integralmente, pelos legítimos empreendedores da Restauração Pernambucana.

O IV Exército é hoje o herdeiro natural de todas as tradições militares dessa gloriosa Campanha, que nos alvôres da nacionalidade brasileira firmaram, com o tinir de suas armas e o sangue de seus heróis, os padrões fundamentais do Exército Brasileiro, em termos de — Instrução, Enquadramento e Ação de Comando.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERÊNCIAS

- CARRIAS, E. — Cel — *La Pensée Militaire Française* — Paris, 1959 (1).
- SERVAGEM, C. — Cap — *Portugal Militar* — Lisboa, 1931, por empréstimo do Prof. Gonsalves de Mello. (2)
- SOUZA JÚNIOR, A. — Maj — *Do Recôncavo aos Guararapes* — Rio, 1949 (3).
- GONSALVES DE MELLO, J. A. — Cristóvão Alvares — *Engenheiro em Pernambuco (1608-1638)* — Recife, 1961 (4).
- WAERDENBURCH — Cel — in "*Documentos Holandeses*" — 1º vol. (único pub.) — Rio, 1945, por emprést. do Prof. Gonsalves de Mello. (5)
- VARNHAGEN, F. A. — *História das lutas com os Holandeses no Brasil* — São Paulo, 1942 (6).
- RODRIGUES, WASTH — *Trajes civis e militares em Pernambuco durante o Domínio Holandês* — in *Rev. do Arquivo Público*, Ano IV, nº VI — Recife, 1949 (7).
- ALVES PINTO, L. — Maj — "*A Guerra, expressão de valores culturais — Guararapes, um exemplo*" — *Rev. cit.*, por emp. da Bibl./QG IV Ex. (8)

- RICHSHOFFER, A. — Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais — trad. de A. Carvalho — Recife, 1897, por emp. do Prof. Gonçalves de Mello. (10)
- CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA (VII) — Memórias e Comunicações apresentadas ao ... — Tomo I — I Secção — Lisboa, 1940, por empr. do Prof. Gonçalves de Mello. (11)
- DUARTE COELHO — Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1630-1638) trad. — Recife, 1944. (12)
- NETSCHER, P. M. — Os Holandeses no Brasil — trad. — São Paulo, 1942.
- WATJEN, H. — O Domínio Colonial Holandês no Brasil — trad. — São Paulo, 1938.
- CALADO, M. Frei — O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade — Recife, 1942.
- BOXER, C. R. — Os Holandeses no Brasil — trad. — São Paulo, 1961.
- SOUZA JUNIOR, A. — Ten-Cel — "Aspectos militares da 1ª Batalha dos Guararapes" in Rev. do Arquivo Público, n. cit.
- PIRES DE LIMA, D. — A Defesa do Brasil de 1603 a 1661 — in "Congresso do Mundo Português" — Lisboa, 1940, por emp. do Prof. Gonçalves de Mello.
- LOBATO FILHO — Gen — As duas Batalhas dos Guararapes — Rio, 1955.
- PALMEIRA, J. C. — Cap — Batalha dos Guararapes — Rio, 1932.
- MAGALHÃES, J. B. — Cel — A Batalha do Monte das Tabocas — Rio, 1946.
- MUSEU HIST. NACIONAL — Catálogo (de armas e petrechos bélicos) para a Exposição Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana — Pernambuco, 1954.
- Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram na Província de Pernambuco — Rev. do Inst. Arqueológico e Geográfico de Pernambuco — n. 46, pág. 171/194.



EM FACE DO COMUNISMO — 4

"Junta-se a isso, em muitos casos, uma dose boa de pedantismo. E o resultado é o comunismo teórico de muitos elementos das chamadas classes intelectuais. É nesse ponto que reside a parte mais perigosa da infiltração vermelha. Pois esse comunismo teórico assume todos os aspectos e vai desde a complacência liberal dos que temem opor-se ao movimento, para não serem acusados de retrógrados ou ignorantes, até a convicção profunda....."

(Tristão de Ataíde)

SI VIS PACEM PARA BELLUM

DR. ANTONIO MARQUES

Julz-Auditor da 9ª RM

1 — A tradução do título é a seguinte: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Vem isto a propósito do recente projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, por iniciativa do Poder Executivo, abrindo um crédito destinado ao Fundo do Exército: no ano de 1965, de 20 bilhões de cruzeiros e no ano próximo, de 25 bilhões. Assemelha-se aos Fundos já existentes, da Marinha e da Aeronáutica.

O Fundo é dedicado ao reaparelhamento material do Exército. Bem sabemos que nossas forças armadas contam com armamento dos mais obsoletos. Basta dizer que o fuzil é ainda o Mauzer modelo 1.908! Viaturas em mínima quantidade; forças blindadas apenas simbólicas. Artilharia de foquetes, etc., nem sequer para treinamento e exibição nas paradas. De força armada mesmo só temos homens, assim mesmo deficientes, dado o desaparelhamento material em que nos encontramos.

2 — Se antes da atual Era Industrial, o elemento preponderante nas guerras era a capacidade de apresentar efetivos instruídos na Arte da Guerra, nas operações e nas batalhas, já os novos meios criados pela indústria, modificaram estas condições do problema. “O essencial passou a ser a possibilidade de ter recursos materiais, fato sinteticamente registrado pela frase célebre: — *não se luta com homens contra material*”. (Cel. J. B. Magalhães — A Evolução Militar do Brasil — pg. 403).

Nestas condições, devemos erguer mãos aos céus, por estarmos cercados de vizinhos pacíficos como nós e não ter, nossa Pátria, despertado maior cobiça de inimigos externos. Mas, até quando poderemos contar com esta sorte? — E será racional deixar a Segurança Nacional confiada exclusivamente à sorte?

Atualmente, o material é o fator chave da guerra e da paz. Foi com a superabundância de material cedido pelos Estados Unidos da América que a União Soviética se recuperou, para expulsar os alemães de seu território. Foi material bélico americano que derrotou as tropas do Afrika Korps, do Marechal Rommel, no norte da África, invadiu a Itália e ganhou a guerra em todos os campos de batalha do mundo.

O General alemão GUNTHER BLUMENTRITT, do alto comando germânico durante a última guerra, estima nos seguintes dados o auxílio americano à Rússia: 17.000 aviões, 51.000 jeeps, 400.000 caminhões, 12.000 veículos blindados, 8.000 canhões antiaéreos, 105 submarinos, 197

lanchas torpedeiras, 50.000 toneladas de couros, 15.000.000 de pares de botinas, 3.700.000 pneumáticos, 2.800.000 toneladas de aço, 800.000 toneladas de produtos químicos, 340.000 toneladas de explosivos, 2.600.030 toneladas de víveres, 81.000 toneladas de borracha, etc. E conclui o referido oficial: "Não é exagero dizer que sem essa maciça ajuda americana, dificilmente poderia a Rússia ficar em condições de passar à ofensiva em 1943". (In *Decisões Fatais* — Biblioteca do Exército — pg. 139).

3 — Devemos viver no mundo como ele é realmente. Muito embora nossos ideais e nossos escrúpulos de consciência, devemos observar que tais requintes poderão tornar-se ruinosos para nós próprios. Não foi à toa que VOLTARE, no seu Dicionário Filosófico, no vocábulo GUERRA, disse:

"Todos os animais estão em guerra perpétua. Cada espécie nasceu para devorar a outra. O ar, a terra e as águas são campos de destruição. Pareceria que Deus, tendo dado razão aos homens, esta razão deveria se não envilecer, imitando os animais — não obstante, a guerra mortífera é de tal modo patrimônio horrível dos homens que, salvo 2 ou 3 nações, não existem outras cujas histórias antigas as não apresentem em armas umas contra as outras".

O clássico G. BOUTHOUÏ já dizia que a guerra é a festa suprema do homem.

Desgraçadamente, ainda vigoram entre os homens os princípios que, com nua crueza, expendeu MAX NORDAU:

"... a existência é uma luta sem misericórdia. Isto não é questão de direito público, mas de força, no sentido mais elevado e mais humano do termo. Não há direito que possa obrigar o ente vivo, qualquer que seja, a renunciar às condições indispensáveis de sua existência, não há senão a força que pode determinar tal fim". "Mas a força provoca a resistência. Nenhum fanático do direito público, até agora, pediu ao leão que conquistasse por meios legais, o cordeiro que ele vai devorar. O leão agarra o cordeiro porque deve agarrá-lo; é seu o direito de devorá-lo. É verdade também que o cordeiro teria o direito de matar o leão, se pudesse. Quando se trata da vida, os conceitos do direito e da força não regem mais; e isto é tão evidente que os códigos de todos os países concedem ao indivíduo o direito de defesa pessoal, admitindo, pois, que haja situações em que o direito do homem está na sua força. E o que é a guerra senão um caso de defesa pessoal, não pelo indivíduo mas por um povo? Um povo reconhece ou acredita reconhecer, que alguma coisa seja necessária para firmar ou tornar mais fácil sua vida e ele estende a mão para agarrá-la".

"O seu direito, neste caso, é igual ao do leão sobre o cordeiro. Se surge um outro que se oponha à aquisição da coisa necessária ou útil, o primeiro terá que sustentar, com as armas, com a sua força, o direito inegável que elegeu. O povo vencido não deve lastimar-se; a maior parte das vezes poderá renovar a luta e se uma outra derrota confirmar a primeira, se não lhe fica sequer a mínima esperança de tornar-se o mais forte, então deverá resignar-se à sorte, à sentença da natureza, e dizer: "Nascemos cordeiro e devemos viver como cordeiro; seria melhor, certamente, se fôssemos leão, mas não somos e seria fútil e ridículo promover censuras à natureza que não nos fez nascer tal". (Max Nordau: in PARADOXOS — pg. 299).

4 — Evidentemente não é este nosso ponto de vista, como igualmente não o é da maioria dos brasileiros que possuem responsabilidade na direção das coisas públicas.

Mas ... e se alguma potência entender que ela é o leão e nós o cordeiro? Se se resolver a usar desse "legítimo" direito de devorar-nos?

Se nos refugiarmos em doutrinas românticas e em ideais que ainda estamos longe de alcançar, no ambiente das relações internacionais, estaremos espontaneamente vestindo a pele de cordeiro e entregando-nos à saciedade de qualquer leão faminto que apareça.

Desde a aurora dos tempos que o homem tem revelado uma ferocidade especial nas guerras.

Eis uma cena que nos conta EMIL LUDWIG: Passou-se há mais de 2.000 anos, entre os ascendentes de um dos mais adiantados países de hoje: a Alemanha.

"Aconchegados na sensação do poder, protegidos pelos Alpes cobertos de neve e por fortificações na planície do Pô, confiantes em suas defesas, os romanos foram tomados de pânico, no ano 113 A. C., ao saber do aparecimento de enorme exército de bárbaros nórdicos, ao sul dos Alpes. As notícias alarmantes falavam de gigantes, nus, cobertos de cabelos de "ancião", aos milhares, não em formação, mas em bandos, levando consigo mulheres, crianças, trastes, em rudes carros de lona, que cavalos puxavam, por meio de lanças. As suas armas eram clavas e longas espadas. Seus escudos tinham o tamanho de um homem. Os da vanguarda se amarravam entre si por meio de cordas. Quando atacavam irrompiam em uivos horrendos, usando os escudos para aumentar o alarido. Nos carros, que dispunham em forma de reduto, as mulheres bradavam aos guerreiros que não se deixassem vencer. Abatiam todos os prisioneiros. As velhas e sacerdotisas, vestidas de linho pardo, san-

gravam as vítimas, engrinaldadas, aparando-lhes o sangue em caldeirões e utilizando-lhes as vísceras para proferir augúrios. Tais eram os cimbrios e teutões". (EMIL LUDWIG — em Os Alemães. 2ª Ed. pg. 15).

Depois de 2.000 anos, encontramos êsses mesmos alemães praticando os mesmos requintes de perversidade e barbarismo, nos campos de concentração de Dachau, Belsen, Treblinka, etc., etc., em operações de extermínio em massa de judeus e prisioneiros de guerra, em fornos crematórios e câmaras de gás, em fuzilamentos; usando cadáveres humanos para fabricação de sabão, como fertilizantes de solos depauperados e em produtos industriais (cabelos, couros, dentes, etc.).

Vê-se ainda que, desta última guerra a destruição bélica só difere das primitivas no requinte técnico: campos de concentração, fornos crematórios; as bombas atômicas lançadas contra o Japão, em 6 e 9 Agô 45, que mataram 105.000 japoneses, feriram 94.000 e deixaram sem teto outros 200.000. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 3º volume).

Contam cronistas da Revolução Francesa que, na febre de extermínio de adversários, JOSEPH FOUCHÊ chegou a mandar eliminar prisioneiros a tiros de canhão, porque os fuzilamentos já se tinham tornado muito demorados e cansativos.

Se formos desenrolar os fatos da história, será um nunca acabar!

5 — Para tais emergências é que existem as forças armadas; instituição universal, que o mais pobre dos países mantém, muitas vezes à custa de sacrifícios do povo. Ainda recentemente, uma das nações líderes do pacifismo internacional, a Índia, teve que rever êsse seu ponto de vista e armar-se às pressas, mediante auxílios dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia, em virtude de ataque de tropas chinesas. Até o Vaticano mantém uma força de emergência, agora despida de parte de suas vistosas e pitorescas armas da Idade Média, substituídas por pistolas e outros armamentos ultramodernos. Mesma coisa diremos de pequenos Estados, como o de Mônaco.

Desde os grupos socialmente mais atrasados, verdadeiramente na Idade Paleolítica, como nossos índios, mantinham sua organização bélica entre as instituições em que mais se esmeravam. No Estado Romano, outra não era a disposição:

"A Cidadania e o exército de cidadãos eram uma mesma coisa, tanto em realidade, como do ponto de vista jurídico. A obrigação do serviço das armas e o direito de sufrágio eram correlatos, estando privados de um e de outro as mulheres e crianças".

"A tarefa dos censores tinha por objeto principalmente determinar os seguintes elementos, em relação a cada um dos cidadãos: Idade — condição necessária para o serviço militar

(de 17 a 45 anos); Aptidão Física; Posição Econômica — (cada um custeava seu equipamento e armamentos); Honorabilidade (excluídos do serviço militar os libertos e outros que não podiam merecer essa honra)".

"Do censo surgia originariamente a cidadania, como exército organizado de cidadãos (*exercitus centuriatus*), dividido em cavalaria e combatentes a pé, ambos organizados por divisões ou grupos militares, centúrias, tendo centuriões como chefes".

"O exército guerreiro, para a campanha, obedecia a peculiares disposições".

"A magistratura, em geral, como representante e administradora dos negócios da comunidade, além da administração da justiça, abrangia o comando militar. A união de ambas as funções constituía o conceito de *Imperium*, isto é, o poder público primitivo; porém, o mando militar era fato ainda mais exclusivo da magistratura suprema, que a jurisdição: não havia magistratura suprema sem mando militar, nem mando militar que não pertencesse a uma magistratura suprema". (THEODORO MONMSEN).

Eis por que a tradicional obra do Coronel VICENTE ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO, editada em 1902, destinada à cadeira de Direito da Escola Militar, dizia:

"Instrução Militar é a que tem por fim preparar o soldado, de modo a torná-lo apto para a guerra".

"O exército é destinado a lutar para vencer, para destruir, anular completamente os ataques dirigidos contra a integridade e a independência nacionais. A sua função peculiar é agir de modo violento, pelo emprêgo da força material... O exército é uma força destinada à luta contra força igual ou superior. A sua organização deve torná-lo apropriado a agir contra a resistência e vencer". (pgs. 102/9 — vol. II).

6 — Depois das transformações políticas pelas quais passaram as grandes nações, com a eliminação dos feudos e fortalecimento dos governos centrais, começou a ressurgir a noção de patriotismo, dantes diluído, quase fracionado, nas mãos dos pequenos potentados locais. Estes, geralmente exercendo um poder absoluto, em rigoroso regime de castas sociais. Debaixo da tirania desse absolutismo, praticamente sem direito algum, nem mesmo o elementar direito à vida; eternamente subjugado e humilhado — o que se resolveu chamar de povo, não encontrava condições ideais para amar a terra, uma vez que esta não lhe pertencia, mas, ao nobre, seu senhor; não estimava igualmente a este, que o explorava. Daí porque os exércitos de então eram constituídos quase de mercenários e serviçais conscritos que, em última análise, não passavam

também de mercenários, pois lutavam exclusivamente em troca de pagamento e da miragem de vantagens oriundas da guerra (pilhagens, aventuras, rapto, etc.).

7 — Com a evolução da organização dos exércitos, a deficiência das armas de então, especialmente quanto ao seu alcance, firmou a supremacia do homem sobre o material; têmos êstes que se acham hoje invertidos.

A eficiência do elemento humano era a chave da vitória:

“A aplicação sistemática da força, pelos exercícios ou manobras mecânicas, foi reintroduzida nos exércitos, no fim do século XVI. Disso resultou a transformação do exército numa máquina humana. O soldado tornou-se destarte uma espécie de dente de entrosa, uma unidade sem vontade própria; envergando um uniforme de novo molde e que era, também êle, um produto de fabricação em massa e de standardização, o soldado passou a ser uma parte uniformizada, substituível, da máquina moderna ideal. Uma vez perfeitamente treinado, sua conduta podia ser prevista com uma certeza matemática. É uma observação de GOETHE, dirigida a ECKERMANN, que os príncipes e os soldados têm paixão pelos algarismos. Essas reações mecânicas poupavam ao governante tempo e energia: a vontade, o arbítrio, a liberdade só podiam existir no alto, teoricamente na pessoa do príncipe”.

“O autômato uniformizado tornou-se a imagem mesma da arregimentação despótica; pois o objetivo básico do despotismo era conseguir que cada ordem, cada classe, cada grupo ou sistema de disposição, manifestasse a mesma reação, se mostrasse igualmente sensível a simples sinais. Na França, sob Carnot, o governo revolucionário introduziu o princípio do serviço obrigatório, universal, de sorte que toda a nação, e em particular os varões em idade militar, passou a fazer parte das forças armadas. Esse exemplo, seguido por quase todas as nações, e finalmente até pela Grã-Bretanha e Estados Unidos, multiplicavam as possibilidades de destruição militar e oneravam ainda mais os orçamentos de guerra”. (LEWIS MUMFORD — Prof. de Humanidades da Universidade de Stanford. In: “A condição de Homem”. 2ª Ed Globo — pgs. 201 e 362).

Essas forças militares, de sentido mecânico, atingiram seu apogeu nos meados do século passado. São exemplos e aspectos disso, aquêles uniformes espalhafatosos, berrantes e meticulosos; o empenho no vigor e capricho físico do soldado; isso tudo atingia seu clímax no aparato vistoso das grandes paradas militares que emocionavam as grandes capitais européias: Paris, Viena, Moscou, Berlim, Madri, etc.

As raias do exagêro, entretanto, ocorreram na Prússia, segundo conta EMIL LUDWIG:

"... o rei organizou o aparelhamento escolar com o duplo objetivo alheio à instrução: o treinamento de jovens para o serviço militar e a recompensa para os bons soldados. Em consequência, a educação da juventude prussiana, na maioria dos casos, ficou entregue a sargentos aposentados, cujo principal método de ensino era a bengala ... Querendo manter o exército em forma, pouco era o dinheiro que sobrava para as escolas ... A justiça militar, entretanto, Frederico deixou como instituiria seu pai, que, a fim de não arruinar os camponeses, com a imposição de multa, concebeu o horrendo alvitre de multiplicar os castigos corporais".

"Soldados expulsos do exército eram marcados a fogo na mão, com um S, com recomendação de que fôsse impressa bem e fundo e que êles fôssem retidos nas fileiras alguns dias para impedir que destruíssem o sinal".

"Mosqueteiros que manifestaram a intenção de suicidar-se eram submetidos à bárbara Corrida das Varas, 16 vezes, durante dois dias, para aliviar-lhes a consciência, antes de morrer". (Op. cit.).

8 — A hipertrofia das forças armadas se deu com a queda do feudalismo e a centralização do poder político na mão dos reis: os potentados locais perderam sua força; as nações, dantes fracionadas em pequenos feudos, voltaram a estreitar seus laços de união. Com o advento da Revolução Francesa e o nascimento do exército popular, reacenderam-se as disputas de origem política, na Europa. Dentro de pouco tempo Napoleão Bonaparte se encarregaria de ensinar o aprimoramento da arte da guerra e, simultaneamente, a consolidação das nacionalidades na Europa, — dentre elas, especialmente, Prússia, Áustria, Rússia, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal e Itália, principalmente.

"O Nacionalismo constituiu um protesto contra o Racionalismo. Até o século XVIII, o sentimento de nação era geralmente mal visto. Os racionalistas olhavam desdenhosamente para a nação, como inimiga da Humanidade. Mesmo com as revoluções americana e francesa e a reação às conquistas napoleônicas, o nacionalismo parecia condenado nos Estados maiores e estáveis. O Manifesto Comunista, de Marx e Engels, contava que tal sentimento se acentuaria e chegaram a profetizar no referido Manifesto: "As diferenças e antagonismos entre os povos tendem firmemente a desaparecer ... A supremacia do proletariado virá apressar ainda mais tal desaparecimento ...". Deu-se, porém, justamente o contrário. Do meado do século XIX em diante, ressurgiu impetuosamente o nacionalismo. Consequência:

as fronteiras nacionais passaram a ser tratadas como muralhas militares; cada país passou a sustentar uma ciosa beligerância para com os outros governos nacionais. O isolamento nacional criava uma sensação de claustrofobia, com a impressão de que estava sendo cercado. Daí as conquistas de espaço.

"Para cada Livingstone que na África estava pronto a morrer por amor de Cristo, 1.000 homens humildes havia prontos a morrer por sua terra e a bendizer a morte. Havia profundidade e nobreza nesta nova religião, a que durante um século ou mais os homens se voltaram, com um fanatismo semelhante àquele que o cristianismo havia provocado outrora". "Era um impulso regressivo de onipotência do Estado: nada fora do Estado, nada acima do Estado, nada além do Estado". (LEWIS MUMFORD. "A Condição de Homem", pgs. 396-402).

9 — Vemos hoje que, lentamente, há sinais de declínio dessa hipertrofia exaltada do nacionalismo, que parece ter atingido seu apogeu entre as duas guerras mundiais, especialmente na Alemanha durante a última.

De um lado, começaram a surgir armas, cuja potência destrutiva atinge tão grandes proporções, que seu uso não poderia ficar restrito ao arbítrio de cada nação; por outro lado, o equilíbrio bélico, no setor nuclear, entre Estados Unidos e União Soviética, forçou a ambas essas nações em primeiro lugar e, em seguida a seus aliados, a que superassem pequenas divergências, em favor do proveito comum maior, de evitar uma destruição catastrófica. Por outro lado, os interesses bélicos, hoje, no mundo, estão de tal maneira entrelaçados e vinculados que se torna impossível deslocar um desses interesses, sem ferir muitos outros. Haja vista, a frustrada intenção da União Soviética de armar Cuba com armamento nuclear, que provocou violenta reação dos Estados Unidos. Haja vista a dificuldade atual de encontrar uma solução harmônica para a Guerra do Viet-Nam, pelo número e variedade de interesses em jogo.

De outro lado, os interesses comerciais e financeiros principalmente, forçaram as nações à eliminação de muitas barreiras de natureza fiscal e militar, visando à defesa de interesses comuns. Daí surgiram: o Mercado Comum Europeu; o Benelux; o Pacto de Bandung; a OTAN; o Pacto de Varsóvia e outras alianças de natureza comercial e militar, nos campos ocidental e comunista, no ocidente e oriente.

Tais acordos constituem os primeiros passos para uma estruturação internacional, em novos moldes. Passos mais avançados estão sendo estudados e lançados: haja vista a idéia do Parlamento Europeu; o Mercado Latino-Americano; a tentativa de união entre as nações árabes do oriente próximo.

Finalmente, lançando o homem, já de maneira concreta e material, e não mais unicamente por meio de ficção e especulação, seus interesses para os astros, objetivando a conquista da Lua e dos planetas mais próximos, representará certamente esse elã uma motivação a mais para a solidariedade entre as grandes nações líderes deste planeta.

10 — Mas, voltemos ao nosso tema.

O pacifismo é a nota dominante do brasileiro.

Nenhum exemplo mais significativo teremos do que as efervescências políticas e militares que atravessamos desde a queda de Getúlio Vargas, sem derramamento de sangue.

Se de um lado é nota significativa, em favor do nosso espírito de concórdia e do bom senso em solver pacificamente nossas contendas internas — de outro é sinal de excessiva transigência; capitulação; falta de convicção nos ideais.

Até agora só temos presenciado divergências internas. Não sabemos como reagiria o brasileiro comum, ante a iminência de uma guerra externa. Na última grande guerra que sustentamos, isto é, com o Paraguai, nossa gente demonstrou excelentes qualidades militares, especialmente nas mais inóspitas regiões que atravessaram, no Paraguai. Deixamos de apreciá-las relativamente à 2ª Guerra Mundial, na campanha da Itália, por motivos óbvios.

O brasileiro, vivendo, pois, em ambiente de tradicional segurança, com relação a ameaças de agressão externa, natural é que relaxe seu mecanismo psicológico pertinente. Tal não se dá, por exemplo, com o grego, o polonês, o francês, o argelino, todos aos quais o ambiente de insegurança nacional relativamente a algum vizinho, não só superexcita os vínculos da nacionalidade, como cria ambiente propício à belicosidade contra os alienígenas.

Estando rodeado de nações igualmente pacíficas e com as quais tradicionalmente convivemos no melhor ambiente possível de concórdia, é natural que vá-se afrouxando o mecanismo de prevenção e o de reação. Chega a ponto de, entre nossa população rural, ter-se quase diluído o sentimento de solidariedade e dever para com a Pátria.

MONTEIRO LOBATO cita o caso, pitorescamente, em JECA TATU:

“O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer noção do país em que vive. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terras para diante, que muito longe está a côrte, com os graúdos e mais adiante a Bahia, donde chegam baianos pernósticos e côcos”.

“Pergunte ao Jeca quem é o Presidente da República.

“— O homem que manda em nós todos?

“— Sim”.

“— Pois de certo que há de ser o imperador”.

“Em matéria de civismo não sobe ponto, antes desce”.

“— Havendo guerra, você vai defender o país ?

“— Guerra ? Tesconjuro ! Meu pai viveu afundado no mato pra mais de 5 anos por causa da guerra grande. Eu, para escapar do reclusamento sou até capaz de cortar um dedo, como o meu tio Lourenço”.

“Guerra, defesa nacional, ação administrativa, tudo quanto cheira a govêrno, resume-se para o cabloco numa palavra apavorante: reclusamento.

“Quando em começos da Presidência Hermes andou na balha um recenseamento, esquecido, à Offenbach, o cabloco tremeu e entrou a casar às chusmas. Aquilo “havera de ser reclusamento” e os casados, na voz corrente, escapavam à redada”. (In URUPÊS, pgs. 21-37. JECA TATU).

Evidentemente que URUPÊS foi escrito há tempos, retratando uma época já também passada. Hoje se acha muito evoluída a mentalidade do nosso sertanejo, nesse aspecto. Para isso têm contribuído a facilidade de intercâmbio de notícias e veiculação de nacionalismo, através de jornais, revistas, avião, rádio, veículos de todo gênero que circulam pelas nossas estradas e vias navegáveis, sem esquecer a ação civilizadora das fôrças armadas.

11 — Mas, em tempo algum, mesmo hoje, nenhum povo está livre de empreender uma luta pela sobrevivência. Pretextos nunca faltaram, nem faltarão para que o leão se arrogue o direito de devorar o cordeiro.

Seja conquista de espaços vazios para alojar população de nações superpovoadas, como as há várias no mundo: haja vista, apenas a título de exemplo, a dramática situação do Japão, com uma exígua superfície territorial, da qual apenas uma parte é habitável; a última guerra ainda lhe seccionou drásticamente a extensão e privou-o de várias ilhas.

Seja uma guerra da lagosta, qualquer ...

Seja um megalomaniaco, tipo Hitler ou Mussolini, que assuma o poder, em alguma potência (como eles assumiram).

O mundo, apesar de reiterados protestos de pacifismo, ainda continua aquêlo mesmo descrito por MAX NORDAU, linhas acima, com tanto realismo.

12 — Tentativas e idealistas não faltam, para pleitear uma paz permanente, a soberania do direito entre as nações, e protestar contra o rearmamento das pequenas potências, como o Brasil.

Não existe sanção para infração do Direito Internacional Público, por parte de pessoa jurídica de direito público externo: 1º, porque não existe preceito inibitório, de base positiva; 2º, porque não existe órgão judiciário para julgar; e 3º, porque não há quem aplique a pena.

O Tratado de Versalhes (1919) tentou estatuir um princípio sancionatório, de caráter internacional, sem êxito. Seu art. 227 dizia:

“Os Estados aliados e associados submetem a acusação pública a Guilherme II de Hoenzollern, ex-Imperador da Alemanha, por ofensa suprema contra a moral internacional e a sagrada autoridade dos tratados. Um tribunal especial será constituído para julgar o acusado, assegurando-lhe as garantias essenciais do direito de defesa. Será composto de 5 juizes, de cada um dos seguintes Estados: Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Itália e Japão”.

“O Tribunal julgará, inspirado pelos mais elevados princípios da política, para as nações, com o objetivo de assegurar o respeito das obrigações solenes e dos compromissos internacionais”.

Estando, porém, o ex-Kaiser na Holanda (março-1920), este país recusou extraditá-lo, sob alegação de não poder “cumprir ato contrário ao direito e à justiça, incompatível com a honra nacional”. E quem dizia isso? A Holanda! que foi invadida e talada por ordem dêle. Assim fracassou a tentativa de julgamento do ex-Imperador Guilherme II.

A Sociedade das Nações, em seguida, tenta estabelecer uma paz perpétua, da mesma forma, sem resultado prático.

Já os precursores foram numerosos; dentre êles salientamos o Duque de Sully, Ministro de Henrique IV — 1683: o Abade Saint Pierre, em 1728; Emmanuel Kant, em 1735, nas “Dissertações sobre a Paz Perpétua”.

13 — Enquanto os teóricos dissertam e os estadistas debatem, os mapas do mundo vão-se alterando, as nações desmembradas ou absorvidas: especialmente as que não gozam da proteção da própria força. Haja vista, como exemplo:

A *Turquia* é desmenbrada, dela surgindo: Bulgária em 1908; Romênia em 1877; Sérvia em 1888.

A *França* absorve: Argélia em 1830; Tunísia em 1881; Síria em 1920; Madagascar em 1896; Líbano em 1920.

A Grã-Bretanha procede: à anexação de Chipre em 1878; recebe a Palestina, sob mandato, em 1920; recebe o Egito como protetorado em 1882.

A Áustria anexa a Bósnia e Herzegovínia em 1908.

A Bélgica anexa o Congo em 1908.

A Itália, em pleno funcionamento da Liga das Nações, invade e conquista a Abissínia e a Somália.

14 — “As Nações Unidas não visam a expansão territorial...”.

A Carta do Atlântico, firmada em 12-8-1941, em Quebec, pelos Quatro Grandes, à qual aderiram mais tarde todas as Nações Unidas, fixa, no seu art. 1º:

A despeito disso, entretanto, à Itália, vencida na guerra, foram subtraídas a Dalmácia, Briga, Tenda, Istria, Trieste e todas as colônias africanas pré-fascistas. As fronteiras alemãs foram recuadas em favor da Polônia; os países bálticos foram incluídos na União Soviética (Lituânia, Letônia e Estônia), bem como as fronteiras orientais da Romênia (Bessarábia e Bucovina). O Japão perdeu quase todas as suas ilhas do Oceano Pacífico, e na Ásia ainda a União Soviética praticamente absorveu a Mongólia e a China, o Tibet. A Índia colonial, assumindo os ônus de país independente, fracionou-se; isso sem falar em questões como as de Bornéu, entre a Holanda e Indonésia; as lutas na Coreia e Viet-Nam, a existência das duas Chinas.

15 — Sucede, como vemos, que a Justiça Internacional não existe. Ainda vive, a despeito de todos os anseios, a regra enunciada por Hitler de que “No se fazer a guerra, não é o direito o que conta, mas a vitória. A razão é sempre do mais forte”. O Procurador-Geral Americano no Tribunal de Nuremberg, que julgou os criminosos de guerra nazistas, declarou: “... é necessária uma lei internacional, à qual deverão submeter-se as nações, assim como os indivíduos estão submetidos à lei de seu país” (SOTTILE — *Les Criminels de Guerre et le Nouveau Droit Pénal Internationale* — In *Revue de Droit Internationale* — Genève — 1945/6/7). É ainda do aludido Procurador: “Se este direito que aplicamos, vem pela primeira vez aplicado aos opressores alemães e deve servir a algo de útil, é bom justificar que, em última análise, este direito e esta lei devem prescrever a condenação da guerra de agressão, de parte de qualquer nação, inclusive aquelas que estão representadas no Tribunal Internacional nas vestes de Juiz”. (CARLO MIGLIOLI. *La Sanzione Nel Diritto Internazionale* — pg. 58).

Já depois disso, em plena vigência da Organização das Nações Unidas, tivemos pelo menos dois graves *affairs*: União Soviética x Hungria e Grã-Bretanha x Egito, em torno do Canal de Suez.

E que diremos também do direito de Veto, de que gozam as grandes potências no seio da dita Organização Internacional?

Muitas vezes as potências se vêem diante de contingências a longo prazo, que seus estrategistas e conselheiros encaram de determinada maneira, mas que o entreechoque de interesses altera de maneira surpreendente.

Veja-se, por exemplo, a política dos Estados Unidos da América, em relação ao Japão.

Naquele tempo o Império Nipônico estava em guerra pela conquista da Mandchúria à China. O ponto crítico do Japão foi sempre o fator

território. Os Estados Unidos receando, certamente, o perigo que representaria um Japão excessivamente forte, que seria a primeira consequência fatal da conquista da Mandchúria, dissuadiu-o dessa empresa: ...

"Sem a decisão de Roosevelt, que intimou o Japão a abandonar suas conquistas na China, os Estados Unidos não teriam Pearl Harbour e não teriam entrado nessa guerra ..." (CARLO MIGLIOLI, op. cit. pg. 123).

Em contrapartida, tivesse Roosevelt cruzado os braços, o Japão poderia tornar-se uma superpotência no extremo oriente, mas teria, em compensação, evitado talvez que a China Continental assumisse o papel que representa hoje.

Como se viu da exposição acima, no domínio das relações internacionais, a razão ainda pertence ao mais forte. Seja no domínio comercial, seja no militar. Até o domínio puramente intelectual e artístico sofre poderosa influência de fatores estranhos. Temos visto as correntes de propaganda e doutrinação, de toda espécie, que um país lança sobre outros, especialmente aos subdesenvolvidos, assim chamados os latino-americanos, africanos e asiáticos: jornais, folhetos, revistas, livros, rádio, conferências, visitas, intercâmbio cultural, exposições de arte e indústria, etc., etc.

16 — O Brasil faz parte do mundo. É uma das numerosas peças do tabuleiro do xadrez internacional, peças essas que têm a virtude singular de se mover e traçar suas próprias diretrizes. Está fadado a um grandioso futuro; será mesmo, dúvida não tenhamos, uma das grandes potências do futuro. Possui as condições necessárias para isso: território imenso e fértil; população numerosa e consciente desse destino; condições para uma tecnologia preponderantemente nacional; riquezas minerais e energéticas próprias para uma expansão ilimitada.

Mas tudo isso submergirá, se amanhã um conquistador ambicioso, aguerrido e bem armado, resolver encarar as coisas à maneira de Max Nordau, ou Hitler! Assim como já houve um, repetindo esse fato milênar que é a conquista e o desmembramento das nações, quem poderá garantir-nos que não haverá outro?

17 — O elemento Material é condição *sine qua non*, para a tranquilidade e a paz nacionais. O adágio romano, *Si Vis Pacem Para Bellum*, isto é, "se queres a paz, prepara-te para a guerra", não é tirada poética: representa o fruto da milénar experiência romana.

"Note-se agora que originariamente o fator decisivo por excelência das batalhas era o Homem, o que se verificou até o século XIX, já em pleno domínio das armas de fogo. Mas, enquanto que na era greco-romana esse homem é sobretudo valorizado pela organização e na época feudal é o puro Valor In-

dividual que prevalece, nos tempos modernos o seu papel no combate vai ficando cada vez mais dependente do armamento que maneja e o resultado final das lutas vai ficando cada vez mais conseqüente da possibilidade de alimentação incessante da batalha. A decisão da guerra passa a depender da capacidade científica e da produção industrial. O individuo não perde o seu valor, é sempre o pivô da luta, mas é cada vez mais impotente por si mesmo no campo de batalha" (CEL. J. B. MAGALHAES. A Evolução Militar do Brasil, pg. 31).



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



EM FACE DO COMUNISMO — 5

"O perigo desse teorismo comunista, entre os "intelectuais", é que assume todos os aspectos, não tem figura certa, esconde-se quando convém, usa com habilidade da inteligência ou da erudição e vai destilando o veneno, sob a garantia, inexpugnável para o ambiente burguês, da liberdade de pensamento. A um amigo que lhe interpelava sobre suas experiências e idéias pedagógicas, que logicamente terminariam no comunismo, respondeu certa vez o Sr. Anísio Teixeira não temer qualquer espécie de experiência social. Para esse gênero de indivíduos, os homens são cobaias sobre as quais é lícito fazer toda e qualquer experiência, "in anima nobili." Tanto faz que venha o comunismo ou que fiquemos na democracia liberal ou social. O que fôr soará. A indiferença em face do comunismo, nesses casos, é equivalente à aceitação."

(Tristão de Ataíde)

UMA NOVA TÉCNICA DE COMANDO?

GERMÃO SEIDL VIDAL
Ten-Cel Art (QEMA)

INTRODUÇÃO

Intitulamos este artigo com interrogação porque o nosso propósito é o de propiciar ao leitor algumas idéias que permitirão a cada um estabelecer uma técnica de comando, pessoal e nova, adaptada à sua personalidade, apesar de calcada em princípios consagrados. Não temos, assim, a pretensão de dar a receita dessa nova técnica, senão da sistematização do modo de aplicar aqueles princípios.

Tudo o que se segue é, sem dúvida, uma fusão de nossas experiências na apaixonante função de comando, ⁽¹⁾ às quais devemos somar a de quantos nos comandaram, pois — já dizia um nosso ex-comandante que fez época no Exército — “o chefe sempre ensina, mesmo que negativamente...”

De início, devemos asseverar que nos inclinamos totalmente para o tipo de chefia democrática, ⁽²⁾ apesar de concordarmos ser muito mais difícil exercê-la que a autocrática. Dessa forma, entendemos que a ação de comando não pode ter o caráter pessoal, egocêntrico ou, para usar termo em moda, carismático. Não acreditamos nas virtudes do chefe por elas próprias, mas sim naquilo que elas influenciem todos os seus auxiliares (ótimos, bons e sofríveis) no sentido de dar-lhes o feitio, a ação e o pensamento de equipe. Nisso reside, em nosso entender, a condição primeira para a aplicação das idéias que vamos expender. Trabalho de grupo, dirigido e conduzido com inteligência por quem sabe o que quer. Nunca trabalho individual, improficuo e cheio de falhas, pois que ninguém pode se considerar superior ao grupo que comanda sem trazer o inarredável estigma da ineficiência, do baixo rendimento, da insatisfação, do desencanto, do desestímulo que leva ao desastre os planos e decisões julgados mais geniais.

(1) O autor comandou, de 1958 a 1960, a 1ª/4º GACosM; foi Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em 1964, e comanda atualmente o CPOR de Salvador.

(2) Ver do autor “O Chefe Militar — um ensaio sobre as qualidades que o caracterizam e ações correspondentes” — in A DEFESA NACIONAL — de Out/Nov 63.

IDÉIAS GERAIS

O primeiro problema com que se defronta o nôvo chefe, de qualquer escalão, é de conhecer, o mais rapidamente possível, a situação do órgão sob o seu comando.

Só após êsse conhecimento, tão preciso quanto possível, será exequível adotar providências diferentes das da chefia anterior.

Há, em todo lugar, problemas grandes e pequenos, de instalação, de material, de pessoal e da mecânica de funcionamento. Alguns envolvem ou envolveram correntes de opinião fomentadas pela atuação dos ex-chefes ou criadas pelos próprios auxiliares, antigos ou ainda presentes. A única pessoa que está, até então, equidistante de todos êsses problemas, sem idéias preconcebidas, é o nôvo chefe. Condição essa que poderá ser prejudicada logo aos seus primeiros contatos. É muito comum o Cmt, avidamente, partir para uma impressão pessoal do seu quartel, dos seus auxiliares, do seu material e do seu modo de funcionamento, no natural afã de assumir *de fato* o comando e tomar logo as decisões que julga necessárias. Estabelece contatos, inspeciona, examina, anota, interroga sobre as dúvidas e sente-se em breve *dono da função*.

Somos inteiramente contrários a tal conduta, que nos parece desmerecer a equipe já indentificada com aquêles problemas, a qual não foi convocada para a tarefa que se impunha.

Surpresa? Vejamos então o que sugerimos para constituir a nova técnica.

Para o melhor conhecimento do órgão, por quem vai chefiá-lo, o importante é identificar de pronto suas deficiências, atentando para as causas e efeitos das mesmas. Portanto, a equipe, logo ao primeiro dia, deve ser convocada para êsse exame de consciência, sob a indispensável direção do chefe. Está, assim, indicada uma clara e pensada ordem do nôvo chefe, determinando que todos os seus chefes subordinados elaborem circunstanciado relatório escrito daquelas deficiências, que serão discutidas em reuniões, previstas em calendário adrede preparado, e das quais participarão *todos* os integrantes da equipe recém-formada.

O trabalho que se impõe é submeter aos seus auxiliares as opiniões dos responsáveis pelos diferentes setôres, permitindo amplo debate. Não se deve, de forma alguma, tolerar as discussões de sugestões para sanar as deficiências, ou as justificativas das mesmas como fato consumado, de notório conhecimento público, ou ainda, a menção da existência de problemas insuperáveis, que não adiante discutir...

O Cmt dirigirá essas reuniões nas 2ª e 3ª semanas de seu comando, pois a primeira foi gasta no preparo dos relatórios... Ao final delas, dispondo de toda a sua documentação e após ter constatado pessoalmente o que ela menciona, poderá enfrentar a árdua ta-

refa, que cabe a ele próprio — pessoa agora que nos parece altamente capacitada a um preciso diagnóstico — de redigir o “Relatório da Situação” do seu órgão.

Esse Relatório, a peça mais importante para sua ação futura, deverá estar pronto antes do 30º dia de seu Comando⁽³⁾ para ser publicado na íntegra em Boletim Interno Reservado e feita tiragem especial, com capa impressa (a apresentação, no caso, é também importante...) para ser encaminhado ao Escalão Superior e distribuído individualmente aos membros da equipe.

Elaborado esse diagnóstico, contendo o arrolamento completo das deficiências do órgão (estudadas por suas causas e efeitos), há um passo importantíssimo antes de se tentar esboçar a terapêutica necessária. É o trabalho mental de planejamento das várias etapas que devam constituir as providências a adotar. Esse plano, que se vai constituir na verdadeira *estratégia do Cmt*, não deve ser limitado por prazos ou recursos, os quais, para fins de raciocínio, são supostos ilimitados. Esse plano é da exclusiva alçada do Cmt, que poderá convocar um ou dois auxiliares para ajudar a esboçá-lo. Não será um documento formalizado e do conhecimento geral e sim um guia para as ações futuras.

A verdadeira terapêutica, ou seja o conjunto de medidas destinadas a sanar ou minorar as deficiências apontadas, vai aparecer nos *Programas de Trabalho*. Para elaborá-los, mais uma vez, apela-se para a equipe, voltando a acioná-la para que, setorialmente, se apresentem as soluções das suas deficiências, exigindo-se sempre, de cada responsável, o trabalho prévio por escrito. Por analogia com a 1ª fase, findos os debates, o Cmt elaborará o 1º Programa de Trabalho, contendo tarefas de órgão subordinado, e estabelecerá um prazo curto (3 a 6 meses), para cumprimento do citado Programa. Verificamos experimentalmente que a motivação maior das tarefas especiais, incluídas no Programa, provocavam um esquecimento das tarefas de rotina (decorrentes do cumprimento das prescrições regulamentares), razão por que passamos a incluí-las nos Programas seguintes, destacando-as das outras, de natureza não permanente.

É aconselhável dar aos Programas elaborados idêntico tratamento ao do Relatório inicial: publicação em BI Reservado, tiragem especial, encaminhamento ao Escalão Superior e distribuição a todos os integrantes da equipe.

O controle da execução dos Programas será feito em reuniões periódicas da equipe, cuja maneira de realização será tratada sob o título que se segue.

(3) O n. 44 do art. 32 do Regulamento de Administração do Exército (R3) determina ao Agente Diretor certificar-se, dentro dos primeiros trinta dias de seu comando, direção ou chefia, de toda a situação de escrituração e material, participando ao escalão superior as irregularidades por acaso encontradas.

IDEIAS PARTICULARES

Durante todo o tempo de seu comando, o chefe não deve esquecer que o trabalho de equipe é superior ao do mais inteligente cérebro. Por isso, as *reuniões periódicas* (semanais, quinzenais ou mensais, conforme a necessidade) de seus auxiliares imediatos constituirá a forma permanente de controlar a execução de suas ordens, corrigi-las e melhorá-las. Essas reuniões devem ser precedidas de uma *Ordem do Dia* escrita, onde todos os assuntos a tratar serão arrolados, incluídos sob títulos preestabelecidos. Quando se tratar de assunto que deva vir estudado por alguém, com proposta de solução, o nome do oficial encarregado deve constar do documento.

Apesar de parecer detalhe insignificante, chamamos a atenção para não realizar essas reuniões em sala de aula, mas sim em torno de uma mesa, de tamanho adequado e em local compatível, onde todos se sentem em cadeiras iguais...

Essa atividade deve ser conduzida dentro dos modernos princípios de Liderança de Reuniões,⁽⁴⁾ explorando não um tipo único de conduta mas uma diversificação dos seus tipos, de modo a que, de acordo com a direção imposta, ora os participantes compreendam tratar-se de matéria meramente informativa (leituras de informações e relatórios dos escalões superiores, etc.), ora de solução de problemas (exigindo ampla participação) ou de transmissão de ordens (no qual só cabe pedidos de esclarecimento para seu melhor cumprimento).

Nessas reuniões o Cmt, parece óbvio, não fica obrigado a tratar somente dos assuntos constantes do Programa de Trabalho, mas todos os que forem julgados úteis ao funcionamento da organização. Todas as deliberações tomadas, da responsabilidade exclusiva do Cmt (uma vez que entendemos ser indelegável esse atributo), constarão de uma Resenha, distribuída em cópia aos membros da equipe, com força de ordem escrita para imediata execução. A coleção dessas Resenhas será, assim, em breve, o melhor repositório das ordens em vigor e das decisões do Comando, devendo, por isso, ser mantida completa pelos membros da equipe.

A todo esse procedimento escaparam dois relevantes aspectos da ação inicial do Comando, no que toca ao material e às instalações da Unidade.

Quanto ao conhecimento da situação da carga da OM "em ordem e em dia", recorrer à exigência de uma parte de cada detentor da mesma sobre o material sob sua responsabilidade, mencionando todas as alterações e respectivas providências.

(4) Ver "TWI — Liderança de Reuniões" — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) — 1958.

Essas partes vão dar-lhe o conhecimento preliminar da situação e estabelecer uma definição inicial de responsabilidade sobre possíveis alterações. A verificação "in-loco" se fará num Plano de Inspeção Administrativa, com datas e outros detalhes, publicado em BI, para cumprimento em prazo dilatado conforme o vulto da OM. Esse Plano será renovado continuamente, mantendo o comando em dia com os aspectos administrativos.

No que concerne à utilização das instalações, ou melhor, ao seu adequado emprêgo, evitando-se má distribuição das áreas cobertas e não cobertas, o melhor nos parece designar uma Comissão para o estudo da área do Quartel e de suas áreas construídas e a proposta de possíveis mudanças ou adaptações, sempre que necessário, indicadas em planta baixa, embora de feitura rudimentar. De posse desse estudo e das respectivas sugestões, submeter à reunião de oficiais para discussão, encaminhando a decisão do Cmt, tomada quando oportuna.

Finalmente, a elaboração das NGA Internas deverá ser outra preocupação do Cmt, após um razoável tempo de aplicação das ordens do seu antecessor. A reunião das ordens particulares, que complementem as regulamentares, num único documento, de conhecimento geral, atualizável, é de extraordinário efeito para o bom andamento da vida da OM. E que os pormenores dessas medidas, se não forem constantemente lembrados, exigidos e fiscalizados caem no desuso, enfraquecendo a autoridade de quem os determinou.

CONCLUSÃO

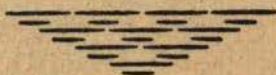
Apesar da seriedade do assunto, invoco uma conhecida anedota de caserna brasileira para a ilação final desse modesto artigo.

É a história do velho cabo clarim de um Regimento, habituado a ver substituídos os Cmt e a receber as novas ordens. Certo dia chega um Coronel recém-nomeado, extrovertido, tipo voluntarioso e autoritário. No primeiro dia determinou uma arrumação geral no abinete do Comando, fazendo questão de assinalar o erro da posição do bureau... O clarim viu a azáfama do quartel e não se alterou. Pouco tempo depois, tudo estava como dantes, exceto a localização do bureau do Cmt...

Passado tempo, chega ao Regimento novo Cmt. Homem de poucas palavras, de trato afável. Não alterou qualquer ordem. Sentou-se ao bureau e começou a trabalhar. Visitou o quartel e nada se alterou. O cabo viu a calma reinante, quase negligente, e tratou de engomar o uniforme, cortar o cabelo, engraxar os coturnos, apresentar-se rigorosamente dentro das ordens em vigor.

Poucas semanas passadas muitos se queixavam da "dureza" do Cmt, que sanou antigas mazelas em benefício da eficiência da OM.

Pense, leitor amigo, nesse grotesco exemplo e faça você mesmo a experiência de criar a sua técnica de comando. O importante não é buscar originalidade, mas sim acreditar no seu trabalho e, acima de tudo, fazer de seus auxiliares colaboradores inteligentes da grande tarefa de comandar "homens livres, escravos do seu dever!"



AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".



EM FACE DO COMUNISMO — 6

"Esse grupo de "displícites" é grande em nosso meio. E sua cumplicidade na marcha do fenômeno soviético é considerável, pois engana os ingênuos, os românticos, os homens de excessiva boa fé. Afirmam de pés juntos que fazem apenas ciência, ou apenas literatura, ou apenas sociologia, etc., sem se preocuparem com o que poderá resultar futuramente desta ou daquela atitude."

(Tristão de Ataíde)

O SALÃO DE HONRA

(UM ESFORÇO PARA VALORIZAR O PASSADO,
DESENVOLVENDO ESPÍRITO DE CORPO)

GERALDO FIGUEIREDO DE CASTRO
Ten-Cel Art (QEMA)

Vamos tecer algumas considerações sobre a necessidade do culto aos nossos antepassados, que fizeram a grandeza de nossa pátria, e do amor às tradições históricas. Para evidenciar validade desta necessidade podemos citar o nosso exemplo, pois como oficial da Arma de Artilharia, que somos, somente três vezes vimos, em Unidades dessa arma, a comemoração do Dia de Mallet — o dia da Artilharia. Acresce, ainda, que nessas ocasiões a data foi comemorada por lembrança e às vezes até insistência nossa. Fizemos nesta data uma palestra, recordando para os nossos artilheiros a vida desse francês, que se tornou, graças ao seu valor e ao fato de haver sido o verdadeiro criador da Artilharia Brasileira, o Patrono da Arma de Artilharia.

É preciso que se crie uma mística em torno dos nossos heróis do passado, para que seus exemplos de amor ao dever, de sacrifício pela pátria e pelas instituições, frutifiquem e sejam seguidos pelas novas gerações.

Cada Unidade de nosso Exército, além de homenagear as figuras mais célebres do Brasil e das Forças Armadas, deve criar sua própria mística, organizando um arquivo ilustrado de seus maiores feitos, procurando criar entre seus oficiais, sargentos e praças um carinho e um amor todo especial pelo quartel, que deverá ser como que sua própria casa ou constituir um prolongamento da mesma. É preciso que todos se esforcem para criar o espírito de corpo, o espírito da Unidade, com um objetivo bem alto de se constituir a mesma em uma equipe bem ajustada. Depois, dever-se-á envidar esforços para desenvolver o espírito de Grande Unidade⁽¹⁾. Já tivemos na Guerra do Paraguai exemplos deste tipo, entre os quais podemos citar a Divisão Couraçada de Sampaio, grandemente citada na Batalha de Tuiuti.

(1) N. da R. — O "Espírito de Grande Unidade", muito desenvolvido em outros Exércitos, no nosso é raríssimo. É justo destacarem-se, neste sentido, duas Divisões de Cavalaria, do Rio Grande do Sul: a 1ª DC — "Divisão COBRA", e a 2ª DC — "Divisão CHARRUA".

Sendo o Brasil um país relativamente nôvo, vamos buscar entre aqueles de passado mais remoto um exemplo que possa comprovar a justeza de nossos conceitos, que prove o valor do culto ao passado, na criação do espírito de corpo, capaz de nas maiores debacles dar às Unidades o mais alto motivo para continuar vivendo como um todo, para continuar resistindo até que seu último soldado venha a perecer no cumprimento do dever.

O Sr. David Carneiro, num de seus trabalhos, diz, após lamentar a extinção de certas Unidades históricas de seu Estado, o Paraná: "Não pude compreender ainda, dadas as reações tradicionalistas que em nosso país vemos surgir — todos os dias e por toda parte, — porque não são conservadas e mesmo restabelecidas as tradições militares dos corpos que hajam tido lustre e hajam descrito páginas de heroísmo e bravura que devam ser conservadas. Talvez devêssemos imitar neste sentido a Inglaterra, de cujo amor às tradições militares vou dar um exemplo característico: "para realizar em 1806 a tomada de Buenos Aires, entre vários Regimentos tradicionais, o General Beresford trouxe o 81º de Infantaria. Foi este corpo o único infeliz que em assalto às trincheiras e subsequente retirada perdeu sua Bandeira, ainda hoje conservada como honroso troféu de guerra argentina, no museu histórico nacional do Parque Lezana, em Buenos Aires. Foi o 81º condenado em conselho militar, a não poder ter Bandeira durante cem anos visto não ter sabido conservá-la em face do inimigo! Pois essa condenação se prolongou até 1916, ano em que lhe foi devolvido o direito de usar seus pendões, em vista da bravura com que seus soldados se portaram na batalha do SOMME!"

Meditamos bastante sobre estes fatos e chegamos ao assunto, que dá nome a este artigo.

Para fazer, com carinho, o culto aos nossos heróis d'antanho, para fazer reviver as nossas tradições militares, há necessidade de um esforço ordenado e conjunto de todos os militares do Exército e principalmente dos Comandantes de Unidades.

Existem várias Unidades de valor histórico, que tiveram participação na guerra do PARAGUAI, como outras participaram de operações na ITALIA (FEB). Todas as Unidades do Exército, e estas principalmente, devem fazer um grande esforço na organização do SALAO DE HONRA da Unidade. Neste deveriam existir retratos a óleo do Patrão da Arma, do DUQUE DE CAXIAS e de outros homens ilustres da história militar do BRASIL. Isto seria uma visão geral do problema. No aspecto particular deveria, no referente à Unidade, haver um quadro com o ato de criação da mesma e outros quadros contendo dados de valor histórico, tais como: as várias sedes que teve a Unidade, os vários nomes que recebeu em sua vida, as campanhas em que participou, internas ou externas; os retratos dos seus elementos que se destacaram na vida militar. Enfim, tudo que servisse para enaltecer o moral, que contribuisse para criar o espírito de corpo são e desejável,

ai seria colocado. Como o militar só se realiza na guerra, haveria, no tempo de paz, necessidade de procurar outros valores que seriam cultuados, como por exemplo o número de manobras em que tomou parte; os exercícios e campanhas de tiro realizadas. Numa sala contígua poderiam ser registrados em quadros as conquistas esportivas da Unidade, os campeonatos ganhos, os marcos individuais no atletismo e outros resultados obtidos.

Uma vez organizado o Salão de Honra, os oficiais e sargentos incluídos no Corpo e os recrutas da Unidade deveriam visitá-lo, acompanhados por elementos conhecedores do histórico da Unidade, para numa simples exposição, conhecerem sua vida e suas tradições. Os atos solenes da Unidade, de caráter restrito, aí poderiam ser realizados, tais como: apresentações dos sargentos e cabos promovidos, ao Comandante da Unidade; apresentação e exclusão de oficiais transferidos.

Acreditamos que, com estas medidas, possamos dar início à valorização do culto aos nossos heróis, como fator criador do espírito de corpo. Sabemos, por experiência própria, pois já comandamos Unidade, que não seria fácil a concretização dessas idéias. Vários obstáculos surgem a todo momento e continuarão surgindo: a falta de local apropriado, a falta de verbas, e outras dificuldades difíceis de enumerar. Nós, como Comandante, pretendíamos ter, em local de destaque, quadros com os vultos de CAXIAS e MALLET e o solicitamos ao Gabinete Fotocartográfico do Exército, que não os forneceu, por não possuí-los. A Secretaria do Ministério da Guerra poderia determinar ao Gabinete Fotocartográfico que mandasse confeccionar na indústria gráfica civil retratos coloridos de nossos heróis e colocá-los à venda para as Unidades, que assim poderiam dar início à execução desta idéia.

Apelo aos meus companheiros, dotados da capacidade de bons desenhistas, para que façam uma planta ou esquema do Salão de Honra, com locais previstos para todos os quadros lembrados neste artigo. Não temos a veleidade de pensar que abordamos todos os aspectos do assunto; por isto aguardamos sugestões de Oficiais e Sargentos do Exército, no sentido de aperfeiçoar a idéia aqui lançada.

A Secretaria do Ministério da Guerra poderia cooperar, também, fornecendo às Unidades criadas ou que sofreram mudança de denominação, cópias das Portarias respectivas, em papel especial. Estes documentos, agora fáceis de obter, terão, no futuro, valor histórico pela assinatura das autoridades que determinaram o ato de criação ou de transferência de nome.

De nossas viagens, recordamo-nos do Gabinete do Comando da 4ª DC, onde olhávamos sempre, com respeito e admiração, 5 telas dos grandes chefes da cavalaria: OSÓRIO, ANDRADE NEVES, CÂMARA, PORTO ALEGRE e MENA BARRETO. Estas telas já poderiam dar início ao Salão de Honra da 4ª DC.

O Art. 73 do atual RISG determina a instalação nos QG, Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições Militares de galerias de retratos, em que figurarão os vultos mais notáveis de nossa história militar e política. Determina ainda, que nos Gabinetes dos Comandantes, Chefes ou Diretores devam figurar os retratos dos ex-comandantes, ex-chefes ou ex-diretores.

Em seu parágrafo 2º determina que os retratos dos grandes antepassados devam ser instalados em galerias nas Bibliotecas dos QG, Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, prescrevendo ainda que tais retratos poderão ser fornecidos pela Secretaria do Ministério da Guerra, mediante indenização.

Pelo que observamos, a Secretaria do Ministério da Guerra não está preparada para tais objetivos, seja por deficiência de verbas, seja por falta de material. Se esta Organização fôr dotada das verbas necessárias, poderá encomendar em estabelecimentos gráficos civis a reprodução de retratos coloridos e quadros de nossos heróis e dos patronos das Armas, para posterior fornecimento, mediante indenização, às diversas organizações militares.

Acreditamos deva ser feito um estudo para ampliação do que está prescrito no RISG, com a determinação da criação do Salão de Honra nas Organizações Militares, que poderá ficar contíguo à Biblioteca.

AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

OPERAÇÃO CENTELHA

ESTELIO DANTAS
Ten-Cel Art (QEMA)

1. GENERALIDADES

— Encerrando o ano de instrução de 1965, e dando cumprimento às Diretrizes Gerais de Instrução baixadas, respectivamente, pelo EME e I Ex, foram realizadas na região de Rezende, manobras de três dias de duração, onde mais de mil combatentes aeroterrestres realizaram o salto-tático e participaram de interessantes operações de combate simulado, do tipo de guerra *Antiinsurrecional* ou contra insurreição.

— Conduzido no escalão GT/Btl Aet, o exercício teve em sua fase inicial, após os imprescindíveis entendimentos com a FAB, um sabor típico de Operações Aeroterrestres.

Estêve a *Fôrça Aérea*, durante todo o desenrolar das ações, presente, seja transportando e lançando pessoal e material nos seus vagões voadores (C-82 e C-119), seja transportando e lançando pesados materiais e suprimentos de classes um, três e cinco (C1 I; III e V), seja também apoiando o prosseguimento das operações terrestres; consoante às Diretrizes de segurança interna, emitidas pelo EM Aeronáutica. Foi ainda profundamente marcada a presença da FAB nos seguintes aspectos, que passamos a ressaltar:

— Cobertura aérea — Salto de pára-quedas realizado também por um Brigadeiro do Ar — Trabalho ativo dos oficiais de ligação do CATTER, solicitando missões especiais ao 1º GTT: de reconhecimento à 1ª ELO e de ataque ao 1º G Ca, cabendo assim ao Comando Aerotático Terrestre a direção da manobra para FAB. O trabalho primoroso realizado pelos elementos operacionais da FAB, que estiveram praticamente no ar durante todo o tempo de duração do exercício, caracterizou, mais uma vez, o perfeito entendimento existente entre a FAB e o Exército.

— No que tange aos trabalhos da 3ª Seção do NuDAet, cabe ressaltar o seguinte: a documentação elaborada foi minuciosa, o trabalho de montagem muito bom, o tema e o clima do exercício muito oportuno e dentro da real conjuntura atual em que vive o País. O emprêgo descentralizado de elementos AeT, simultaneamente em várias ZL, assim como a realização de um exercício de substituição de tropas para o prosseguimento da missão, a guerra psicológica desenvolvida pelos guerrilheiros, a segurança noturna montada contra-guerrilhas, as ações de perseguição

e varreduras, a cobertura e a superioridade aérea, o apoio com o tiro real de artilharia, foram incontestavelmente outros pontos altos observados durante a realização do exercício.

— As comunicações exploraram ao máximo a rede rádio, possibilitando a um Batalhão atuar em uma frente demais de 11 Km em missão de varredura de guerrilheiros, fato incontestável e típico do combate antiguerilha.

— A guerra psicológica durante as noites foi de grande intensidade utilizando alto-falantes de pilhas os guerrilheiros procuravam atuar sobre a moral da tropa, buscando quebrar sua capacidade combativa e perturbar seu repouso com insursões freqüentes de inquietações.

— A intensa atividade noturna dos guerrilheiros foi uma consequência da superioridade aérea obtida pela FAB em apoio às Operações Aeroterrestre. Entretanto, para conter tais incursões teve o Cmt Btl, necessidade de estabelecer um sistema de segurança noturna. Para tal combinou luz e fogo enfiando as principais vias de acesso e simultaneamente tornou ativa com minas e armadilhas e dispositivos de alarme zonas passivas em torno das áreas de reuniões de pessoal, e ainda em torno do posto de comando (PC). A utilização dos faróis das viaturas como fontes de luz no dispositivo de segurança noturna, possibilitou a fácil iluminação das áreas circunvizinhas dos pontos críticos vigiados, permitindo surpreender algumas incursões de guerrilheiros em plena ação.

— A higidez física do Infante aeroterrestre, o espírito de sacrifício e a tenacidade da equipe que executou a *figuração das guerrilhas*, a utilização adequada da flexibilidade do assalto aeroterrestre, a precisão dos tiros reais da Artilharia Aet, as dificuldades no aprestamento, assim como no reagrupamento e na reorganização Aet, a importância das comunicações em operações do tipo antiinsurrecionais, o efeito moral positivo da eficiente *cobertura aérea*, as dificuldades e os perigos do recolhimento dos pára-quedas pela intendência após o salto em áreas infestadas de inimigos, a importância fundamental de um minucioso planejamento de *Estado-Maior*, fixando em seus mínimos detalhes no tempo e no espaço, as respostas precisas às clássicas perguntas:

- 1) Qual a missão?
- 2) Que fazer?
- 3) Como e quando fazer?

Estas foram em síntese as principais impressões favoráveis do que nos foi dado observar, durante a realização das manobras de 1965 do NuDaet.

2 — PRINCIPAIS LANCES DO EXERCÍCIO

— O exercício desenvolveu-se num clima de guerra irregular, anti-insurrecional, explorando particularmente a ação de um GT na base de um batalhão que atuou em largas frentes, visando cumprir uma árdua missão, que em síntese foi a seguinte:

Apossar-se, mediante assalto aeroterrestre, dos pontos críticos existentes na região de Rezende, a fim de assegurar a livre utilização das ligações rodo-ferroviárias entre o Rio e S. Paulo. Ficando em condições de atuar para reprimir possíveis focos de rebelião e guerrilhas, remanescentes nesta área, procurando cercá-los e destruí-los em curto prazo.

— Na elaboração do exercício a região de Rezende nos parece que foi escolhida propositalmente, porque, situada praticamente a meio caminho das áreas do I e II Exército, provocaria um afluxo de tropas de ambos os Exércitos para a região, criando uma situação difícil de coordenação ou delimitação de áreas de responsabilidades, seja para os Exércitos seja para as Unidades aspiradas pela conflagração.

— A solução de criação do TO-CENTRO e uma "Zona de Operação" englobando as áreas do I e II Exército, resolveu em ótimas condições as dificuldades de Contrôlo das Operações, solução que atende em boas condições aos princípios clássicos de guerra:

— Unidade de Comando — Economia de Forças — Simplicidade e Facilidade de Coordenação.

— O assalto aeroterrestre foi muito preciso no tempo e no espaço, tendo sido executado com características próprias.

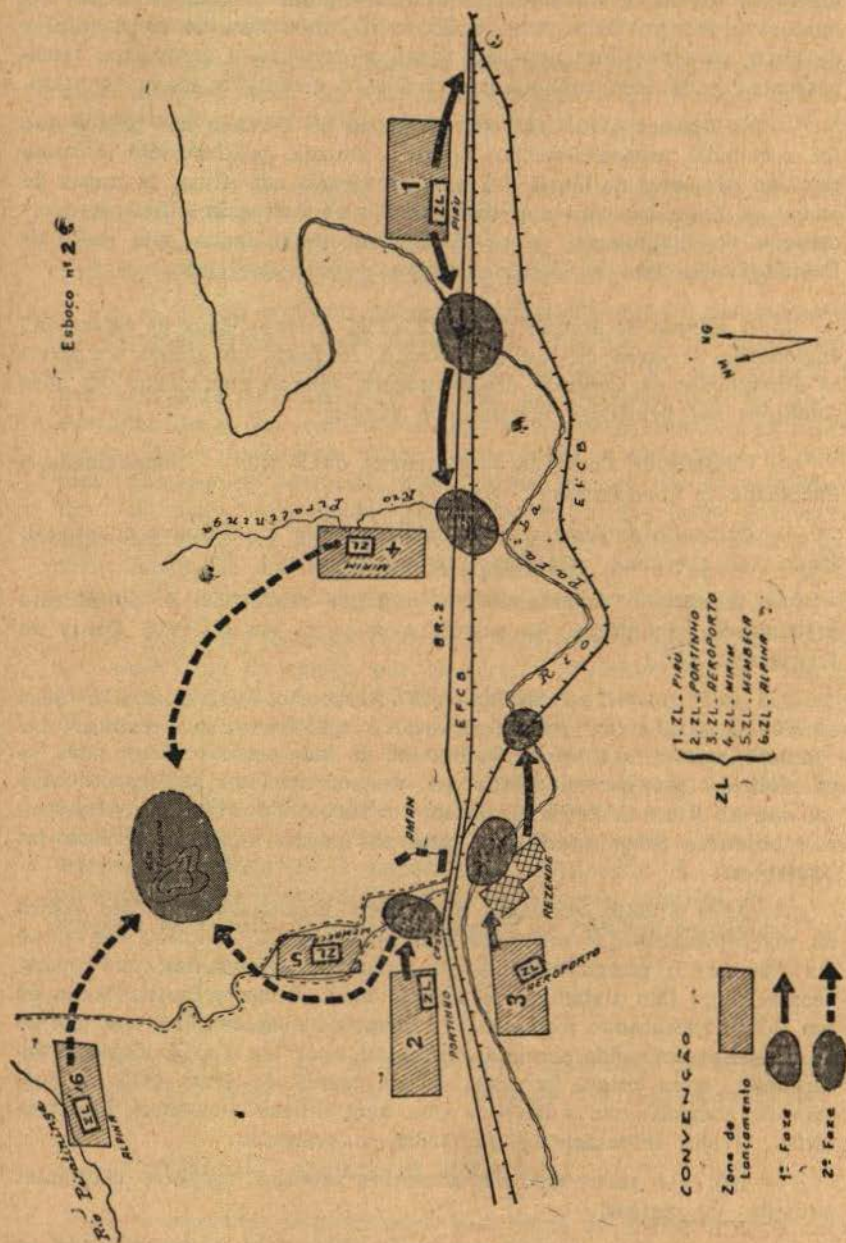
— Procura-se surpreender o inimigo, realizando o lançamento praticamente simultâneo, de pessoal e material em 3 (três) Zonas de Lançamento (ZL).

(1) — Piaú — (2) Portinho — (3) Aeroporto, (Ver Esbôço 2) tôdas adjacentes aos eixos rodo-ferroviário e relativamente próximas das "pontes", existentes sobre o rio Paraíba do Sul, pontos críticos onde os guerrilheiros preparavam destruições, visando seccionar as ligações básicas entre o Rio e S. Paulo. Entretanto, a surpresa foi obtida e os principais objetivos conquistados, com pequenas perdas ainda na 1ª fase das operações.

— Após o salto, enquanto no terreno processava-se a fase crítica do reagrupamento dos primeiros elementos em GC, e que grupavam-se em Pelotões e reorganizavam-se formando as companhias; no espaço, acontecia um fato singular, um soldado havia ficado prêso na cauda de um C-119, provocando momentos de suspense e apreensões, pelo perigo de perder-se uma vida preciosa, entretanto após ter o avião deixado sua formação, como estava previsto, e por mercê de Deus pôde o Pqd, safar-se, chegando são e salvo ao solo, após difíceis momentos de expectativa, vívidos intensamente por todos os presentes.

— Isto é o pára-quedismo; sensações intensas, arrôjo e constantes situações de perigos!

— As ações dos guerrilheiros intensificaram-se particularmente ao escurecer quando recrudesceram os atos de sabotagem, de terrorismo, de propaganda e a guerra psicológica procurando quebrar o moral da



Infantaria Aet. O "plano de inquietação" dos guerrilheiros foi intenso, visando particularmente os Postos de Comando e aos órgãos de Comando.

— Ao término da 1ª fase houve um exercício de substituição, a fim de que o GT Aet pudesse lançar-se na perseguição dos guerrilheiros.

— O sistema de "*Segurança Noturna Anti-guerrilhas*", demonstrou sua eficiência, mediante uma sutil combinação muito bem feita de áreas neutras, ativadas com minas, armadilhas ou booby-traps, onde pequenos projetores e faróis de viaturas enfiavam os principais caminhos ou vias de acesso para os pontos defendidos.

— A combinação "*Fogo-movimento*" foi uma constante nos combates simulados contra os guerrilheiros, que sempre armavam emboscadas e retraíam para posteriormente montarem novas emboscadas.

— O apoio de tiro real realizado pela *Artilharia 105-AeT*, batendo alvos além de mil metros à frente da Infantaria Aet, caracterizou um dos pontos culminantes das manobras, como não podia deixar de ser em um exercício de "*Combinação das Armas*".

— As comunicações e o Alto Nível de instrução da tropa, permitiram o deslocamento em ação de varredura de um Btl em larga frente, procurando o cerco para a destruição dos guerrilheiros remanescentes.

— O apoio logístico durante o curso das operações, particularmente Cl, II, III e V seria efetivado por via aérea, em ZL adrede selecionadas nas proximidades dos principais eixos de deslocamento das tropas em operação: ZL (4) Mirim e (5) Faz Membeca. Entretanto o mau tempo reinante na região só permitiu sua figuração.

— Enquanto os guerrilheiros retraíam de emboscada em emboscada já bastante desgastados pela tenaz perseguição do GT/AeT, para a região de PINGUIN, decidiu a direção da manobra para caracterizar o cerco naquela região, lançar uma Cia Inf (reserva) na retaguarda na região ZL (6) Alpino, anteriormente levantada e estudada na sala de operações (Ver Esbôço).

— Caracterizado o cerco dos guerrilheiros, seriam os mesmos destruídos pelo Atq do GT/Btl Aet, apoiado por seus próprios elementos de fogo, Cia Metralhadoras, Mrt. 4.2, Canhão 106 mm sem recuo; acrescido ainda ao apoio F Aérea e da Artilharia AeT, que realizariam nesta oportunidade novamente o tiro real com todo armamento disponível.

— Entretanto, após três dias de manobras, com chuvas diárias as condições atmosféricas não possibilitariam a realização Atq Aéreo, para a destruição final dos guerrilheiros. Em consequência; decidiu a direção do exercício dar por encerradas as manobras, considerando os bons resultados já obtidos.

§ — CONCLUSÕES

(1) O clima criado para realização do exercício foi de guerra irregular ou do tipo antiinsurrecional, fato que valorizou o conjunto

de suas ações pela sua oportunidade, face a conjuntura atual vivida pelas Américas.

(2) A documentação elaborada pela seção de Operações do NuDAeT foi completa e minuciosa, dando ao exercício características típicas de operações aeroterrestre e de antiguerilha, onde a surpresa deve ser obtida com a realização do assalto Aet.

(3) A criação do TO-CENTRO e de uma Zona de Operações foi uma acertada solução para resolver o problema de controle das operações nas áreas do I e II Ex, atendendo ainda aos princípios clássicos de guerra: — Unidade de Comando — Economia de Forças — Simplicidade e facilidade de Coordenação.

(4) A flexibilidade do assalto aeroterrestre foi sobejamente explorada, tendo sido utilizadas três ZL próximas ao eixos rodo-ferroviário na região dominada pela ação dos guerrilheiros.

(5) O eficiente emprego das comunicações possibilitado a tropa tomar um dispositivo, disperso e em larga frente, isto é, uma formação compatível com o clima de guerra irregular vivido pelo exercício.

Ensinamentos: —

(1) No combate ao guerrilheiro a condição básica mínima é a capacidade de ligação em ações descentralizadas, isto é, na antiguerilha o sistema de comunicações é fundamental.

(2) Neste tipo de combate, a iniciativa, a capacidade de improvisação e sobrevivência, resistência física e a tenacidade no constante domínio do medo, motivado pela guerra psicológica e incerteza das emboscadas são características imprescindíveis ao combatente antiguerilha.

(3) Neste tipo de combate, o combatente contra-guerrilha deve utilizar, para transporte de seu material, todos os meios locais, inclusive animais de carga.

(4) A utilização de cães policiais, seja como sentinelas, seja como farejadores de pistas, deverá ser ampliada ao máximo neste tipo de operação.

(5) O número de horas destinadas nos PP para a instrução de contra-guerrilha, deverá ser ampliada, mesmo em detrimento da instrução complementar atual da guerrilha convencional.

(6) A guerra psicológica bem orientada leva incontestavelmente, o MEDO, o nervosismo e a irritação à tropa, aos soldados e até aos graduados e oficiais.

(7) Normalmente, os guerrilheiros utilizam uma técnica que constantemente se repete e que batizarei com o nome de "TÉCNICA DE EMBOSCADA".

— Em síntese esta técnica consiste em cinco ações:

1ª AÇÃO — INFORMAÇÃO:

— Obtida por agentes com imaginação, ora realizando trabalhos de conserva nas estradas, lavrando o campo, apascentando rebanhos, transportando lixo etc., sempre obtendo informações dos deslocamentos e dispositivos do inimigo.

2ª AÇÃO — DETER:

— É destacado um 1º elemento capaz de criar um incidente ou acidente, sempre em caráter imprevisível e inesperado capaz de deter, fracionar ou retardar as tropas inimigas.

3ª AÇÃO — ATUAR:

— Um 2º elemento aguarda pacientemente como “caçador”, qualquer indecisão, falha ou um descuido do inimigo detido, para nesta oportunidade — atuar, procurando causar baixas ou danos ao inimigo, sem engajar-se.

4ª AÇÃO — RETRAIR:

— Um 3º elemento a cavaleiro de pontos chaves próximos apoiará no mínimo pelo fogo, possibilitando o retraimento dos 2 primeiros elementos citados, evitando também engajar-se.

5ª AÇÃO — REPETIR:

— O valor deste mecanismo é decorrência da constância de repetição nos momentos imprevistos, procurando colhê-lo o inimigo em surpresa ou insegurança.

Nunca se esqueça que:

a) — Guerrilha não tem doutrina; sua técnica é a de Emboscada sobre Emboscada (IDARR), sempre procurando a surpresa.

b) — Guerrilha só se combate com Guerrilha; logo, a emboscada também com a emboscada.

5. Em síntese, estes foram os principais ensinamentos e conclusões que nos foi possível observar no exercício realizado em Rezende, e o NuDAet está de parabéns pelo magnífico emprêgo de suas tropas em uma operação nos moldes aeroterrestres, o que reacende novamente a centelha e o realismo desta nossa tropa de elite.

EFEMÉRIDES ARTILHEIRAS

No próximo número, esta Revista iniciará a publicação, parcelada, das “Efemérides da Artilharia Brasileira, no período das campanhas do Uruguai e Paraguai (1864/1870)”. O autor do interessante trabalho é o Gen Div (R1) Heitor Borges Fortes, que já tem editados pela Bibliex os livros “Velhos Regimentos” e “A AD/1ª DIE”. S. Exa. vem assim comprovar, mais uma vez, o seu acentuado espírito artilheiro.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o Sr. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

UM PROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

A) A INVESTIGAÇÃO

Por ANGEL ISLA BOLANO
(Fuerzas Armadas de Venezuela, Jan Mar 63)

Trad. do Ten-Cel Inf (QEMA)
Paulo Gaucho de Oliveira Mesquita

Seria inútil iniciar este trabalho, que objetivará traçar um verdadeiro programa de Relações Públicas para o Ministério da Defesa, sem algumas considerações preliminares.

A publicação destes originais, no primeiro órgão militar da Nação, tem um objetivo determinado: iniciar a primeira fase de todo processo de Relações Públicas, ou seja, a "Investigação".

Estamos conscientes de que, ao projetar e, mais tarde, pôr em prática, com as precauções necessárias, um programa de Relações Públicas, os membros da Instituição Armada, desde os mais altos escalões de Comando, até o pessoal civil que trabalha nas distintas seções do Ministério, estarão interessados em que o mesmo seja idôneo, prático e que produza os melhores frutos, tanto nas Relações Públicas internas (pessoal militar e civil), como na justa conquista da opinião pública.

Ao iniciarmos o trabalho, nós o fazemos realmente entusiasmados; estamos seguros de que todos os membros da Instituição Armada irão espontaneamente colaborar no processo de investigação.

Temos pressa em corrigir, nestes preliminares, conceitos equivocados sobre Relações Públicas, que sabemos em nossa coletividade existirem. Devemos abandonar, de vez, a idéia clássica de ligar-se as Relações Públicas com o Departamento de Imprensa e Propaganda. É certo que as Relações Públicas foram iniciadas por homens que estavam dentro dos Escritórios de Publicidade das Empresas. Na atualidade, entretanto, mesmo quando se apóiam nos anúncios, seu objetivo não é aumentar as vendas para a Empresa ou obter maior ressonância para pequenos fatos da Instituição. Em nosso caso particular, tem maior alcance, autenticamente humano e, sobretudo, mais altruísta, pois não se pensa, ao dar início a um programa cujo capítulo administrativo é custoso, que estes gastos vão reverter em benfeitorias. Em poucas palavras, podemos dizer que nosso objetivo é conseguir a estima de nossos concidadãos.

Como vamos conseguir isso? Com anúncios nas páginas dos periódicos? Pagando programas de televisão que apenas serão vistos por nós mesmos? Não, pelo contrário, nossa campanha externa, pelos meios de divulgação — escrito, falado ou televisionado — será por meio de Notícias, notícias estas que devem ser do conhecimento de nossos concidadãos e que lhes interessem. Nossa declaração de princípios pode cingir-se a poucas palavras: “seremos os primeiros a dar a notícia real e verdadeira, com todos os dados e informações que se possam oferecer à coletividade, a qual tudo deve saber, exceto o que possa ser tomado por nossos adversários para prejudicar nossa Pátria”.

Desde o princípio, nosso objetivo está em conquistar o favor da coletividade, por nossas ações, que, certamente, não são as primeiras que as Forças Armadas irão realizar, mas são as mesmas que vem quãriamente realizando, desde que se organizaram nos albores de nossa Independência e que são, precisamente, as que constituem sua mística, sua razão de ser, sua justificativa plena e real de existência. Diariamente, indivíduos cobertos com falsas mantos de pacifistas, dirigem-nos seus ataques e procuram fazer crer que a Instituição Armada não é necessária em um país democrático, procurando minar, por interêsses inconfessáveis, a razão de ser de sua existência, seu verdadeiro significado de “coluna vertebral da Pátria”.

E desde o princípio, no estabelecimento dêste programa básico, queremos fazer a chamada franca e fraternal a todos os membros da nossa Instituição, para que, sem levar em conta as autonomias administrativas dos Comandos Gerais de Força, nem tampouco dos Institutos, colaborem para que o Processo do Programa, em todos os seus pontos, possa ser completo. Ser-nos-á autenticamente valiosa esta colaboração, não porque vamos capitalizá-la pessoalmente, e sim a Instituição, ou ainda melhor a própria medula da Instituição, que é a Pátria.

NECESSIDADE DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

É muito moderno o termo e também o conceito que encerra. Não obstante, há também quem busque, nos albores da história, certos personagens que chegaram até nos como presumidos agentes de Relações Públicas. Os fenícios, que percorriam com tanta freqüência o amplo velho mundo, foram os mais citados dessa época. Mais tarde, os jograis, verdadeiros agentes de Relações Públicas dos senhores feudais da Idade Média. Não faremos, entretanto, no início dêste ensaio, a recapitulação histórica das Relações Públicas através dos tempos. Antes anotaremos as distintas definições que sôbre o termo fizeram vários tratadistas:

O novo Dicionário Internacional do Webster :

1º — *As atividades de toda indústria, união, corporação, profissão, governo ou outra organização qualquer, na criação e manutenção de*

relações são e produtivas com setores determinados do público, tais como clientes, empregados, acionistas e com o público em geral, a fim de se adaptar ao meio ambiente destes e justificar sua existência ante a Sociedade.

2º — A razão de ser de tais atividades ou o valor que possuem para fazer compreender ao público a adaptação econômica e social de uma organização: daí a expressão de relações públicas eficientes ou deficientes.

3º — A arte ou vocação para organizar e ampliar tais atividades. As Relações Públicas requerem atitudes em suas diversas técnicas e daí os termos — funcionário, diretor, consultor, consultante de R.P.

Robert Melbroner :

"Em resumo, as R.P. abrangem um campo muito extenso, aprofundam-se na propaganda, ensaiam-se nas vendas, entregam-se à publicidade e atraem ou pelo menos pretendem atrair a opinião pública".

Public Relations News :

"As R.P. são, em si, uma função administrativa que avalia a atitude do público, identifica a política e os procedimentos de um indivíduo ou de uma organização com o interesse público e leva a cabo seu programa de ação destinado a atrair a compreensão e a aceitação do público".

Qualquer das definições aqui anotadas é boa, ainda que até o momento não tenha havido unanimidade quanto ao conceito conciso de todos os objetivos que persegue esta "ciência" ou "arte". Aqui mesmo temos um outro ponto em que tampouco há unanimidade por parte dos tratadistas. Uns acham que é ciência, outros arte, outros ainda ambas as coisas; há, também, uma terceira posição em que figuramos, e que considera que é uma arte que fundamenta uma ciência, com seus respectivos princípios e postulados.

Não obstante, o real, o palpável, é que as Relações Públicas, um conceito e uma modalidade nova de pensar e atuar, pertence completamente ao nosso tempo, aos nossos dias, tanto quanto o progresso e a revolução técnica, científica, econômica, social, etc. e que tomaram forma e velocidade na subida vertical de nossa difícil vida atual, em um mundo que nunca como hoje se apresentou aos seus habitantes com situações em que imperam a suspeita, o ressentimento, a desconfiança e, inclusive, o terror coletivo em que vive o homem por obra e graça de sua gigantesca evolução. A humanidade de nossos dias, não fôsse controlada pela mão de sêda do entendimento, pela compreensão das Relações Humanas, provavelmente não tardaria em esfacular-se.

Em menos de cinquenta anos, a maneira de vida no mundo mudou extraordinariamente. É inegável que os EE.UU. da América foram

os pioneiros em sofrer as vicissitudes que os obrigaram a instalar seus escritórios de Relações Públicas. Os motivos foram óbvios. Empresas monopolistas, potentes economicamente, estiveram a ponto de desmorerar por não ter a simpatia da coletividade. Algumas desmoreraram por não ouvirem bons conselhos e outras renasceram. Nestas últimas apareceram, juntos aos desenhistas de publicidade, alguns homens de "mãos de sêda" que propiciavam conciliações, que faziam campanhas de solidariedade com a coletividade. Assim, inicialmente nas empresas que defendiam os bens dos acionistas e os seus próprios bens, e mais tarde nas Instituições, apareceram os técnicos em Relações Públicas. No momento atual, todos estão convencidos. Por maiores que sejam as empresas ou os organismos, devem estar humanizados; com essa humanização conquistam-se as coletividades, não só com anúncios artísticos e produtos de alta qualidade.

Em nosso caso particular de Instituição, vamos projetar uma campanha nova para os militares, para conquistar a confiança da coletividade, e para isso é necessário fazer boas Relações Públicas e estas não podem ser feitas unicamente pelos técnicos, por um Departamento, e sim por todos os membros da Instituição, em massa e individualmente. O Uniforme, esse denominador comum de todos os que fizeram o juramento de defender com a própria vida a Pátria, deverá ser também o distintivo do mais austero e sóbrio amigo e servidor da coletividade, ao que está completamente obrigado.

PONTOS BÁSICOS DE UM PROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Acabamos de deixar assentado o princípio de que não existe nenhuma organização, seja qual for sua missão, que possa se dar ao luxo de desprezar olímpicamente a simpatia, a opinião favorável da coletividade que é o seu meio ambiente.

Vejamos os processos modernos que empregam as Relações Públicas para conquistar o favor da coletividade. Também devemos dar ênfase, desde o primeiro momento, a que o processo de Relações Públicas não pode se fazer de modo indiscriminado, e sim manipulando sempre a realidade e a honradez, em cada um dos seus pontos. O falso, ou o feito pela metade, fará fracassar qualquer campanha, por melhor projetada que seja.

Vejamos os quatro pontos básicos do programa de Relações Públicas:

- A) *Investigação* (qual é o nosso problema?)
- B) *Planificação e Conclusões* (isto é, o que podemos fazer)
- C) *Comunicação* (isto é, o que fizemos e estas são as razões que nos guiaram)
- D) *Avaliação* (estes são os resultados)

A) Investigação

Qual é o nosso problema? — A primeira vista esta pergunta parece muito elementar. Acontece comumente, inclusive, ao estabelecer-se o problema e suas distintas ramificações, apresentar-se um novo "item" muito superior ao primeiro. Por isso, é preciso limitar o problema, encerrá-lo dentro de um círculo, com todos os seus fatores conhecidos, possíveis e desconhecidos, que possam ser descobertos mais adiante. Um problema de opinião, por certo, não pode ser descoberto por um técnico no silêncio reconfortante de seu escritório. É preciso verificá-lo com as várias pessoas, entidades, etc., que o motivam. Pôr-se em sintonia, chegando à conclusão de que não estamos caindo bem na opinião pública por "isto", "isso" e "aquilo", e quanto às incógnitas que a rigor se devem deixar em todo programa de investigação. Serão as pesquisas de opinião pública que nos darão as linhas não só para resolver o problema, como também para recolher todas as informações possíveis sobre as reações, atitudes e comportamento ante as realizações já efetuadas pela Instituição, bem como que é que as pessoas pensam, esperam e desejam dela. Todos os dados que possamos obter nestas enquetes, verbais ou por escrito, anônimos, deverão dar-nos uma idéia nítida dos problemas a enfrentar em nosso programa. A investigação deve ser frontal, aberta, para que o enunciado do problema seja também real e possamos imediatamente partir com vagar para a segunda fase do programa.

É necessário insistir em que o programa de investigação não seja só realizado sobre o pessoal subalterno. Seria ideal, diríamos mesmo, necessário, em nosso caso particular, que os mais altos escalões de comando, por serem os que em dado momento podem determinar, ordenar, a campanha, não sejam excluídos da sondagem necessária. Todo o pessoal da Instituição deve trazer seu informe detalhado, desde o escalão mais alto ao mais baixo. Nestes escalões igualmente entra o elemento civil, numeroso, cuja opinião não só devemos auscultar como também conquistar.

No que se refere ao escalão de comando, podemos citar um exemplo tirado de uma empresa privada, mas de fácil aplicação em nosso meio militar.

Uma investigação apressada veio dar uma falsa interpretação do problema. Apresentava as relações sociais dentro da empresa como constituindo o problema. No entanto, ao ser o assunto estudado em profundidade, verificou-se que o que aparecia como uma dificuldade social, não era realmente um problema que afetasse os acionistas. Descobriu-se que as relações sociais eram más pela posição e atividades de um grupo de acionistas que residia na localidade. Sua petulância e mesquinhez estavam dando os resultados mais negativos a um programa social bem planejado.

Eis como um bom programa pode ser anulado totalmente pelos escalões mais elevados, por não considerar que estes às vezes podem

também cometer faltas. Ao aplicar este caso na Instituição Armada, encontramos que nela existe o denominador comum, o uniforme, e qualquer falha se apresenta muito mais grave.

O espírito de investigação. Os peritos em Relações Públicas dão uma importância verdadeiramente singular ao espírito de investigação. Inclusive o antepõem ao próprio processo da ação de investigar. Explica-se facilmente. Ficou comprovado, em repetidas ocasiões, que inquéritos realizados por companhias especializadas fracassaram totalmente porque nelas só se investigou, sem nenhum espírito para diminuir as possíveis falhas.

Como investigaremos? A melhor forma é escutando. É um fato que se aprendêssemos a escutar inteligentemente, procurando compreender nosso interlocutor com "isenção de ânimo", estaríamos rompendo uma das barreiras que dividem, não só os povos e as nações, mas também os pequenos grupos que as compõem — as famílias. Estaríamos a ponto de conseguir nossos objetivos, se abrissemos canais para estabelecer comunicação, não só com os membros da Instituição, mas também com os que trabalham com ela, inclusive aqueles a quem somos indiferentes e os que tentamos fazer que nos compreendam. Se não abrírmos o canal da audição, continuaremos falando sem dar espaço psíquico aos nossos interlocutores: eles por sua vez farão o mesmo. Não pensemos que estamos nos comunicando com alguém, quando, em realidade, unicamente fazemos cruzar idéias contrárias com um interlocutor.

Conheçamo-nos a nós próprios. Esta é uma das bases sobre as quais se assentam Relações Públicas sãs. Já se disse, em várias oportunidades, que a boa aparência é um tanto a favor daquele que a ostenta. Nós pensamos que a primeira coisa urgente a fazer, é pôr ante um espelho a Instituição. Em mais de uma ocasião, ouvimos comparar as Relações Públicas com um espelho, no qual se reflete, aos diretores e por sua vez à coletividade, a imagem pública da organização. O profissional das Relações Públicas é o técnico que deve ter esta faculdade.

É ele quem, com "isenção de ânimo", vê a organização como em realidade é, e assim a apresenta aos diretores que devem ser os primeiros a desejar seu melhoramento em todos os aspectos. Ou seja, o profissional deve ter a faculdade de analisar os problemas sob o ponto de vista da coletividade. Daí porque muitas vezes o profissional de Relações Públicas de uma organização não tem contato íntimo com ela. Dessa forma, pode fazer uma análise mais objetiva.

Adiantemo-nos sempre à Opinião Pública. Adiantar-se sempre à Opinião Pública é parte da dinâmica do profissional. Não se deve esperar que se inicie o contágio, o envenenamento da Opinião, porque andamos atrasados. Nisto vai ajudar-nos também a investigação contínua dos fatos. Tendo sempre conhecimento destes, podemos cortar o contágio, antecipando a verdade a certas elucubrações, influen-

ciadas as mais das vezes por interesses. Estaremos, assim, ganhando a campanha e teremos obtido um ponto mais de simpatia perante nossa coletividade.

Investigar por setores. O investigar por setores é um dos pontos que mais se devem ter em conta. Cada um dos estratos sociais deve ser estudado de maneira especial. Pimlott, um tratadista em Relações Públicas muito lido, afirma que o labor contínuo, orientado para catalogar os diferentes públicos, é uma das melhores contribuições para a causa das RP. Isto foi grandemente experimentado, no que se refere à publicidade, e tem dado magníficos resultados. Certamente que não pode chover sempre a gosto de todos. Mas poderemos contar com uma probabilidade de êxito de 95%, se dirigirmos o impacto para um alvo (setor) que conheçamos integralmente.

E desta forma, chegamos à conclusão de que a investigação deve levar-nos a duas fases ou objetivos principais:

- a) colecionar e ordenar os fatos que vamos utilizar no planejamento do programa; e,
- b) explorar as atitudes básicas, as opiniões declaradas e a informação que de nós tem a coletividade.

Análise da investigação. Esta é a fase final desta primeira parte do processo. Agora com as distintas informações, é preciso dar o real valor ao trabalho realizado. Este poderá ser imaginado como se nos sentássemos a uma mesa com a Opinião Pública à nossa frente e resolvêssemos as diferenças diretamente. Mas como isto não é possível, o que nos resta a fazer será verificar os fatos com provas, ou seja, fazer questionários dirigidos a grupos representativos, ainda que pequenos.

Outra das comprovações que está à nossa mão fazer, é a do tipo chamado de "corte transversal". Consiste em cobrir cortes transversais em uma coletividade, com questionários muito concisos. O procedimento de seleção dos indivíduos a serem entrevistados pode ser feito de três formas:

- a) elege-se o entrevistado de maneira casual, ou seja, o primeiro que transponha uma porta "x";
- b) elege-se o entrevistado ao azar, por ex., dentro de uma lista em que apareçam todos os médicos do Colégio profissional, toma-se um qualquer;
- c) elege-se o entrevistado dentro de uma característica definida, ou seja, por categoria, ocupação, lugar de residência, etc.

Esses três processos dão resultados bem mais quantitativos que qualitativos, entretanto, a porcentagem de erros é pequena.

Concluimos este capítulo da investigação, primeira fase do programa aqui enunciado, com algo que tem muito de axioma e que se

deve a um prestigioso profissional norte-americano, Angus Campbell, do Michigan Survey Research Center, que define a Investigação com estas palavras:

“Conhecer o nosso público é um trabalho difícil, mas será mais difícil conduzi-lo aonde desejamos. O estudo das atitudes do público proporciona informação muito útil ao administrador dos programas de Relações Públicas, mas não o redime de sua responsabilidade como diretor. O desenvolvimento e a expansão de toda Instituição depende da iniciativa daqueles que não se contentam em satisfazer o público pelos meios já conhecidos”.

(A seguir: “A Planificação”)



COLÉGIO MILITAR

A DEFESA NACIONAL saúda o Colégio Militar do Rio de Janeiro, pelo 77º aniversário da sua fundação. Que essa Casa ilustre, — de oficiais compenetrados, de mestres competentes e dedicados, de funcionários esforçados, — continue a ser Colégio de alunos decentes, corretos e estudiosos, dignos representantes da juventude brasileira, e futuros expoentes da cultura nacional.

NORAD

O COMANDO DE DEFESA AÉREA NORTE-AMERICANO

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
Cap Art

ORIGEM

Logo após a II Guerra Mundial, os governos do Canadá e dos EE.UU., estudando a defesa do continente norte-americano, reconheceram a vulnerabilidade aeroespacial dos seus países. Concluíram também que, provavelmente, face às modernas armas e à posição geográfica da URSS e China, relativa ao Novo Mundo, qualquer ataque à América partido do bloco comunista seria desencadeado pelo Hemisfério Norte.

Ao mesmo tempo, evidenciou-se que a defesa aérea do solo canadense e norte-americano era uma tarefa indivisível.

Por outro lado, a fórmula deduzida para se contrapor a uma agressão desta natureza sintetizou-se na aplicação da doutrina ofensiva ajustada à defensiva, que redundava na dissuasão.

Imbuída desta concepção, em 1950, uma comissão militar mista elaborou um plano de emergência para a defesa aérea do continente.

No começo de 1954, esse grupo propôs a organização de um sistema defensivo bilateral, sob um comando único combinado.

Assim, instalou-se em Colorado Springs, ao pé das Rochosas, no coração dos EUA, o núcleo do que se transformaria no Comando de Defesa Aérea Norte-Americana.

Nesse ínterim, estabeleceu-se uma rede de vigilância, à base do radar, através do Canadá, que tomou o nome código de "Pinetree". Os canadenses incumbiram-se da linha recuada e os EE.UU., da rede avançada no extremo norte.

A 12 de setembro de 1957, criou-se oficialmente o NORAD (North American Air Defense Command), que por um acordo firmado, posteriormente, entre Ottawa e Washington será mantido, em princípio, durante um período de dez anos.

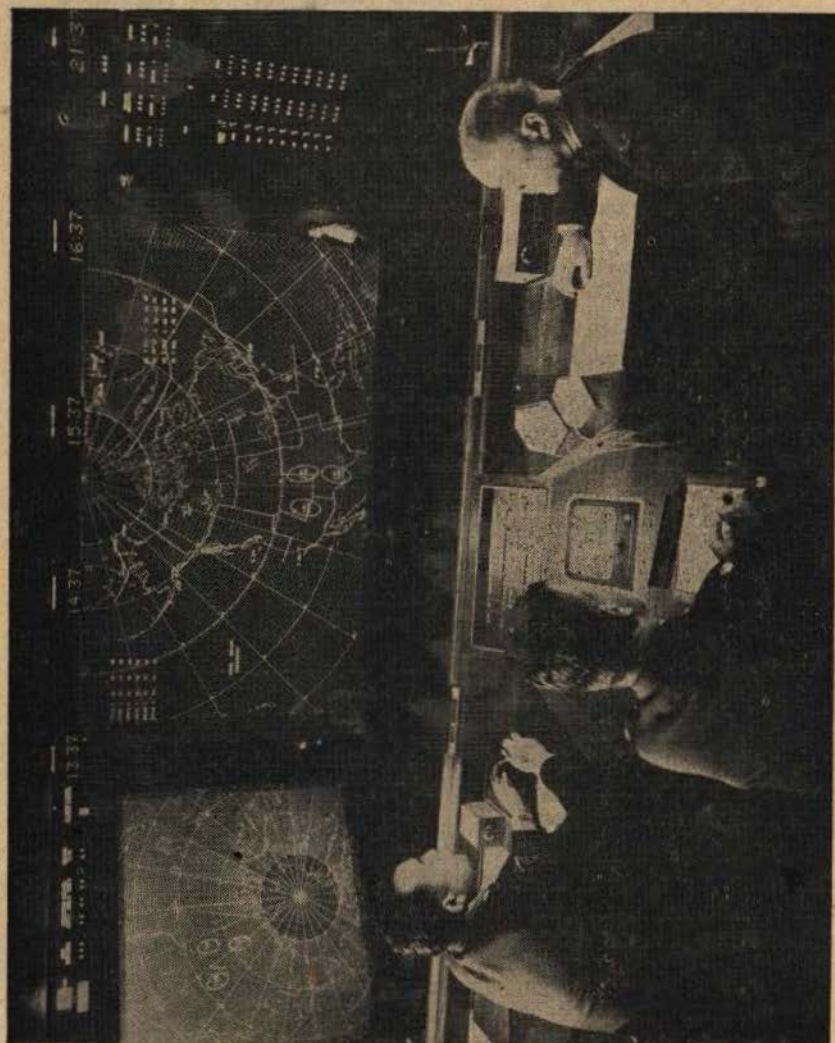
MISSÃO

A missão do NORAD resume-se em "defender o continente norte-americano contra um ataque aeroespacial".

Analisando a missão, constata-se que se decompõe em três ações básicas: detectar, identificar e, se necessário, destruir.

Hoje, a responsabilidade do NORAD cresceu muito. Deve permanecer em guarda não só contra ataques de bombardeiros tripulados como, também, de mísseis balísticos ou quaisquer outros engenhos espaciais. Em síntese, cumpre-lhe vigiar todo o céu que cobre a América do Norte, desde o horizonte até as alturas da atmosfera.

A detecção da aeronave segue-se uma rápida e apurada identificação. Uma vez que o inimigo pode escudar-se no tráfego aéreo nor-



Interior do Centro de Operações de Combate do NORAD, destacando-se, em primeiro plano, mem-

mal para atacar qualquer lugar a qualquer hora, ao NORAD cabe identificar tôdas as aeronaves que se aproximam da América do Norte.

O NORAD adota o princípio da defesa em profundidade. A finalidade é submeter o agressor a um contra-ataque incessante, a partir do momento em que fôr identificado. Desta maneira, um bombardeiro inimigo, primeiramente, seria alvo dos caças tripulados, em seguida, dos interceptadores sem piloto do tipo BOMARC e, em última instância, se rompesse essas barreiras, ficaria ao alcance dos mísseis da família NIKE.

Para isso, outorgou-se ao NORAD o contrôlo operacional das forças de defesa aérea dos EE.UU. e do Canadá, isto, é, o poder de dirigir, coordenar e controlar o emprego dos meios disponíveis.

Com vistas a êsse fim, o território norte-americano encontra-se dividido em oito regiões, seis das quais abarcam os EE.UU. continental, exclusive o Alaska, e parte do Canadá Meridional. O Alaska e o restante do Canadá, inclusive as zonas industriais densamente povoadas de Ontário e Quebec, constituem as outras duas regiões.

Cada uma dessas regiões subdivide-se em setores. A área do setor varia em função do volume de tráfego aéreo e do número de objetivos compensadores locais.

ORGANIZAÇÃO

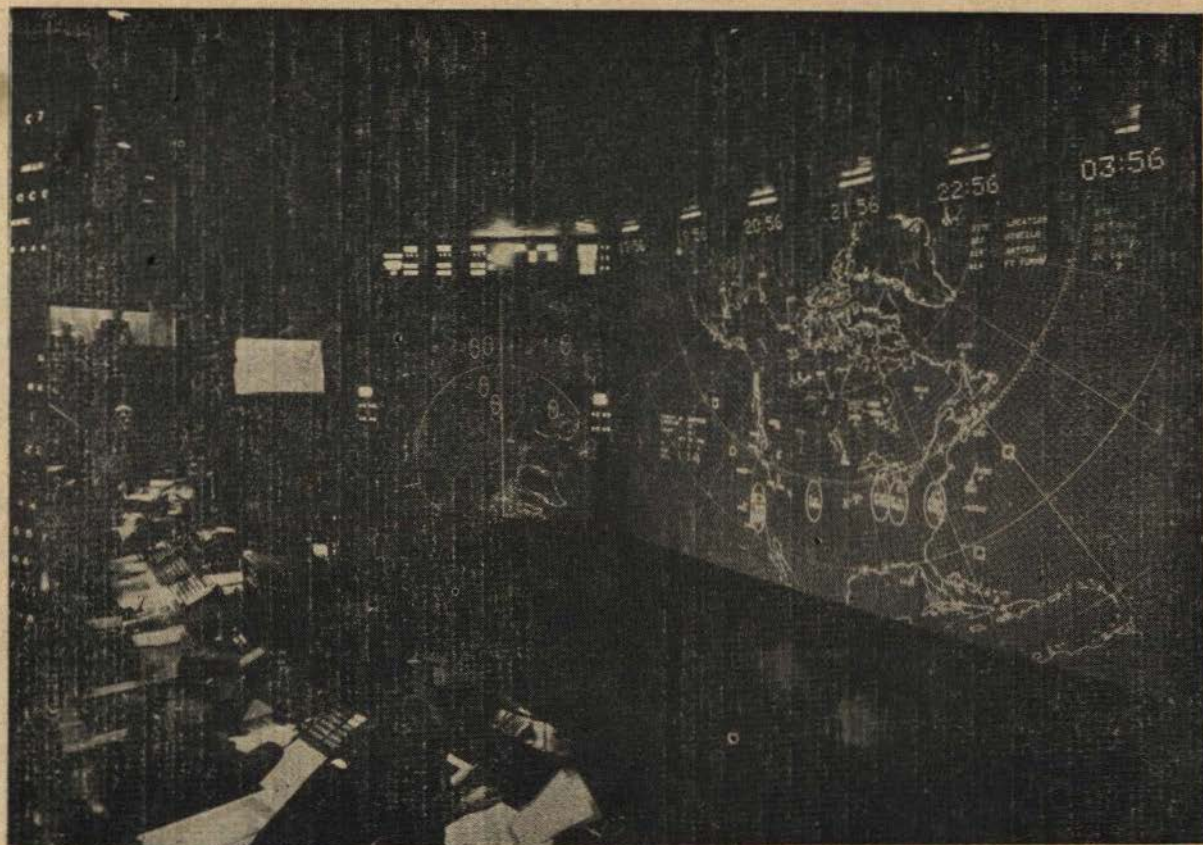
O comandante-em-chefe do NORAD tem dupla subordinação — à Junta de Chefes de Estado-Maior Norte-Americano e ao Chefe do Estado-Maior de Defesa Canadense. A designação do comandante e subcomandante do NORAD, que não podem ser da mesma nacionalidade, depende de ambos os governos aprovarem-na. Presentemente, chefia o NORAD um general de quatro estrélas da USAF (United States Air Force), e exerce as funções de seu subcomandante um marechal-do-ar da RCAF (Royal Canadian Air Force).

Integram o NORAD elementos do Exército, Marinha e Força Aérea dos EE.UU. e da Real Força Aérea Canadense.

O Exército guarnece o último círculo defensivo, ao redor de trinta alvos selecionados, com mais de 130 baterias de mísseis superfície-ar NIKE-HERCULES.

A Marinha vasculha os céus em busca de objetos que vagam pelo espaço. Ademais, executa a ligação entre o NORAD e os comandos navais em terra e no mar, e, em caso de emergência, reforça com jatos a força de interceptação.

A Força Aérea, além de fornecer o grosso dos esquadrões de caças interceptadores, contribui com mísseis superfície-ar BOMARC, e controla a linha avançada de radar.



Em primeiro plano, membros do Estado-Maior do NORAD em seus postos de combate no centro de operações de Colorado Springs. Ao fundo, as telas do Iconorama

O alerta permanente vivido pelo NORAD implica na exploração contínua de três diferentes sistemas de vigilância:

- DEW (Distant Early Warning) Line;
- BMEWS (Ballistic Missile Early Warning System);
- SPADATS (Space Detection and Tracking System).

A "Linha de Vigilância Avançada" (DEW Line), constituída somente de radares, desenvolve-se, no extremo norte do continente, das Aleutas à Terra Nova, estendendo-se até a Grã-Bretanha. Em reforço, uma maciça rede de radar varre todas as áreas habitadas do Canadá e dos EUA e se prolonga mar afora no litoral do Atlântico e Pacífico. Este conjunto forma o sistema de vigilância contra bombardeiros tripulados.

O "Sistema de Vigilância Avançado Contra Mísseis Balísticos" (BMEWS), cujos enormes radares localizados em Thule (Groenlândia), Clear (Alaska) e Fylingdales Moor (Inglaterra), podem detectar um míssil a 3.000 milhas de distância, proporciona um limite mínimo de segurança (15 minutos) antes de qualquer ataque aeroespacial. Tal alarme é transmitido automática e simultaneamente ao QG do NORAD, SAC (Strategic Air Command), Pentágono e Departamento da Defesa, em Ottawa.

O "Sistema de Detecção e Acompanhamento Espacial" (SPADATS) visa a localizar, acompanhar e catalogar todos os objetos artificiais que cruzam o firmamento. Para tal, vale-se dos órgãos de busca e informação da Marinha e Força Aérea. Seu Quartel-General está sediado anexo ao "Centro de Operações de Combate" do NORAD, em Colorado Springs.

Para facilitar o cumprimento da missão e evitar incidentes internacionais fatais, o NORAD estabeleceu em torno da área sob sua responsabilidade uma zona de identificação. Assim sendo, a aeronave que penetra ou opera no interior desse espaço aéreo deve submeter-se a estritas regras de identificação. O principal método em uso baseia-se na correlação dos planos de voo às informações coletadas pelos radares de vigilância. Comparada a rota mostrada na tela do radar à registrada nos planos de voo reconhece-se com precisão uma aeronave. Em caso de dúvida, classifica-se o objetivo voador como "desconhecido" e são enviados interceptadores para efetuar uma identificação visual.

Com mais de 200.000 aviões, em cada 24 horas, cortando os setores de vigilância do NORAD, é raro o dia em que não surgem nos painéis do "Centro de Operações de Combate" uns "desconhecidos". Entretanto, a média dos "desconhecidos" vem caindo sensivelmente todos os anos e agora se apresenta inferior a dez por dia. É comum os interceptadores decolarem e minutos depois serem chamados de volta à base, por já se haver identificado o "desconhecido".

Para isso o NORAD conserva prontos e dispersados em vários aeródromos na periferia de sua zona de ação mais de quarenta esquadrões de interceptação.

O foguete ar-ar GENIE e o míssil teleguiado FALCON, dotados de ogiva nuclear, aumentam tremendamente o poder destruidor dos jatos interceptadores. Detonando em meio a uma formação de bombardeiros inimigos, destruirão os aparelhos e neutralizarão a arma nuclear porventura transportada, impedindo uma explosão atômica e a conseqüente precipitação radioativa.

Tanto o míssil superfície-ar de médio alcance (400 milhas aproximadamente) BOMARC como o NIKE-HERCULES, cujo alcance útil oscila em volta de 75 milhas, podem ser equipados com cargas nucleares.

Uma vasta rede de comunicações interliga todo o NORAD.

Detectado algum objeto por um dos sistemas de vigilância, a informação passa imediatamente aos diversos centros de controle, espalhados em todo o continente, onde é processada e avaliada. Instantaneamente, os pilotos interceptadores e as guarnições das baterias de mísseis recebem instruções. De qualquer posto de comando se pode acompanhar a evolução dos acontecimentos e dirigir a batalha aérea. O dobramento dos meios de comunicações assegura flexibilidade ao comando. Providências foram tomadas no sentido de que não se perca o controle das operações se for neutralizado o QG de Colorado Springs. Com esta finalidade construíram-se PC de troca em outras localidades.

CENTRO DE OPERAÇÕES DE COMBATE

Dentro de um blocausse da Base Aérea de Ent, nos arrabaldes de Colorado Springs, funciona o cérebro do NORAD — o "Centro de Operações de Combate" (COC).

Para um imenso computador digital aí instalado convergem todas as informações colhidas pelas estações de radar, esquadrões de interceptação, bases de mísseis e postos de vigilância que integram o NORAD.

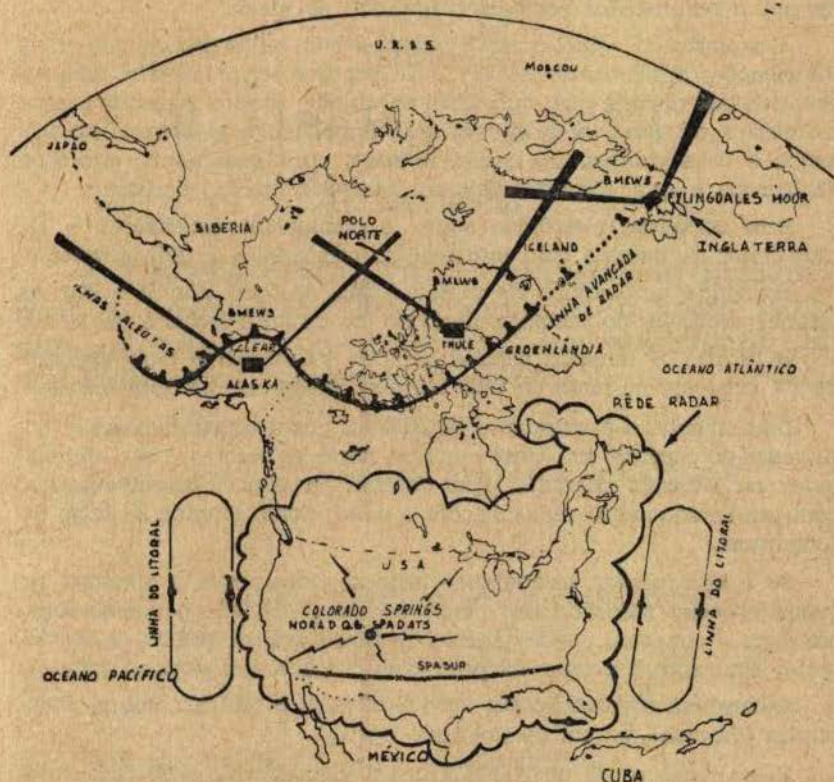
Ligado a todos os comandos subordinados e aos principais órgãos responsáveis pela segurança continental (SAC, Pentágono, Casa Branca e Departamento da Defesa Canadense), ao primeiro sinal de ameaça à América, daí partirá o alarme e dirigir-se-á a batalha aérea que decidirá da sorte das potências em conflito.

O processamento de dados concernentes à defesa aérea ou a um ataque iminente do território norte-americano se faz através de um sistema eletrônico — o Iconorama.

Economizando tempo e tornando obsoletos os métodos de locação preconizados nos manuais, o Iconorama permite quase uma visão

imediate das posições ocupadas por objetos aeroespaciais e aquáticos a milhares de quilômetros de distância, em qualquer parte da área vigiada pela rede de radar.

Uma tela de grandes dimensões projeta um mapa da América do Norte, Groenlândia, Islândia, de partes da Sibéria, das ilhas do Caribe e dos Oceanos Atlântico e Pacífico. Em cima, alteradas a cada



minuto que passa, são marcadas as horas de acordo com os diferentes fusos. Símbolos luminosos indicam a locação e direção de todas as aeronaves em deslocamento, que interessam ao NORAD, tais como: patrulhas do Comando Aéreo Estratégico, o aparelho presidencial rumo a alguma conferência, um avião comercial russo dirigindo-se a Cuba ou qualquer aeronave civil ou militar classificada como "desconhecida". O Iconorama também fiscaliza o tráfego aéreo sobre Cuba e a Sibéria e as atividades de submarinos não identificados, porta-aviões estrangeiros e pesqueiros soviéticos. As elipses vistas sobre o mapa dos EE.UU. revelam prováveis alvos para mísseis balísticos.

A direita da tela principal vê-se um quadro demonstrativo da situação. Neste placar eletronicamente comandado, luzes cintilam apontando o número de aviões inimigos na zona de ação do NORAD, aeronaves não identificadas, armas empenhadas no combate aéreo, baixas sofridas pelas forças amigas e perdas imputadas ao adversário. Num outra casa, aparece uma lista dos grandes comandos militares em todo o mundo e o respectivo estado de alerta. Embaixo, têm-se as unidades de jatos interceptadores e mísseis superfície-ar em condições de serem empregados com cinco minutos de alerta.

A esquerda do painel central, depara-se com outro menor, que provê informações atinentes ao BMEWS. Na parte superior, nota-se uma estimativa dos mísseis que, num caso de ataque, seriam lançados contra a América do Norte, e o intervalo de tempo entre o disparo do primeiro e os seguintes. Na seção inferior, aplicadas a uma projeção da Europa e Ásia, elipses assinalam bases de mísseis balísticos.

Este complexo eletrônico supre o comandante-em-chefe e o estado-maior de batalha com informações atualizadas a todo momento.

Há ainda um serviço de meteorologia, sempre pronto a dar as últimas previsões do tempo, através de um circuito fechado de TV.

O SPADATS também expede boletins informativos pelo receptor de TV existente na mesa de cada membro do estado-maior de batalha.

Diariamente, o comandante do NORAD e seu estado-maior são notificados do ocorrido nas vinte e quatro horas anteriores, e são ambientados na situação corrente. Um coronel ou capitão-de-mar-e-guerra, com um estado-maior reduzido, dia e noite, ficam atentos às telas do Iconorama.

Se o controlador, a qualquer instante, julgar que a situação reclama especial atenção, sem perda de tempo, avisa ao comandante-em-chefe e convoca o estado-maior de batalha do NORAD. O estado-maior está apto a ocupar os postos de combate em poucos minutos.

Acha-se em construção um novo COC para o NORAD, sob as Montanhas Cheyenne, ao sul de Colorado Springs.

Neste local, o QG do NORAD ficará virtualmente a salvo de ataques termonucleares.

CASA MORAES ALVES
UNIFORMES MILITARES

Bonés — Distintivos — Bandeiras

Uniformes em Tergal

A VISTA OU A PRAZO

Rua Uruguaiana n.º 174-A — Tel. 43-6653



MARINHA DO BRASIL

11 de junho

A DEFESA NACIONAL presta singela homenagem de respeito, gratidão e confiança à nossa Marinha, quando se comemora mais um aniversário da sua efeméride máxima: RIACHUELO.

"Brasileiros, amai a Marinha de Guerra

E esta gente do mar, que guarda a nossa Terra.

.....

.....

Se nós queremos, pois, conservar nossa Terra,
As portas defender do nosso litoral,
É preciso construir nossa frota de guerra,
Que a força do Brasil é seu poder naval!

Ela nos há de dar a confiante certeza
De que, de norte a sul, e montanhas além,
O Brasil tem assídua e constante defesa;
Não é terra do mundo, ou terra de ninguém.

.....

.....

"Brasileiros, amai a Marinha de Guerra

E esta gente do mar, que guarda a nossa Terra.

* (BASTOS TIGRE)



A FUNDAÇÃO OSÓRIO, destinada à educação das filhas órfãs de militares das Forças Armadas, necessita de seu apoio, prezado camarada, para prosseguir em sua nobilitante tarefa educacional.

Venha visitar-nos e ver o que estamos fazendo há 44 anos, pela família militar brasileira.

Auxilie-nos!

Torne-se sócio contribuinte de nossa FUNDAÇÃO! É muito simples. Autorize sua Unidade a descontar mensalmente em fôlha, a favor da FUNDAÇÃO OSÓRIO, a quantia que lhe agradar — Cr\$ 500 ou Cr\$ 1.000.

Estamos certos de contar com você, prezado camarada, de coração bem formado.

E promova, também, uma campanha em prol de nossa FUNDAÇÃO em sua Unidade.

Por tudo, nós lhe ficamos gratos.

BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

HERNANI d'AGUIAR
Ten-Cel Art (QEMA)

1. PROÊMIO

a. INTRODUÇÃO

O dia invernoso de 11 de junho de 1865, domingo da Santíssima Trindade, amanhecera um tanto nublado, mas o nevoeiro começava pouco a pouco a levantar e dentro em breve o dia tornar-se-ia claro e límpido.

"O almirante surge no portaló, barbas ao vento, narinas dilatadas, esperanças arfantes.

O primeiro tiro partiu. Afumam-se os ares, despertam-se os lumes, a artilharia fala por vozes de estrondo. Matar ou morrer, senha sinistra; encerrar o dia ileso ou cadáver, se tanto necessário.

Aqui sucumbe GREENHALGH, o guarda-marinha; ali acutilla MARCILIO DIAS, o imperial marinheiro.

As embarcações perseguem-se por entre os obstáculos do rio, coleantes, quase à serpente."

"Ardilosas singrando sôbre bancos
Ou estreitos canais de verdes ilhas"

como disse um poeta, que tratou de sangue e sentiu a arte pintando a carnificina.

Trovejam baterias, a metralha pulula, o machado zune nos ares, o sabre de abordagem brilha, as manobras sucedem-se.

Joga-se a cartada suprema. Ariete de última hora, a fragata AMAZONAS afunda os navios inimigos, sepulta-lhes a força fumegante nas águas do rio.

Barroso é o vencedor, a vitória é BRASIL.

O grito de "Viva o Imperador! "rola nos ares e celebra os funerais dos vencidos, dignos de melhor causa."

Mas, interrompamos por aqui. Utilizemos aquela "técnica de suspense" tão em uso, há um par de anos atrás, nas películas cinematográficas norte-americanas, e que consiste em iniciar a projeção

pelo *climax*, pela magna cena, para, depois de conseguida a motivação, retroceder e contar todo o enredo.

A perfeita compreensão da efeméride exige que venhamos desde as origens.

RIACHUELO constitui para nós motivo de justo orgulho, mas não leva o sentido de um tripúdio sobre a valorosa Nação Guarani. Não se veja, na comemoração, a prepotência afrontosa do vencedor ante a desdita do vencido.

Nenhum resquício de ódio guardamos contra o País irmão; realizamos, tão-somente, uma comemoração cívica justa e correta.

Já dizia ALEXANDRE HERCULANO:

"A falta de amor às velhas coisas da Pátria é indício certo da morte da Nacionalidade e, por consequência, do estado decadente e da última ruína de qualquer povo."

A história dos países novos, cujos eventos estão praticamente ao alcance visual do espectador, impõe, tiranicamente, a criação de um plano subjetivo onde se movam, numa atmosfera divina, os grandes feitos e os grandes vultos.

TEATRO DE OPERAÇÕES



FIG. 1

"Os fluidos espirituais que emanam do passado, constituirão sempre a energia imorredoura, pronta a amparar o esforço dos povos, toda vez que se encaminhem para encruzilhadas incertas."

Num de seus magníficos Mandamentos Cívicos, COELHO NETO prega com ardor patriótico:

"Honra a Pátria no Passado: sobre o túmulo dos heróis; glorifica-a no Presente: com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o Futuro: com a dedicação que é Fôrça de Fé."

Esse deve ser o verdadeiro sentido das comemorações: Honrar o Passado para manter a mística quase religiosa, que se avolume numa Fôrça de Fé, para os tempos vindouros.

b. ANTECEDENTES

O PARAGUAI, cuja emancipação política se processara de maneira toda particular, sob o domínio discricionário e sem freios impôsto, durante 26 anos, pelo Dr. FRANCIA, se enclausurara dentro de sua debilidade e se mantivera completamente isolado do restante do mundo.

CARLOS LOPES herdou êsse estado político e social e, apesar de mais hábil e tolerante, não se afastou da linha geral da ditadura. Um crítico mordaz, dêle afirmou — "que amava tanto ao PARAGUAI que chegou a ser dono de metade de suas terras."

Teve, contudo, uma miragem alevantada: fazer crescer o PARAGUAI, abrindo-lhe caminho até o mar, tirando-o de sua mediterraneidade.

Realmente, não devia ser cômoda ao País a situação que um determinismo histórico lhe impusera. Os rios PARAGUAI e PARANÁ, verdadeiro cordão umbelical — constituíam o único caminho aberto para a troca de produtos com o estrangeiro e manutenção de relações com o mundo exterior, caminho êsse sob o domínio das Repúblicas da Argentina e do Uruguai, que se haviam feito condôminas do Estuário Platino.

KJELLÊM, um dos nomes maiores da Geopolítica, defendia vigorosamente que — "Os Estados são seres conscientes e racionais como o homem. Interesses, preconceitos, instintos e, sobretudo, o instinto de conservação, a vontade de crescer, a vontade de viver e a vontade de poder, determinam a vida das nações."

"A idéia dessa expansão, dessa corrida para o mar, incontestavelmente a via inesgotável e rápida do progresso mundial, era, ninguém de boa mente o negará, uma inspiração patriótica e legítima, pôsto que irrealizável diante dos obstáculos que o PARAGUAI ainda não estava convenientemente preparado para superar."

CARLOS LOPES entendia muito bem que ainda era muito cedo para pôr em execução o Grande Sonho. "O imperialismo de que o acusam com veemência não era coisa tão horripilante como desejam alguns historiadores."

Ao enunciar êstes conceitos, talvez estejamos ferindo ouvidos menos avisados, mas lembramos a grande lição de JULIEN DE LA-GRAVIERE:

"A história não se faz de patriotismo, e sim da verdade."

De mais a mais, a experiência histórica como que tem justificado o imperialismo pelo uso corrente, através de tôdas as épocas.

Imperialistas foram os povos caldaicos, os fenícios, os espartanos, os cartagineses, os romanos, como imperialistas continuaram sendo os árabes, os turcos, os lusitanos, os espanhóis, os holandeses, ingleses, franceses, italianos, alemães e japoneses, como imperialistas são no momento os russos, os chineses e os norte-americanos.

Imperialista foi quem pôde ser, como já o fôra o próprio BRASIL com a conquista e anexação da PROVÍNCIA CISPLATINA.

CARLOS LOPES desejava engrandecer o PARAGUAI, do mesmo modo que as nações líderes da humanidade o fizeram. Cabia aos interessados, aos que seriam espoliados, — no caso o BRASIL, a ARGENTINA e o URUGUAI — impedir que a grandeza do PARAGUAI se fizesse às suas custas. Com essa visão filosófica das coisas, veio a falecer em 1862, antes de tentar executar seus *desiderata*.

Sucedeu-lhe o filho — FRANCISCO SOLANO LOPES — jovem que enviara à EUROPA, para completar sua educação. Homem de grandes apetites, natureza ardente, exaltada e complexa, onde as palavras romântico, herói e desequilibrado, certamente encontrariam o seu lugar.

Dois "vinhos capitosos" trouxera do Velho Mundo:

— A obsessão doentia da era napoleônica, que captara nos Inválidos, junto à tumba do Grande Corso, e que vira materializada, embora caricatural, nas manobras militares e na corte de NAPOLEÃO III.

Inspirado nessa matéria, quis transformar seu pequeno PARAGUAI num verdadeiro Império Platino, senhor dos destinos da AMÉRICA AUSTRAL.

— Uma serpente da tentação, em figura de mulher — ELISA ALICIA LINCH — que escolhera e apanhara entre as flôres gaudiosas que ornavam os "bulevares" e salões da PARIS imortal.

Dessas essências fortes resultariam a euforia, a embriaguês, o "delírium tremens" e ... a morte.

A ânsia napoleônica levou-o a criar na República um numeroso exército e, por uma mobilização inacreditável — 25% da totalidade da população — a realizar o maior esforço guerreiro que uma Nação até hoje deu à História da Humanidade!

Tinha em mãos o instrumento daquilo que deveria ser a Epopéia Guarani, mas que acabou por transformar-se na Farsa Trágica que desgraçou a nação paraguaia.

E, que lhe daria a conquista daquela mulher casada, talvez não muito difícil? O triste fadário que o apegaria ao poder e o lançaço e balaço finais de CERRO CORA.

Após 3 anos de febril atividade, em que fez vir da EUROPA engenheiros e técnicos, em que instalou e aperfeiçoou fábricas e fundições, em que adquiriu grande cópia de armamentos, em que melhorou a defesa de HUMAITA, transformando-a na SEBASTOPOL sul-americana, em que fortificou outros acidentes capitais no curso do rio Paraguai, em que elevou a marinha e fez novas encomendas no estrangeiro, — LOPES sentiu-se poderoso, o suficiente, para lançar a luva ao BRASIL.

Interessante é observar que toda essa preparação foi feita abertamente, com vertiginosa celeridade e proclamada aos quatro ventos, pelo "Semanário", órgão oficial da República, que, em tom belicoso, fazia grande alarde daqueles preparativos.

Um estudo da situação, pelos arcanos da política continental, apontou-lhe uma oportunidade.

Na ARGENTINA, vivia-se um clima de incertezas e preocupações. Em CORRIENTES dominava o Gen URQUIZA. Em ENTRE-RIOS não era melhor a situação do Gen MITRE, de quem URQUIZA era inimigo rancoroso.

No ESTADO ORIENTAL, a luta sangrenta entre "blancos" e "colorados" era de molde a facilitar-lhe a ação sobretudo se a êle viessem a unir-se, como se esperava, os "blancos" de AGUIRRE.

Um pretexto foi fácil conseguir: querelas antigas, o BRASIL as tinha com o PARAGUAI; por diversas vezes as relações haviam estado tensas; a questão dos limites ainda não fôra resolvida e a da livre navegação do rio tivera uma solução que deixara restrições.

A intervenção brasileira no URUGUAI constituiu-se na centelha que deflagrou a contenda. Um "ultimatum" em termos inaceitáveis e o aprisionamento do paquete brasileiro MARQUÊS DE OLINDA, a 12 de dezembro de 1864, e onde viajava o Cel CARNEIRO DE CAMPOS, nôvo Presidente da Província de MATO GROSSO, consubstanciaram a agressão moral e física ao BRASIL.

Era a guerra — "ultima ratio regum" — guerra que não provocáramos.

O historiógrafo guarani CECÍLIO BAEZ, em seu "Resumen de la Historia del Paraguay hasta 1880" testemunha a nosso favor:

"Así comenzó la guerra com el BRASIL, sin que el Império hubiese practicado acto alguno de hostilidad contra el PARAGUAY".

Logo em seguida, LOPES fêz envolver a ARGENTINA e o URUGUAI, no turbilhão.

• • •

Para perfeito entendimento do que vai ser relatado, perlustremos, de afogadilho, o T. O. constituído pelo DARDANELOS PLATINO, na feliz e interessante expressão com que LIMA FIGUEIREDO batizou o "dédalo" formado pelos três grandes rios e seus afluentes: — (Fig 1)

- Devemos iniciar dizendo que se encontrava afastado dos centros vitais do BRASIL (litoral e capital).
- Os rios constituíam grandes obstáculos ou vias de acesso, conforme a direção em que fôsem entestados.
- MATO GROSSO era uma Província desconhecida e despovoada, auto-suficiente apenas em gado.
- ENTRE-RIOS E CORRIENTES, o primeiro abaixo e com comunicações difficilimas na estação pluviosa; o segundo montanhoso ao norte e com o grande obstáculo da Lagoa IBERÁ.
- O GRÃO-CHACO, uma extensíssima planície desabitada e mergulhada sob vasta lençol de água.
- O PARAGUAI, ignoto, com inúmeras barreiras naturais: — lagoas, pântanos. Cortado de N a S por uma cadeia de montanhas que vai terminar no cotovêlo do PARANÁ — (TRÊS BÓCAS).

• • •

Em meados de dezembro de 1864, duas colunas guaranis invadiram MATO GROSSO: uma sob o comando de BARRIOS, saída da Capital, pelo rio, em demanda de CORUMBÁ; a outra, ao mando de RESQUIM, oriunda de CONCEPCIÓN, por terra, objetivando a VILA DE MIRANDA; num 2º lance, convergiram sôbre CUIABÁ.

A 13 de abril de 1865, uma esquadilha paraguaia, sob o comando de MEZA, ataca CORRIENTES, que no dia seguinte é ocupada por ROBLES. Daí, reforçados, com efetivos crescentes, deslocam-se os paraguaios para o sul, paralelamente ao RIO PARANÁ. Em princípio de maio, ROBLES tinha em CORRIENTES sua Base de Operações; seu grosso estava acampado no RIACHUELO e seus exploradores iam até CUEVAS.

A 7 de maio, de ENCARNACIÓN partiu um poderoso exército às ordens de ESTIGARRÍBIA, que deveria invadir o RIO GRANDE DO SUL e ligar-se a ROBLES. Já a 10 de junho, essa força atravessa o RIO URUGUAI, em S. Borja, após deixar na margem direita uma coluna com DUARTE.

A Esquadra Imperial, sob o comando do estrênuo vice-almirante Visconde de TAMANDARÉ, estivera empenhada no bloqueio das portas da República Oriental e desempenhara papel preponderante na tomada de PAISANDU. Face à agressão paraguaia, levantara o cerco de MONTEVIDÉU, a 20 de fevereiro de 1865.

Em abril, o Ministro da Marinha, Conselheiro SILVEIRA LÓBO, determinou a TAMANDARÉ que, sem perda de tempo, subisse o PARANÁ e bloqueasse a República do PARAGUAI, nas TRÊS BÓCAS.

A evolução dos acontecimentos (tomada de CORRIENTES) determinou que o bloqueio fôsse estabelecido num ponto mais ao sul das TRÊS BÓCAS.

No dia 20 de maio, o Contra-Almirante FRANCISCO MANOEL BARROSO assumiu o comando-em-chefe das forças de bloqueio e, a 25, dá-se o raide fugaz de PAUNERO, sobre CORRIENTES, com a proteção dos canhões da Esquadra Brasileira.

Pouco acima das TRÊS BÓCAS permanecia a Esquadra Paraguaia.

A fragata AMAZONAS, que desde 16 de maio estava encalhada abaixo de BELA VISTA, aproveitando a enchente, navega cautelosamente rio acima e, no dia 30, incorpora-se à Esquadra, junto ao GRÃO CHACO, cerca de 5 milhas abaixo de CORRIENTES.

As vésperas da batalha, boa seria a situação das forças invasoras paraguaias, não fôra a presença incômoda de nossa esquadra.

Da posição em que se encontrava, a força de BARROSO não só ameaçava CORRIENTES, em poder do inimigo, como bloqueava todos os portos da República e materializava ameaça perenal aos invasores que pretendessem marchar sobre ENTRE-RIOS.

Por ser um "espinho tenaz", encravado no flanco dos exércitos que lançara, constituía-se nossa esquadra no "DELENDIA CARTAGO" de Lopes.

2. A BATALHA

a. LOCAL

A Batalha iria travar-se no local conhecido como PASSO DO RIACHUELO. O rio apresenta-se, aí, lodoso, salpicado de pequenas ilhas e bancos e cheio de camalotes e vegetações aquáticas. Oferecia no canal a profundidade média de 18 pés.

O PADRE GALANTI assim descreve o "palco" da luta: "A umas 3 léguas da cidade de CORRIENTES deságua, na margem esquerda do PARANÁ, um arroio que procede da Lagoa MALOYA, e que não tem denominação própria. Chamam-no RIACHUELO, que é diminutivo de riacho. O rio PARANÁ, nesse ponto, tem pouco mais ou menos légua e meia de largura, mas a parte navegável se reduz a uns 350 metros apenas, estando, além disto, atravancado por numerosas ilhas, das quais duas são grandes e cobertas de mato. A maior de todas é a que fica bem fronteira às duas bocas do RIACHUELO, é a de PALOMERA. É entre esta e a margem esquerda do PARANÁ, fortificada pelos paraguaios, que se vai dar a batalha. Encobre a foz do RIACHUELO uma ilha que, do PARANÁ, apenas deixa avistar o pequeno regato. À margem direita do RIACHUELO está, sobre uma eminência, a vivenda de SANTIAGO DERQUI, em cujas proximidades os paraguaios estabeleceram o seu arraial, quando PAUNERO surpreendeu a cidade de CORRIENTES. Foi neste lugar que BRUGUEZ levantou suas baterias de 22 canhões, e fez tudo com tanto segredo que os nossos não tiveram nenhuma notícia delas até o momento da peleja. Sobre a margem esquerda da foz do RIACHUELO, descortina-se a beira baixa e arenosa do PARANÁ, revestida de escassa vegetação, e que se chama RINCÓN DE LAGRANA. Estiveram nesse sítio 300 fuzileiros, que tomaram parte do combate."

b. MEIOS EM PRESENÇA. PLANO DE LOPES

— Brasileiros:

Nossa Esquadra estava organizada em duas Divisões de navios de guerra:

AMAZONAS (Cap)	JEQUITINHONHA
IGUATEMI	BEBERIBE
PARNAÍBA	BELMONTE
ARAGUARI	IPIRANGA (9 navios)
MEARIM	

Dêles, a capitânia era fragata; corvetas, a JEQUITINHONHA e a BEBERIBE; canhoneiras, as demais.

Disponha ao todo de 59 canhões e transportava 2.300 homens, dos quais cerca de 1.200 eram do Exército (9ª Brigada, sob as ordens do Cel João Guilherme Bruce), que se achavam a bordo para qualquer operação de desembarque.

— Paraguaiois:

A Esquadra, reunida em HUMAITÁ e entregue ao comando do velho Vice-Almirante Pedro Ignácio Meza, constava de:

TAQUARY (Cap)
PARAGUARY
IGUREI
IPORA
MARQUÊS DE OLINDA
SALTO ORIENTAL
JEJUI
PIRABERE
IBERÁ (9 navios)

Dêles, os dois primeiros eram navios de guerra construídos na INGLATERRA, e os demais, vapôres armados em guerra. Esses navios levavam 41 bôcas-de-fogo. Para compensar essa inferioridade de sua artilharia, em número e poder, LOPES imaginou e fêz construir "chatas," espécie de baterias flutuantes para serem rebocadas, com as seguintes características:

comprimento \equiv 16 m 50
bôca \equiv 4 m 60
pontal \equiv 8 cm

De fundo chato, construção sólida, bem fechadas por grossas curvas de ferro; o convés, quase ao lume d'água, levava uma quar-nição de 30 praças. Em quatro delas, o canhão montado era de calibre 80 (libras de pêso do projétil) e, em dois, de 68.

As seis chatas foram incorporadas à Esquadra.

A guarnição orçava por uns 3.000 homens, selecionados dentre as numerosas legiões com que a República contava. Aí se alinhava o 6º Btl de Infantaria Naval — considerado o mais valente de seus batalhões — que já se tornara tristemente célebre, pelas carnagens e rázias realizadas em MATO GROSSO. Os maquinistas e demais especialistas eram quase totalmente súditos ingleses.

Em local adrede preparado, na barranca do rio, dispusera 22 canhões de BRUGUEZ.

Aí, e disseminados pelas ilhas, centenas de fuzileiros; tudo sob absoluta reserva.

— O PLANO

O Plano concertado entre LOPES e MEZA era muito simples:

— Surpreender e abordar nossa Esquadra, ao alvorecer do dia 11 de junho, e apresar os navios. Caso isso fôsse possível, desfilar diante de nossa Esquadra, descendo o rio a todo vapor, e atraí-la para a armadilha montada na área táctica escolhida.

Nesse local, submeter nossa Esquadra a 3 “ordens de fogo”:

- a 1ª ao lume d'água, partindo das chatas fundeadas sob a proteção das fortificações;
- a 2ª, dos navios de MEZA;
- a 3ª, das baterias de BRUGUEZ na barranca, e dos fuzileiros.

Após maltratar os navios brasileiros, que eram de madeira, realizar a abordagem, navio por navio, utilizando-se da maior capacidade manobreira (menor calado) e da superioridade em gente de fanático ardor.

Em águas do ATLÂNTICO, aquela esquadra improvisada seria pulverizada em poucas horas, pela nossa; naquelas circunstâncias tão desfavoráveis para nós, o plano tinha reais possibilidades de êxito.

c. O EMBATE

Conta-nos THOMPSON — um dos maiores detratores do BRASIL — em sua “THE WAR IN PARAGUAI”, que o entusiasmo provocado por LOPES em HUMAITÁ fôra muito grande, prometendo todos voltar com a Esquadra Brasileira. LOPES falou-lhes em trazerem alguns prisioneiros e os soldados responderam:

— Para que queremos prisioneiros? Mataremos todos!

Durante a noite de 10 para 11 de junho, a Esquadra Guarani largou de HUMAITÁ; navegava devagar, para chegar ao romper do dia defronte da Brasileira, quando, próximo às TRES BOCAS o vapor IBERÁ sofreu, repentinamente, um desarranjo na máquina, que não pôde ser reparado, obrigando-o a fundear.

Era um presságio ominoso!

1ª Fase — A pane fez atrasar a Esquadra, que somente às 08,30 horas foi apercebida pela MEARIM, que estava de prontidão avançada. (Fig. 2).

O dia, que amanhecera alágido e nublado, já a essa altura estava claro e límpido.

1a. Fase

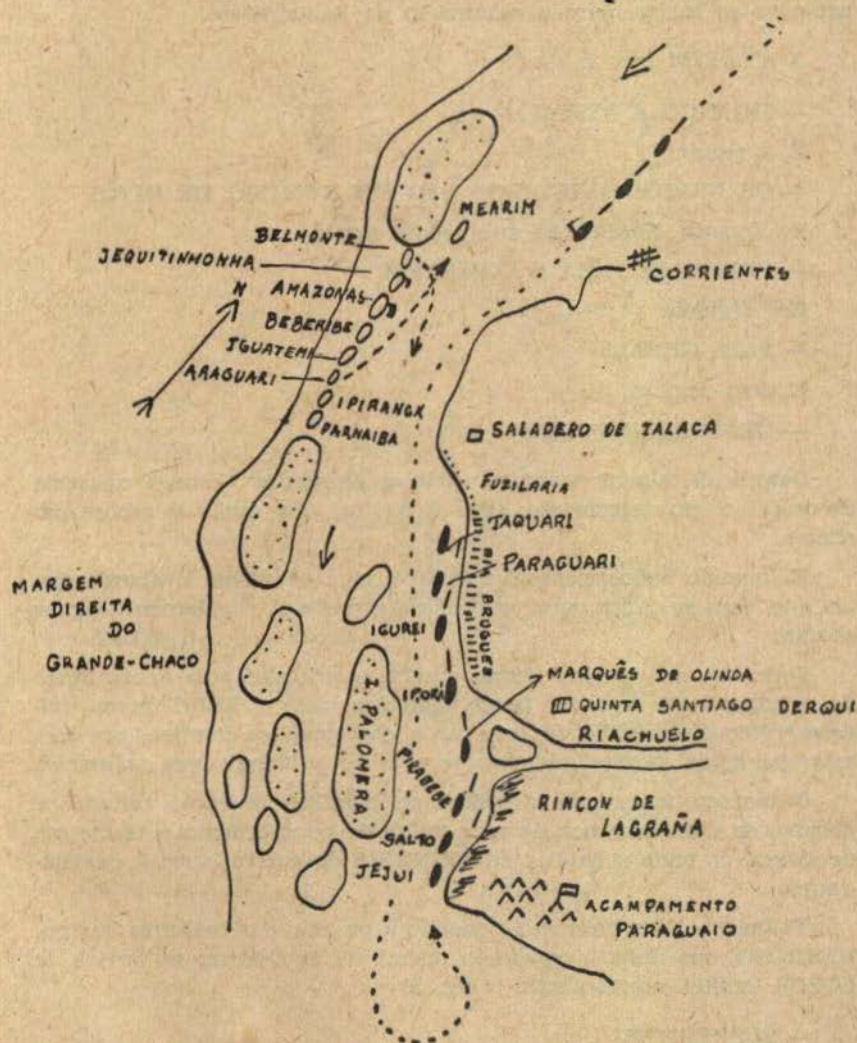


FIG. 2

A Esquadra Imperial, em formatura de escarpa, ordem natural, em linha de fila, estacionava junto à margem direita e demorava umas 5 milhas, por sudoeste, de CORRIENTES.

A maruja vestia o uniforme azul, flanela.

As 08,00 horas, com as formalidades de estilo, fôra hasteada a Bandeira Nacional. Nas capitânicas das Divisões, começavam a ser armadas as toldas, para a celebração da Santa Missa.

A MEARIM içou o sinal:

— INIMIGO A VISTA!

E, a seguir:

— OS NAVIOS AVISTADOS SÃO EM NÚMERO DE OITO!

Da fragata AMAZONAS subiu o 1º sinal:

— PREPARAR PARA O COMBATE!

Em seguida:

— SAFA GERAL!

E, sem demora:

— DESPERTAR FOGOS!

Dentro de alguns minutos, tôda a Esquadra Guarani aparecia descendo o rio velozmente, com 8 navios, dos quais 6 rebocavam chatas.

E, quando todos pensavam que o inimigo vinha à abordagem, eis que, com surpresa geral, continuou a deslizar, rapidamente, águas abaixo.

Poderiam ser umas 9 horas; partiu o primeiro tiro e um duelo de artilharia foi travado, tendo sido acertado o JEJUI numa caldeira. Não foi possível interceptar a passagem ao inimigo, por não estarem, ainda, nossos navios com pressão suficiente nas máquinas.

O inimigo, invertendo a ordem de batalha, foi então refugiar-se debaixo de uma barranca de uma milha de comprimento e 14 metros de altura, de onde a bateria de BRUGUEZ dominava o rio à queima-roupa.

2ª-Fase — Uma hora após, quando a pressão das caldeiras bastou, BARROSO, que tinha a convicção inabalável de destruir os navios de LOPES, emitiu novos sinais: (Fig. 3)

— SUSPENDER!

— BATER O INIMIGO O MAIS PRÓXIMO POSSÍVEL!

Logo a BELMONTE, heróicamente comandada pelo 1º Ten ABREU, obedece e, testa da coluna, aproa rio abaixo, ao encontro do inimigo.

2a. Fase

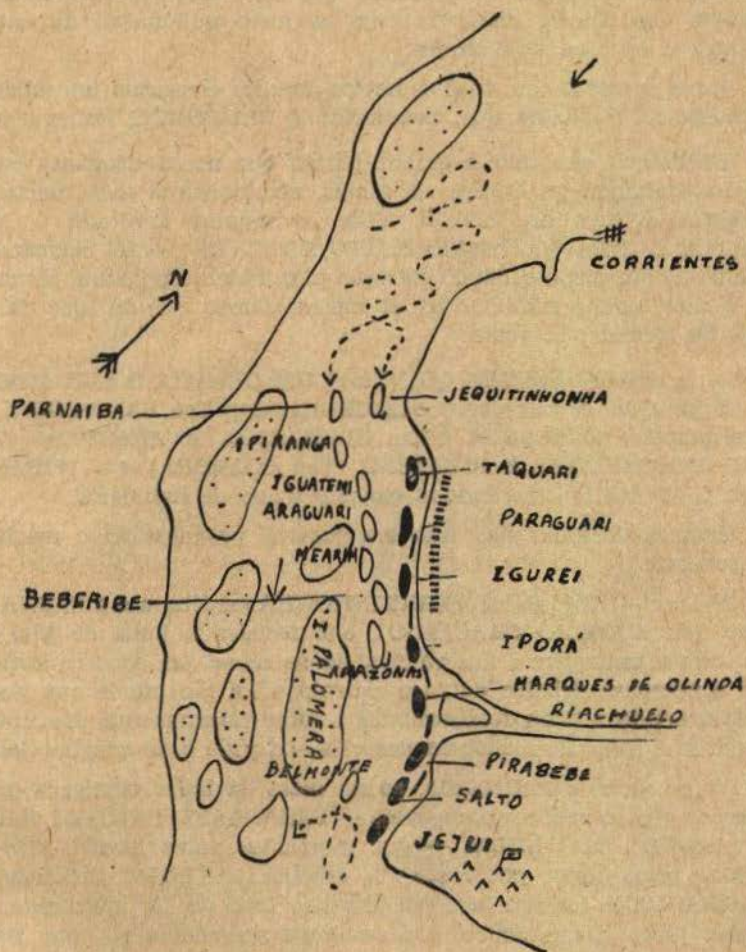


FIG. 3

Foi a primeira a investir o côncavo do canal do RIACHUELO, recebendo todo o fogo concentrado do inimigo, mas completou o movimento águas abaixo, para tornar, águas acima. Ficou logo com 22 rombos a bombordo e 15 a boreste e teve na ocasião 9 mortos e 23 feridos.

A AMAZONAS saíra da formatura e subira um pouco, para colocar-se em posição de impedir a fuga do inimigo, águas acima. Sua manobra não foi compreendida pela Esquadra; a JEQUITINHONHA, ao enfrentar a bateria do barranco, que na ocasião se desmascarara, encalhou num baixo, distante cerca de meio quilômetro da bateria inimiga e sob sua ação direta.

Esses sucessos com os dois navios maiores causaram um início de confusão na Esquadra que, excetuando a BELMONTE, hesita e pára.

BARROSO, sentindo o grande perigo que nossa Esquadra corria e não confiando no Código de Sinais, abandonou a idéia inicial de bloquear a fuga do inimigo, além de manter arvorado o sinal "BATER O INIMIGO O MAIS PERTO POSSÍVEL" — foi chamando à fala navio por navio e, dando exemplo para toda a Esquadra, fez investir o canal com a AMAZONAS, ao mesmo tempo que no tope da mezena fez tremular ao vento:

— O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER!

Seguem-lhe as pegadas a BEBERIBE (Cap Ten SANTANA) e, sucessivamente, a MEARIM (Ten ELIZIÁRIO), a ARAGUARI (Ten VON HOONHOLTZ), a IGUATEMI (Ten COIMBRA) e a IPIRANGA (Ten CARVALHO), trocando-se violento duelo de Artilharia.

Passava do meio dia. Não era possível prognosticar o resultado do combate.

3ª Fase — (Fig. 4) A JEQUITINHONHA encalhara e a PARNAÍBA (Cap Ten AURÉLIO GARCINDO), que fechava a linha de fila, não realizara a passagem; é que voltara, águas acima, em socorro daquela. Fez a manobra debaixo de fogo nutrido e foi tão infeliz que teve o leme avariado e ficou desgovernada, a lutar valentemente, procurando dirigir-se à força de manobras das velas da proa e do traquete latino.

Viu-se, pois, a PARNAÍBA, só no meio da linha inimiga e investida por quatro vapores paraguaios — PARAGUARI, TAQUARI, SALTO e MARQUÊS DE OLINDA — que momentos antes haviam sido repelidos pelos fogos poderosos da JEQUITINHONHA. Cercaram-na. A PARAGUARI foi repelida, por um tiro feliz de 70; inutilizada, encalhou junto a um banco. Os restantes abordaram-na: por BB a TAQUARI, por BE o SALTO e pela popa o MARQUÊS DE OLINDA. Meio milhar de paraguaios, inclusive índios de aspecto feroz, despejam-se sobre seu convés.

Trava-se luta titânica, corpo a corpo; a guarnição opõe tenaz e heróica resistência. Falam as machadinhas, espadas, revólveres,

3a Fase

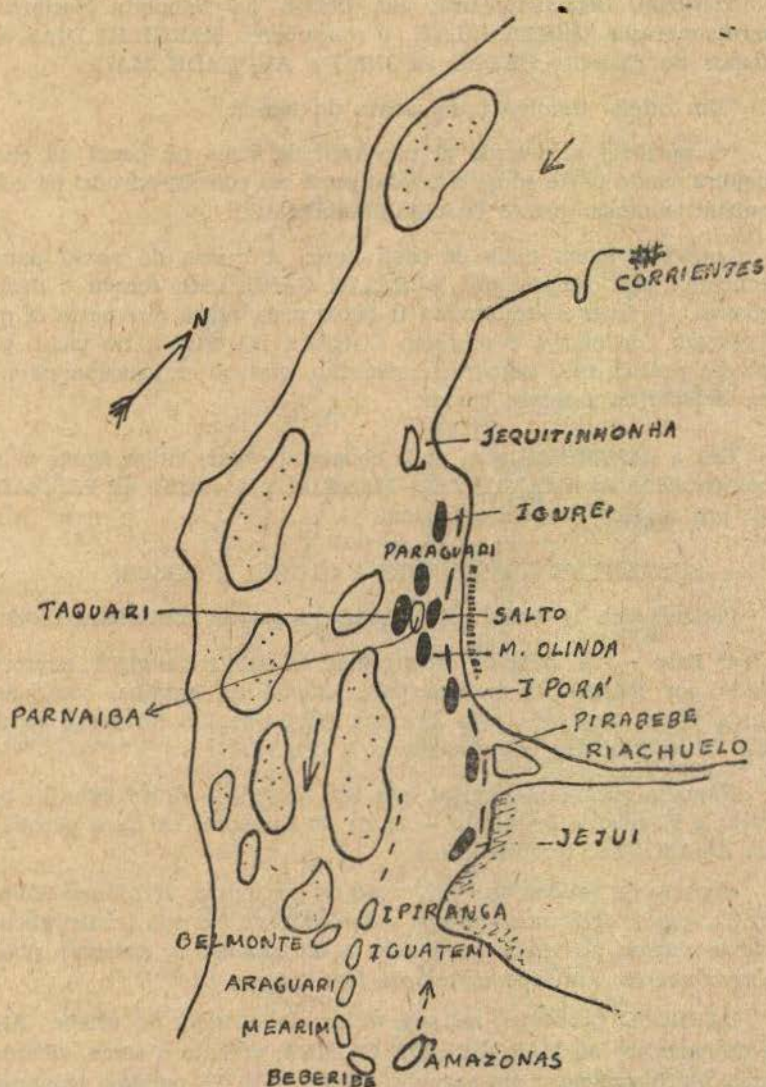


FIG. 4

sabres e chuços. Batem-se em defesa do BRASIL, ombro a ombro, soldados e marinheiros; somente "o uniforme distinguia as corporações", identificadas e irmanadas na coragem e patriotismo. Irmanavam-se, também, seus sangues generosos, ao se encontrarem no piso do navio.

O convés, uma verdadeira "arena de gladiadores".

Tombam, denodadamente, em defesa da Bandeira Nacional, o guarda-marinha GREENHALGH, o marinheiro MARCÍLIO DIAS e os oficiais do Exército PEDRO AFONSO e ANDRADE MAIA.

"Um oficial inimigo toma conta do leme".

"O pavilhão auri-verde já não tremula mais no penol da caranguejeira, caído parte sobre a borda, parte no convés, envolto no corpo franzino e ainda quente de GREENNHALGH."

Lutava-se havia mais de uma hora. A queda do navio parecia iminente. Seu comandante, AURELIO GARCINDO, tomou a decisão extrema: — fazer a canhoneira ir pelos ares, antes que perdê-la para o inimigo. Já estava o escrivão CORRÊA DA SILVA no paiol, para pôr em prática essa homérica resolução, quando entusiasmados vivas dos brasileiros a fazem sustar.

Era a AMAZONAS que, após conseguir virar, vinha águas acima, acompanhado da BELMONTE e MEARIM, em auxílio da PARNAÍBA. Em seu mastro drapejava o sinal:

— SUSTENTAR O FOGO QUE A GLÓRIA É NOSSA!

Passava das 14 horas e, até então, a pugna continuava indecisa.

4ª Fase — "A idéia de escangalhar os navios inimigos, expressão usada por BARROSO na sua parte oficial da batalha, surge-lhe à mente clara, inspirada pela bravura nata que lhe ornava o caráter puro de marinheiro experimentado." (Fig. 5)

Naquele momento terrível, era sem dúvida a única solução para salvar a Esquadra Brasileira — fazer do talhamar de dura peroba de sua AMAZONAS, terrível ariete.

Côncio da solidez da construção de seu navio, arrojou-se sobre o JEJUI, que se refizera da avaria e que passava em sua frente, abrindo grande rombo no vapor paraguaio e obrigando-o a encalhar poucos metros abaixo, com apenas a proa fora d'água.

BARROSO persevera na sua tática do choque, do ariete. Atira-se de encontro ao MARQUÊS DE OLINDA, adiante e atrás, adiante e atrás, inutilizando-o e, em seguida, sobre o SALTO, pondo-o igualmente fora de ação. MEZA perdeu a confiança na vitória e fez fugir a TAQUARI.

4a. Fase

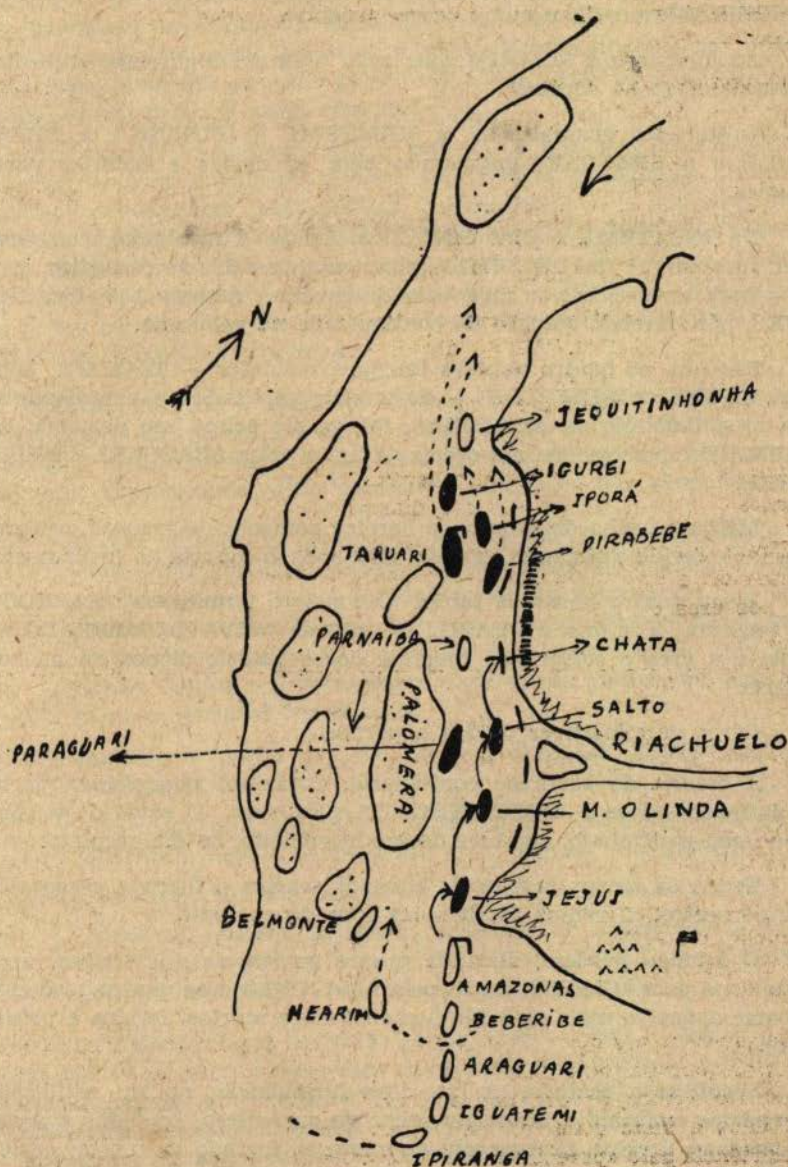


FIG. 5

A BELMONTE realizava prodígios, sob a intrepidez de ABREU, — como CALLINGWOOD, o amigo inseparável de NELSON, em TRAFALGAR; ABREU em RIACHUELO foi o êmulo de BARROSO; quando varado seu navio, por uma bala de 80 de uma das chatas inimigas, e a água invadia já a coberta, sem que as bombas pudessem dar vasão, ABREU fá-lo encalhar numa coroa próxima.

Acompanha-a a MEARIM que, após vê-la em segurança, volta impetuosamente ao combate.

O combate generaliza-se: a IGUATEMI, a IPIRANGA, a BEBERIBE e a ARAGUARI engajam-se com os navios e baterias paraguaias.

Na IGUATEMI, o Cmt COIMBRA, ferido, é recolhido à câmara; seu sucessor, 1º Ten PIMENTEL, minutos após subir ao passadiço, teve a cebeça arrancada por uma bala de canhão. Assume o 2º Ten GOMES, não havendo solução de continuidade na galhardia.

Por fim, os quatro vapores inimigos restantes — TAQUARI, IPORA, IGUREI e PIRABEBE — duramente castigados e arreceando-se da proa indômita da AMAZONAS, fogem, rio acima, em demanda de HUMAITÁ, perseguidos até o cair da noite pelas ARAGUARI e BEBERIBE.

MEZA, o velho de 70 anos, o heróico comandante guarani, cai gravemente ferido e somente a morte, dias após, o livraria do fuzilamento.

Eram quatro horas da tarde. O combate terminara. "BARROSO é vencedor, a vitória é BRASIL! O grito de "VIVA O IMPERADOR!" rola nos ares e celebra os funerais dos vencidos, dignos de melhor causa."

Cêrca de oito horas durara a porfia.

A bateria do barranco continuaria, atirar até o anoitecer, particularmente sôbre a JEQUITINHONHA encalhada. O navio de tal forma ficou maltratado, que teve de ser incendiado, no dia seguinte.

Todos os navios brasileiros tiveram avarias e ficaram carecentes de consertos. Tivemos 254 homens fora de combate.

O inimigo perdera, além de quatro navios, as seis chatas (uma afundada pela MEARIM, outra pela AMAZONAS e as quatro restantes abandonadas) e mais de 1.500 homens, entre mortos, feridos e prisioneiros.

Seguiu-se a acalmia. A luta fôra formidanda; no rio, estilhaços de navios guaranis boiavam ao sabor da correnteza; soldados a nado, cansados e feridos, procuravam as margens, fugindo da morte; navios encalhados a meia proa, outros, metidos a pique, apenas atestavam sua existência pelo aparecimento, fora d'água, dos topes dos mastaréis.

3. EPILOGO

a. CONCLUSÕES

"O feito imortal do RIACHUELO é um dos maiores de nossa história, com poderosos e duradouros reflexos no BRASIL e no exterior, especialmente na AMÉRICA MERIDIONAL. Em RIACHUELO houve apenas brasileiros combatendo o inimigo. Nossos aliados não puderam estar presentes por não possuírem força naval. O BRASIL, sozinho, salvou então a causa comum."

Um aspecto importantíssimo a ressaltar é que, em RIACHUELO, lutaram — irmã e valorosamente — marinheiros e soldados. Unidos indissolúvelmente em RIACHUELO, queira DEUS — o supremo fator de todas as coisas — unidos indissolúvelmente, para todo o sempre; unidos também, com a recente e não menos valorosa AERONÁUTICA, para maior felicidade e grandeza do BRASIL. RIACHUELO é um exemplo sempiterno, a apontar a necessidade ingente de COESÃO NAS FORÇAS ARMADAS.

RIACHUELO foi a batalha-chave e o portal de glória, que inauguraria a série de vitórias rio acima, até o coração do país inimigo. RIACHUELO teve uma significação transcendentalmente decisiva para o restante da campanha, pelas marcantes vantagens que proporcionou:

- Tornou o aspecto estratégico da guerra completamente favorável à TRÍPLICE ALIANÇA. Na era da predominância do Poder Naval, num Teatro de Operações tão dependente das vias potâmicas, proporcionou o domínio absoluto dessas vias e, conseqüentemente, da via marítima; deu liberdade de ação aos nossos Chefes e subordinou o condutor da guerra, do lado inimigo, às decisões dos Aliados.
- Impediu a junção dos exércitos de ROBLES, ESTIGARRÍBIA e DUARTE.
- Não permitiu a insurreição esperada em ENTRE-RIOS e CORRIENTES, nem a participação dos "blancos" do URUGUAI.
- Deu tempo aos aliados, para a organização de seus exércitos.
- Obtida no começo da guerra, a vitória de BARROSO no RIACHUELO constituiu-se, com o TUIUTI de OSÓRIO e a DEZEMBRADEIRA de CAXIAS — na Decisão da Campanha.

Se o PARAGUAI aí houvesse ganho, outro, talvez — quem o poderá dizer? — seria o desenlace da guerra. Certo é que LOPES estaria, de pronto, em condições de dominar BUENOS AIRES e MONTEVIDÉU e, conseqüentemente, formar poderosos partidos em seu favor. Poderia, ainda, receber os encouraçados encomendados na INGlaterra e ficar em condições de manter a Supremacia Naval.

"O combate fluvial do RIACHUELO não tem paralelo nos anais da História Naval. Este é único na espécie, é só na ação, é isolado nas circunstâncias especiais, porque não foi um simples encontro entre navios, manobrando sob a vontade do homem, em que pudessem escolher posições vantajosas, formaturas táticas racionais. Em RIACHUELO predominou a iniciativa de cada comandante, com a intensidade maior ou menor correspondente à bravura de cada um, sobretudo, a do comandante-em-chefe, sem cogitações de conjunto, sem esforço combinado em busca de um mesmo objetivo. Em RIECHUELO não houve tática, na lata expressão da palavra; mas houve decisão, bravura, vontade de vencer e, principalmente, houve Homens, no significado másculo da espécie.

E isso bastou, como em LISSA, como em TRAFALGAR, em TSUSHIMA, para coroar com a palma da vitória a ação naval.

RIACHUELO foi um encontro anormal, cujas contingências não se repetiram mais: um combate entre três baterias e uma esquadra, cada uma daquelas mais diferentes sob o ponto de vista tático, isto é, a do barranco com 22 canhões de campanha, a das chatas com canhões de 80 a 68, e a dos navios.

Mas, o que impressionou sobremodo o mundo naval, e que até em alguns detratores de BARROSO constituiu motivo para irônicas palavras, assacadas miseravelmente contra o herói de RIACHUELO, foi o fato do emprêgo da prôa à guisa de aríete.

Acharam que BARROSO não teve mérito imitando servilmente a MERRIMAC, na monumental campanha da Secessão Americana. Entretanto, o que se sabe de BARROSO, é que ele não podia conhecer os feitos extraordinários da guerra civil americana.

Mas, mesmo que os conhecesse, que importa? Porventura não é incontestável que NAPOLEAO BONAPARTE afirmava que: "no campo de batalha a mais feliz inspiração não é senão uma reminiscência?"

Como, pois, menosprezar o ato de BARROSO, por ter tido a feliz inspiração de imitar a MERRIMAC em HAMPTON-ROADS?

Mas, a falta de senso dos detratores é sempre comum. Basta lembrar a figura imortal de HORÁCIO NELSON, que também imitou SUFFREN, o velho almirante francês, ardente e impetuoso como BARROSO. A tática com a qual NELSON elevou-se às culminâncias da glória, depois de baquear como um leão na tolda da sua VICTORY, tem perfeita semelhança, é filha legítima da empregada pelo glorioso herói de TRINQUEMALE."

Mas, quem foi este homem, de quem tanto já falamos? Quem foi BARROSO?

b. BARROSO

FRANCISCO MANOEL BARROSO DA SILVA, o futuro BARÃO DO AMAZONAS, viera ao mundo em PORTUGAL, nessa terra pequenina, bucólica, bela e cheia de bizzarria, a quem "NETUNO e MARTE haviam obedecido." Nesse querido país ao qual DEUS dera a missão de descobrir e "enformar a Nação e a Civilização Brasileira."

Trazia, pois, no sangue todo o heroísmo da raça virente que erguera uma epopéia magnífica, e êsse espírito voltado para as coisas do mar, que o Infante D. HENRIQUE instituiu com a fundação da ESCOLA DE SAGRES.

Em suas "Efemérides", o BARÃO DO RIO BRANCO assim se expressa:

"Nasceu em LISBOA, a 29 de setembro de 1804, mas veio muito jovem para o BRASIL; fez em nossa terra a sua educação e foi um bom e grande brasileiro. Saído da antiga Academia de Marinha do Rio de Janeiro, distinguiu-se nas Campanhas Navais do RIO DA PRATA (1826 a 1828), achando-se, então, em 20 combates, e assinalou-se ainda muito na Campanha do PARÁ, em 1836. Já oficial general da Armada, fez a Campanha do URUGUAI e RIO DA PRATA, em 1864 e 1865, e as do PARANÁ e PARAGUAI, em 1865 e 1866. Nestas últimas, comandou a Esquadra Brasileira no Combate de CORRIENTES, na Batalha Naval do RIACHUELO e no forçamento das passagens de MERCEDES e CUEVAS, tomando depois parte nos combates de PASSO DA PÁTRIA, CURUZU e CURUPAITI. Faleceu em 8 de agosto de 1882, em MONTEVIDÉU."

Durante muito tempo, seus preciosos despojos repousaram em terra estranha, até que, já na República, foram trazidos a bordo do Cruzador BARROSO e recolhidos à Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, de onde, por fim, foram solenemente trasladados — em 11 de junho de 1909, para a cripta do monumento que lhe foi erigido na Praia do RUSSEL.

Referindo-se à estátua, assim falou na ocasião o Dr. ESMERALDINO BANDEIRA, Ministro da Justiça e um dos mais eminentes jurisconsultos de sua época:

"Dominando o mar, BARROSO fita tranqüilo uma glória para sempre conquistada. Na celagem do incomparável firmamento que se arqueia sobre a formosa GUANABARA, o dilúculo e o crepúsculo saudarão com seus primeiros ósculos a fronte dominadora de BARROSO, na imortalidade da estátua consagradora."

c. EXALTAÇÃO

Este trabalho, carecendo da necessária autoridade técnica, vale muito pouco como estudo, porém o seu real significado está em mostrar de público, através desta homenagem, o respeito e a admiração do Exército de CAXIAS e OSÓRIO pela Marinha de TAMANDARÉ e BARROSO.

Marinha Brasileira. Escola de civismo. De trabalho. De dignidade. De otimismo. De coragem. De fé.

Marinha que nunca faltou à Pátria, quando a Pátria dela precisou.

Marinha cujos feitos se inscreveram em nossa história — “ad perpetuam rei memoriam.”

Marinha que esteve presente na Independência; que participou do grande trabalho de unificação deste País-Continente; que durante o Império escreveu, na esteira fugaz das quilhas de seus barcos, as mais brilhantes páginas de bravura e abnegação.

Marinha que ajudou a fazer a República; que fez a 1ª Grande Guerra; que protegeu comboios no Atlântico Sul; que manteve no mar a afirmação ativa de soberania brasileira e o seu propósito irreduzível de combater a opressão e a violência.

Marinha que foi um dos esteios da Revolução Redentora de 31 de março.

Marinha que hoje se dedica ao preparo de seus Quadros com amor, dedicação e entusiasmo.

Marinha sob cujos bordados, botões dourados ou golas singelas abrigam-se, como ontem, as virtudes potenciais dos BARROSO, dos GREENHALGH e dos MARCÍLIO DIAS.

Pelo milagre de nossa evocação cívica, sentimos a presença de todos esses nomes tutelares. “Em espírito estão eles conosco, nos assistem e nos guiam; são o exemplo que não se esquece, a tradição que não morre, a honra que se conserva.”

— Como diria o vate imortal — “se lá no assento etéreo onde subiram, memória desta vida se consente” — TAMANDARÉ, BARROSO, GREENHALGH e MARCÍLIO DIAS, acompanhados de CAXIAS, OSÓRIO, SANTOS DUMONT e de milhares de outros — “quando o inimigo estiver à vista” — estarão atentos, por certo, para lembrar-nos que o BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER e para incentivar-nos a SUSTENTAR O FOGO PARA QUE A GLÓRIA SEJA NOSSA.

A MARINHA NA BACIA AMAZÔNICA

EUGÊNIO MARQUES RODRIGUES FRAZÃO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

A Amazônia começou a ser conhecida pelos viajantes vindos do Pacífico. Dentre eles destaca-se Orellanas que, em 1541, realizou histórica viagem, chegando ao Atlântico depois de muitas aventuras, inclusive encontro com tribos de mulheres guerreiras ... As cartas e outros registros deixados constituem, até hoje, motivo de pesquisas e discussões. Essas histórias provocaram grande interesse geral pela região, cercanda-a das mais desencontradas opiniões: uns elegem-na como Paraíso Verde, outros execram-na como Inferno Verde, mas muito poucos consideram-na classificável entre êsses dois valores extremos!

Os colonizadores espanhóis, atraídos pelas riquezas abundantes encontradas nas terras dos Incas e Aztecas, não se adentraram na Amazônia.

As investidas pela Bacia Amazônica, partindo do Atlântico, só se iniciaram depois de 1580 e mais intensamente com o desvalimento gradual do Tratado de Tordesilhas. A preocupação lusitana de ampliar os seus domínios fez com que, em pouco tempo, os conquistadores chegassem até ao NAPO, ORENOCO e OIAPOQUE. Dessa forma, a Amazônia foi conquistada para a coroa portuguesa, mas a sua colonização limitou-se a pequenos núcleos às margens dos principais rios, onde a exploração das matérias-primas fôsse compensadora e os indígenas, menos hostis. Os vestígios dêsse quadro ainda hoje são encontrados, sem grandes alterações.

DIVISÃO NAVAL DO NORTE

Se por um lado não havia ameaças, nem disputas pela posse da Amazônia, já o mesmo não ocorre ao longo da costa. Não só os te-

(*) O Capitão-de-Mar-e-Guerra EUGÊNIO MARQUES RODRIGUES FRAZÃO serve atualmente no Estado-Maior da Armada. Comandou a FLOTILHA DO AMAZONAS, nos anos de 1964 e 1965, tendo conquistado para a sua Força o "MÉRITO HIDROGRÁFICO", galardão dado àqueles que, não pertencendo aos serviços de hidrografia, tenham contribuído de forma significativa para o enriquecimento da cartografia náutica brasileira. Possui os cursos da Escola de Guerra Naval Básico, Comando e Superior) e é diplomado pela Escola Superior de Guerra (Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e Curso Superior de Guerra). Preparou este trabalho atendendo à solicitação que lhe fez a nossa Revista, por intermédio do Capitão-de-Fragata JÚLIO PAULO MARQUES FERREIRA, ilustre oficial do Estado-Maior da Armada.

souros encontrados, como também a transposição dos Andes e da selva, constituíam dificuldades naturais que desestimulavam a penetração pelo oeste. Entretanto, na costa era bem outra a situação: tanto os piratas como as Companhias de Colonização, vendo frustradas as suas tentativas ao sul, a leste e no nordeste, buscavam alguma compensação no norte do litoral brasileiro e no fantasioso "Mar Dulce". Essa ameaça levou o então Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e do Grão Pará, Alexandre de Souza Freire, a criar, em meados de 1728, a **DIVISÃO NAVAL DO NORTE**. A finalidade da Divisão Naval do Norte era a proteção das nossas costas contra incursões de piratas e a fixação de estabelecimentos das indesejadas Companhias de Colonização e, para tanto, foi formada com navios apropriados para as atividades em alto-mar.

NAVEGAÇÃO A VAPOR NA AMAZÔNIA

O Brasil adotou logo a navegação com navios a vapor; entretanto, na Amazônia esse tipo de propulsão não era bem recebido pelas autoridades. Estas receavam que o consumo de lenha e os prováveis incêndios, provocados pelas fagulhas que se desprendiam das chaminés, devastassem a floresta amazônica. Dentro desse ponto de vista, dificultavam a permanência dos navios a vapor no porto de Belém e os impediam de subir os rios.

Em 1843, a Marinha procurou demonstrar as vantagens do emprego do navio a vapor, mandando a "GUAPIAÇU" a Belém para subir o Rio Amazonas até Manaus. A experiência obteve pleno êxito, porque o consumo de lenha não "destruiu" a floresta, nem as fagulhas desprendidas das "caldeiras do demo" espalharam incêndios, quer nos navios próximos, quer nas construções ribeirinhas, quer, muito menos, na mata.

Vencida a resistência oposta à adoção do tráfego de navios a vapor, tornou-se bem mais fácil a subida dos rios. Sem dúvida era muito penoso superar a força da correnteza com emprego de embarcações a velas e a remos.

FRANQUIA A NAVEGAÇÃO

Todos sabemos as grandes vantagens decorrentes da abertura dos portos brasileiros, decretada em 1808. Entretanto, os benefícios não se estenderam à Bacia Amazônica, que permaneceu vedada às embarcações estrangeiras. Esse monopólio obrigava a demorados e dispendiosos transbordos em Belém. Enquanto perdurou a idéia de que a navegação a vapor era perigosa no interior da Bacia Amazônica, os grandes navios eram retidos, obrigatoriamente, em Belém e impedidos de ir rio acima. Após a viagem da "GUAPIAÇU", os armadores não mais se conformaram com essa limitação e promoveram a revogação dessa proibição. Finalmente, em 1864, a Bacia Amazônica foi

franqueada à navegação internacional. Os resultados não se fizeram esperar: foram criadas linhas diretas com a América e a Europa, e o comércio tomou grande impulso.

FLOTILHA DO AMAZONAS

O crescente desenvolvimento da navegação comercial, com intensa participação de companhias estrangeiras e, mais ainda, a experiência adquirida nas ações fluviais desenvolvidas na guerra com o Paraguai, levaram o inolvidável Visconde de Ouro Preto, Ministro da Marinha Imperial, a criar a **FLOTILHA DO AMAZONAS**, em 2 de junho de 1868, em substituição à Divisão Naval do Norte.

A Flotilha do Amazonas recebeu missão bem mais ampla, cabendo-lhe não só a proteção do litoral, como também os patrulhamentos marítimo e fluvial, e mais a vigilância das fronteiras interiores. Mis-

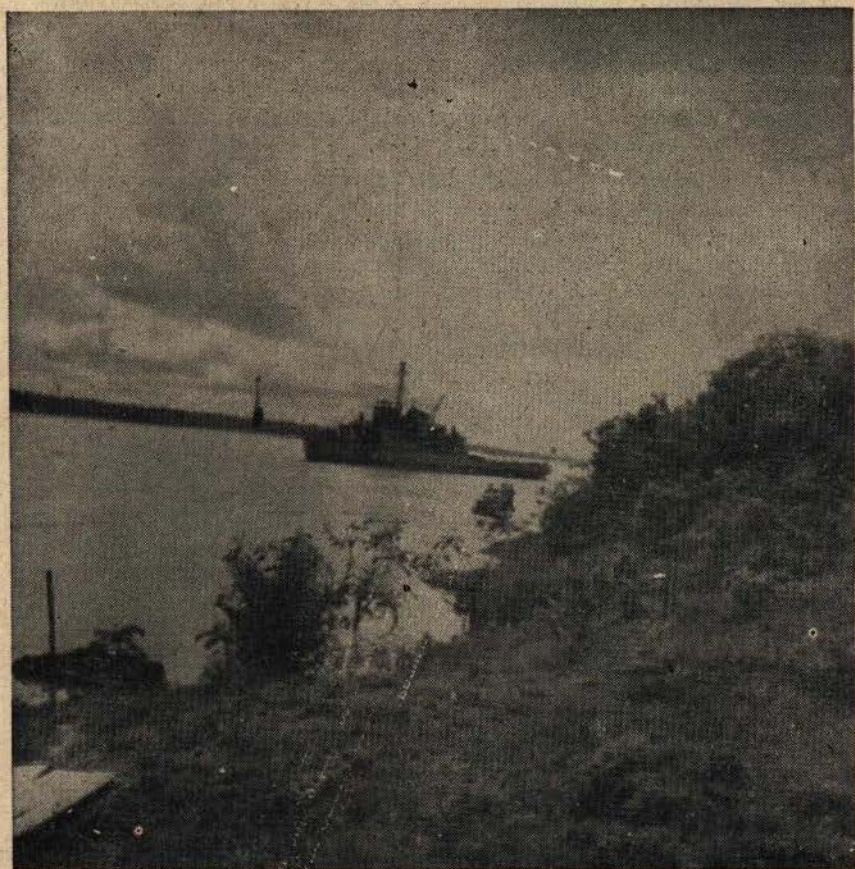


Fig. 1 — A Corveta navegando no Rio Solimões

são gigantesca que, para ser fielmente cumprida, obriga ao empenho de grande quantidade de meios, com especificações especiais, a fim de satisfazer às diferentes áreas de operações e à natureza de cada serviço.

Os primeiros navios da Flotilha do Amazonas foram os remanescentes da antiga Divisão Naval do Norte. De lá para cá, não pôde a Marinha incorporar novos meios perfeitamente adequados às características aconselhadas para a Amazônia. Assim, pela Flotilha do Amazonas têm passado muitos navios adaptados, em sua maioria navios de características oceânicas. Tais adaptações ou, melhor dizendo, tais improvisações exigem esforço hercúleo do pessoal que garante os navios, para cumprir, da melhor forma possível, as tarefas que deles se espera. Não é fácil ter-se um navio versátil, que atenda indiferentemente às condições oceânicas e fluviais; basta só ressaltar que, enquanto um navio no mar deve ter quilha, no rio requer "fundo de prato". A quilha de um navio implica em maior calado e formato de casco que faz o navio inclinar-se perigosamente ao "assentar" num banco; o navio de "fundo de prato", no mar, fica instável e balança ameaçadoramente. Muitas outras características poderiam ser citadas, mas por certo essa fala mais alto, até mesmo para aqueles que não tenham vivência dos problemas náuticos.

A importância natural dada pela Marinha às atividades no mar fez com que, normalmente, os navios incorporados à Flotilha do Amazonas fôssem de características oceânicas. Disso resultou que a penetração na Bacia Amazônica ficasse bastante prejudicada, mormente ao longo dos caprichosos afluentes do Amazonas-Solimões. (Fig. 1)

LIBERDADE OPERATIVA

Além das dificuldades decorrentes das características dos navios, a penetração na Bacia Amazônica era contida pela total dependência ao serviço de praticagem regional. De fato, a navegação tanto na calha principal (rios Amazonas—Solimões), como nos afluentes, exige detalhado conhecimento das condições locais para encontrar o canal de passagem livre. O rio ora é largo, ora é estreito; as margens são praias, barrancos ou cobertas pela vegetação densa; o fundo ora é de areia, ora de pedra; trechos cheios de ilhas, trechos com poucas ilhas, trechos sem ilhas; períodos de cheias, períodos de vazantes imprevisíveis. Tudo isso faz o canal de passagem ser ora junto a uma margem, ora junto a outra, ora a meio, ou então em verdadeiro ziguezague. Os práticos, homens nascidos e criados na região, conhecem cada curva, cada ponta, cada ilha, cada "casa" e até mesmo as árvores, e por essas referências conduzem as embarcações. A força da correnteza e a grande variação das profundidades impedem o estabelecimento de bóias demarcadoras, usadas para balizar os canais. (Fig. 2)

É imprescindível que a Marinha de Guerra tenha recursos próprios para alcançar, com segurança, qualquer ponto da Amazônia;

portanto, não é aceitável depender totalmente da memória humana. O prático, além de sofrer as limitações da falibilidade humana, muitas vezes é tolhido pelo mau tempo, ou pela escuridão da noite. Como solução adequada para o problema, a Marinha incorporou, à Flotilha do Amazonas, Corvetas dotadas de equipamentos eletrônicos: radar e ecobatímetro. O radar fornece distâncias e marcações (ou azimutes) de pontos notáveis de terra, enquanto que, simultaneamente, o ecobatímetro dá as profundidades. Com o auxílio do radar e do eco, foram organizados inicialmente croquis e depois, elaboradas cartas de prática, que assegurem aos navios da Marinha livre navegação na Baía Amazônica, sob quaisquer condições de tempo e de luz. A "memória eletrônica" tem demonstrado nítida superioridade sobre a "memória humana" dos práticos. Em virtude das grandes extensões a percorrer e do sistema de labirintos que distinguem a Baía Amazônica, os práticos são conhecedores apenas de um determinado rio e às vezes de trechos de um dado rio. Para melhor testemunhar o acerto da adoção da "memória eletrônica" para desenvolver a liberdade operativa da Flotilha do Amazonas, basta acompanhar na carta da região amazônica a penetração já assegurada pelas Corvetas. A maioria dos pontos limites foram alcançados pela primeira vez depois de 1963. Isso nos permite asseverar a possibilidade de as Corvetas alcançarem qualquer ponto da Amazônia, desde que o rio ofereça profundidade e largura suficientes. A Corveta mede 60 metros e cala 4 metros; portanto, um fundo menor de 4 metros impede o avanço



Fig. 2 — FAINA DE SOCORRO — Desencalhe do NM "Barbacena", do Lóide Brasileiro, na região dos Estreitos, no Rio Amazonas

da Corveta; já uma largura inferior a 60 metros nem sempre constitui um impedimento definitivo, desde que a Corveta possa inverter a proa, entrando parcialmente num igarapé e manobrando à ré, para finalmente dar adiante já no rumo oposto, possibilitando o regresso.

A liberdade operativa é, pois, a faculdade que tem a Flotilha do Amazonas de navegar, de dia e à noite, sob quaisquer condições de tempo, com segurança, na Bacia Amazônica, independentemente de práticos regionais, valendo-se de suas cartas de praticagem e empregando a "memória eletrônica" fornecida pelo radar e ecobatímetro.

AÇÃO CIVICA

O apoio às populações ribeirinhas e às organizações filantrópicas, oficiais e particulares, civis e religiosas, tem sido uma constante nas atividades da Flotilha do Amazonas. Em suas viagens, as Corvetas

levam médico, dentista, vacinador e técnicos, que prestam assistência aos povoados, vilas e até mesmo às cidades. As Corvetas transportam também remédios, vacinas e material diverso, destinados às escolas, aos asilos, aos centros agropecuários, às Prefeituras, às Missões e organizações federais e estaduais.



Fig. 3 — AÇÃO CIVICA — O médico de bordo atendendo à população de Ribeirinha

Face às distâncias entre um povoado e outro, e entre esses povoados e as cidades de maiores recursos e, principalmente, à falta de transporte, cada povoado se torna um verdadeiro oásis no

deserto verde amazônico. É comum encontrar gente que nunca viu um médico e muito menos um dentista. Os hábitos de higiene são tão primários que as epidemias dizimam, cruelmente, os núcleos populacionais e deixam indeléveis vestígios. A vida dessa gente está quase ainda no estágio primitivo, sem técnicas ou ambições. Fazem o mesmo que seus antepassados faziam e aguardam conformados o mesmo fim. Dedicam-se apenas a obter da exuberante natureza os seus alimentos e mais o que fôr indispensável para a troca ou barganha daquilo que necessitam. Oferecer novas perspectivas, mostrar horizontes mais amplos, tem sido um dos aspectos da ação da Marinha na Amazônia, como complemento de sua missão principal.

A chegada da Corveta a um povoado, vila ou cidade é motivo de contentamento geral, pois a sua presença significa médico, dentista (Fig. 3), vacinador e substancial ajuda às escolas, às enfermarias, aos

asilos, às Missões e às organizações dos governos federal, estadual e municipal. Hoje, graças à liberdade operativa, as Corvetas fazem viagens mais freqüentes e as populações reconhecidas batizaram-nas de "CORVETAS DA ESPERANÇA"! (Ver N. da R. — pág. 145).

APOIO AS FORÇAS ARMADAS

A Flotilha do Amazonas, sediada em Belém (Pará), está diretamente subordinada ao Comandante do 4º Distrito Naval, que é o Comandante Naval da Amazônia, e por delegação desse Comandante

Naval mantém contatos permanentes com os Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar (CMA/8ª RM), Comandante da 1ª Zona Aérea (1ª Z Aer), Comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira (G. E. F.) e com o Presidente da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) (Fig. 4) Desse entendimento resulta que as Corvetas, em suas viagens, levam tudo aquilo que possa ser embarcado, para atender às necessidades das Unidades das Forças Armadas, espalhadas pela Amazônia. Pelo aproveitamento de todos os espaços disponíveis, as Corvetas transportam mais de 100 toneladas de



Fig. 4 — SAUDAÇÃO AO EXÉRCITO
— O Comandante da Corveta "Iguatemi"
cumprimentando o Exmo. Sr. Ministro
da Guerra e sua Comitiva

material em suas viagens. (Fig. 5) Podemos avaliar essa colaboração, lembrando que os aviões, normalmente empregados na Amazônia, transportam, no máximo, duas toneladas.

As unidades sediadas em Pôrto Velho, Tabatinga (Fig. 6), Estirão do Equador, Ipiranga, Vila Bitencourt, Clevelândia, Oiapoque, Macapá, Obidos, e outras, incluindo evidentemente Manaus, recebem visitas periódicas das Corvetas, levando sempre mensagem de apoio. Nessas oportunidades, os laços de amizade e camaradagem são estreitados, numa mútua compreensão dos problemas e no sadio propósito de superar as dificuldades da região. (Fig. 7)

CONFRATERNIZAÇÃO COM AS NAÇÕES VIZINHAS

A Amazônia faz limites com sete nações. As Corvetas procuram manter intercâmbio com as Forças Navais desses países e já o conseguiram com cinco delas. O acesso, quer à Bolívia, quer à Venezuela, é impedido pela existência de trechos encachoeirados, que limitam o avanço das Corvetas. Assim, no rio Madeira, a penetração chega até Pôrto Velho; no rio Branco, não se pode ir além de Caracaraí. A confraternização com o Peru, Colômbia e as três Guianas já se tornou salutar rotina, que muito contribui para consolidar a Política de Boa Vizinhança.

NOVOS MEIOS FLUTUANTES

A Marinha tem bastantes subsídios sobre os problemas amazônicos e em particular sobre as características a que devem satisfazer os navios destinados a operar naquela região.



Fig. 5 — TRANSPORTE DE MATERIAL — Soldados da 7ª Cia. de Fronteiras, em "Tabatinga", desembarcando material transportado pela Corveta

O Brasil, por sua vez, está com a sua construção naval em franco progresso. Vários estaleiros modernos estão aplicando as técnicas mais avançadas. Essa circunstância oferece perspectivas de que, num futuro próximo, a Marinha possa concluir a construção dos tipos de navios adequados para operação, quer na costa Norte, quer no interior da Bacia Amazônica.

Os estudos atuais mostram claramente que a Flotilha do Amazonas deve ser dotada de meios próprios para o mar, para a calha principal (Amazonas—Solimões) e para os afluentes. Uma vez concretizado esse plano, é bem provável que a Marinha amplie ainda mais os atuais limites de penetração e que possa, em qualquer época do ano, alcançar esses pontos, independentemente dos períodos de cheia.



Fig. 6 — Uma Corveta amarrada ao barranco, em "Tabatinga"

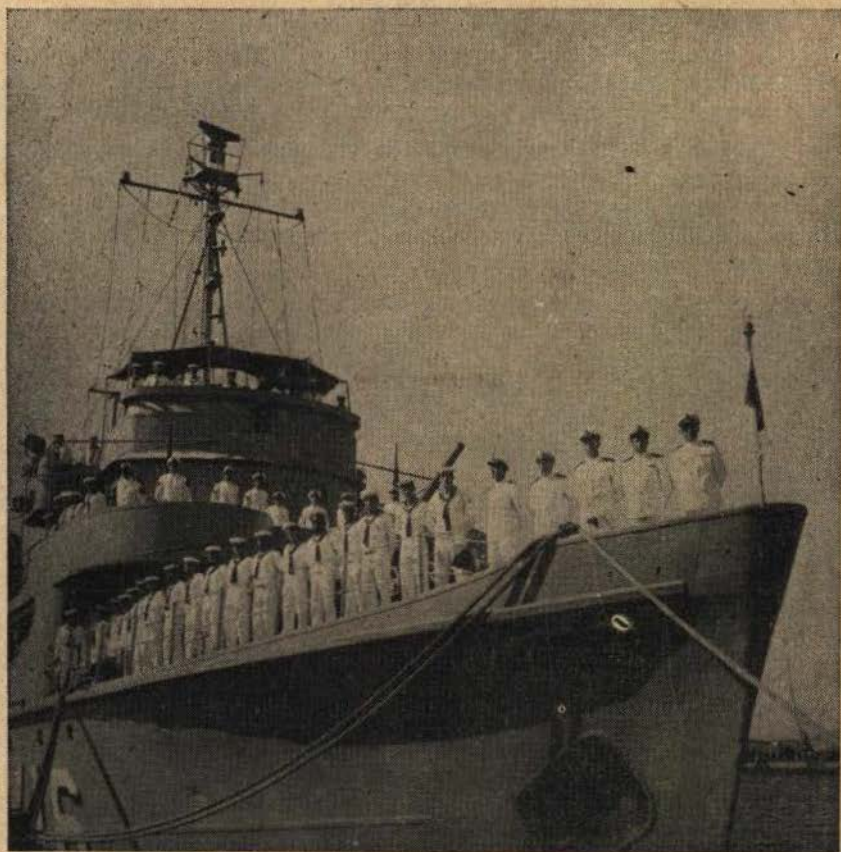


Fig. 7 — POSTOS DE CONTINÊNCIA — A Corveta preparada para receber a visita do Ministro da Guerra, do Cmt do CMA e do Cmt do GEF, em "Tabatinga"

N. da R. — Relativamente ao assunto, "Notícias da Marinha" (n. 35, de 1º Jul 66) acaba de divulgar a significativa nota:

"Içado, pela primeira vez em Marã, o Pavilhão Nacional".

A localidade de Marã, situada às margens do rio Japurá, recebeu, dias atrás, a visita da Corveta Iguatemi, que trouxe, como sempre, o médico, o dentista, remédios e alimentos.

Naquela oportunidade a "Iguatemi" confeccionou e içou um mastro com o pavilhão nacional, inexistente até então naquela pequena cidade; ainda naquela ocasião, foram reparados o diesel gerador e as caldeiras da escola ali existente; nesta escola foram distribuídos mapas do Brasil e material escolar.

CONCLUSÃO

Apresentamos alguns aspectos, que julgamos demonstrar que, de fato, a Amazônia — bacia fluvial e costa — região sob a jurisdição do 4º Distrito Naval, preocupa desde há muito tempo o Brasil e particularmente a Marinha, no tocante à sua defesa e desenvolvimento.

A Marinha na Amazônia surgiu da necessidade imperiosa de preservar a nossa integridade territorial e como afirmação de nossa soberania; além disso, constituiu-se sempre pioneira em todas as atividades e aplicações de novas técnicas, particularmente, nos setores de marinharia, navegação e construção naval.

A versatilidade exigida para o emprego dos navios pertencentes à Flotilha do Amazonas, para atender aos problemas da região, implica em permanente estado de alerta. Não é sem razão que se diz jocosamente que “na Amazônia tudo é diferente: o impossível acontece e a exceção é regra”!... Assim, as quatro Corvetas incorporadas à atual Flotilha do Amazonas vêm-se obrigadas a transportar ora pessoal, ora material; a atender missões de misericórdia e calamidade pública; a participar de missões científicas; a fazer patrulhamentos, costeiro e fluvial; a dar caça a embarcações suspeitas; a disciplinar as atividades de pesca; a policiar as fronteiras; a prestar socorro; a rebocar e fazer salvamentos; a participar de operações militares; e a muitas outras tarefas, conforme as circunstâncias.

Concluindo, pensamos que diríamos tudo se, parodiando o lema da Cavalaria, afirmássemos que a Flotilha do Amazonas “não é melhor, nem pior, nem tampouco diferente”, e sim, igual a qualquer outra Unidade, do Exército, da Aeronáutica ou da própria Marinha, que procura vencer as dificuldades e explorar as suas qualidades, para bem servir à Pátria.

AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da “DEFESA” procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é “a sua Revista”.

MINAGEM NA MARINHA BRASILEIRA

RICARDO R. B. DE AMORIM
Capitão-Tenente, Comandante do NPa. "Piraquê"

INTRODUÇÃO

O apito soa. Ato contínuo, um Sargento dita o ângulo que lê no seu quintante (1.a). Em seguida o Cabo, que está a seu lado, dita também sua leitura. Guarnecendo o estaciógrafo (1.b), o Tenente marca, na carta, a posição do navio. Mas nesse instante o apito está soando outra vez. Novos ângulos horizontais, entre os três pontos conspícuos escolhidos, são obtidos pelos praças e introduzidos no estaciógrafo pelo oficial. Nova posição é assinalada... E o apito soa! Incansável, a Equipe de Navegação de Precisão marca posições, de trinta em trinta segundos. As primeiras permitiram introduzir correções de rumo e rotações dos eixos propulsores. A belonave desloca-se, agora, a dez nós no fundo. Duas posições lançadas na carta estão separadas de 166 jardas. Em dez segundos o navio percorre 55,3 jardas.

"Pôpa-Comando: Lançar mina 5"!

O seio do cabo-amarra já está n'água e seus chicotes fixados à mina de contato (fig. I), um, e à poita, o outro. À uma, mina e poita são lançados ao mar, pela pôpa. A quinta mina afunda rapidamente, para em seguida estabilizar-se numa cota de profundidade previamente fixada. Então a posição de cada mina fica determinada com erro inferior a 30 jardas.

UM CAMPO MINADO ESTA SENDO ESTABELECIDO!

A ameaça de minas ao contróle efetivo do mar por parte de uma Esquadra encontra, em nossos dias, esmagadoras provas de sua eficácia. São bem conhecidas as tremendas dificuldades sofridas pela Marinha americana na recente Guerra da Coréia, face aos campos minados estabelecidos pelos comunistas. Quando Mac Arthur colocou em pauta um desembarque anfíbio em Wonsan — o qual não foi executado (2) — a Esquadra americana não dispunha de recursos adequados, no local, para fazer frente à ameaça das minas. Um canal varrido (3) de acesso a Wonsan demorou tanto a ser concluído que se tornou discutível, naquele outubro de 1950, o exercício do Domínio do Mar pelos americanos, naquelas águas. As perdas em navios e homens, ocorridas por conta das minas, naquela oportunidade, foram significativas. Muito

significativa é também a avaliação, ainda que superficial, dos prejuízos e problemas advindos do bloqueio, por minas, de um importante pôrto de mar. Quase tôda a indústria siderúrgica brasileira vive na dependência do carvão de Santa Catarina ou da importação de carvão americano e/ou europeu. O fechamento do pôrto de Imbituba — ponto de embarque do carvão catarinense, que é transportado por mar até Santos ou Rio de Janeiro — acarretaria enorme sobrecarga no transporte terrestre ou aumentaria substancialmente a importação. Se alguns terminais marítimos de combustíveis sólidos e líquidos fôssem fechados, o impacto seria tremendo, uma vez que o transporte marítimo dêsse combustíveis subordinada, cada vez mais, a economia nacional.

A MINA FACE A GUERRA REVOLUCIONARIA

Há minas de alto custo e cuja construção exige apurada técnica. Tal não é o caso da antiga e eficiente mina de contato. Esta poderia



Fig. I — A figura mostra uma operação de caça-minas; dois componentes de uma equipe de desativação de minas aproximando-se de uma mina de contato. Note-se o cabo fixo à mina; é o cabo-amarra. Seu outro chicote — extremidade do cabo — está prêso a um pêso — a poita — que repousa no fundo do mar. Considerando-se os navios que normalmente navegam pela área a ser minada, as correntes marítimas, a profundidade do local e sua variação com a maré, determinamos o comprimento que deve ter o cabo-amarra.

ser lançada até por guerrilheiros inexperientes, a partir de barcos de pesca. Mesmo antes de atingida a fase de Rebelião Plena, poderiam uns poucos afundamentos de navios mercantes, atingidos por minas nos canais de acesso a dois ou três portos, constituir-se em, pelo menos, mais uma peça do preparo psicológico. A continuarem tais fatos impondo perdas, as companhias de seguros seriam levadas a sustar suas transações com navios que operassem em nossas costas. Nenhum navio estrangeiro viria aos nossos portos. Mesmo que essa operação de minagem dos guerrilheiros não fôsse complementada com outras medidas — greve dos sindicatos do mar, por exemplo — a ameaça dessas minas levaria a navegação mercante nacional a um esvaziamento bastante danoso. E se a Marinha de Guerra não estivesse aparelhada para assumir o controle e exercer a proteção do tráfego marítimo, inclusive nos canais de acesso



Fig. II — Os quatro navios maiores são os Varredores; os outros dois, os Patrulhas. Estão atracados, um a contrabordo do outro. Da direita para a esquerda: Jutai, Javari, Juruena, Juruá, Piranha e Piraquê. O local é o porto de Santos. Antes de a Esquadra deixar o porto, a Fôrça de Minagem e Varredura sairá para neutralizar um possível campo minado. A Fôrça neutralizará, ainda, a entrada do porto de destino da Esquadra. Daí o lema, orgulhosamente ostentado na chaminé dos Varredores: "ONDE A ESQUADRA FÔR, NÓS ESTIVEMOS."

aos principais portos, seria pertinente a hipótese da paralisação quase total do comércio pelo mar. Importa isso em dizer que cessariam as exportações, que haveria maiores demoras no transporte interestadual de cargas e que a produção das indústrias cairia, ao fim de um tempo razoavelmente curto. Não devemos esquecer que haveria deficiência de petróleo, a qual se refletiria no transporte rodoviário — agravando ainda mais a difícil situação — e estorvaria a manobra das unidades que, de futuro, teriam de combater os guerrilheiros. Adviriam, ao fim de certo tempo, quedas nos níveis de produtos alimentícios que normalmente chegam aos grandes centros populacionais. Particularmente depois que fôsse atingida a fase de Operações Militares Clássicas — quando os guerrilheiros já poderiam estar controlando “zonas liberadas”, algumas até banhadas pelo mar — avultaria a importância dos campos minados. É que, por essa época, estariam engajados dois exércitos que sofreriam as mesmas necessidades; dê sorte que o Exército Revolucionário, já de tipo convencional, passaria a depender do mar para receber grandes toneladas de material. E assim sendo, ambos os lados poderiam empregar a minagem.

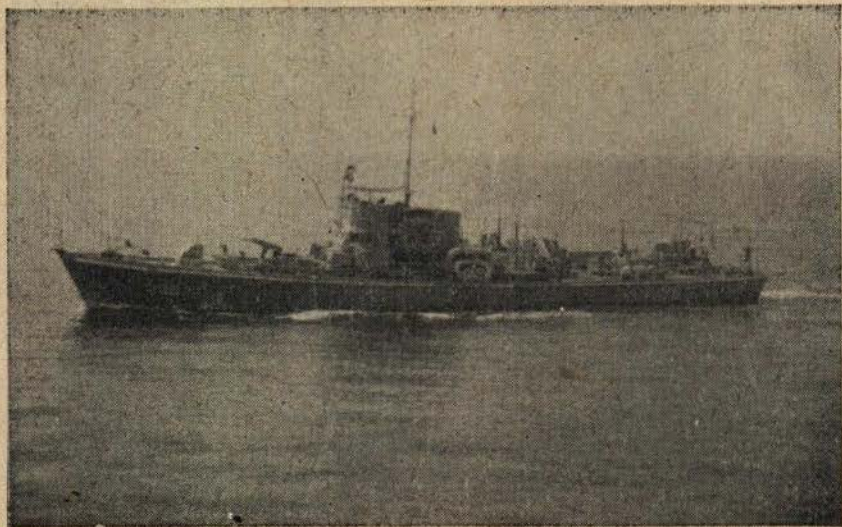


Fig. III — O NPa Piraquê desloca 170 toneladas, a plena carga. Nessa condição seu calado é de 2,3 metros. O comprimento total do navio é 38,8 metros e sua boca (largura máxima) 6,4 metros. O casco é de madeira cobreada e a superestrutura é de ferro. Sua velocidade máxima é 17 nós e seu raio de ação ultrapassa 2.000 milhas, na velocidade econômica de 10 nós.

(Obs.: 1 nó corresponde a 1 milha/hora, sendo a milha marítima de 1.852 m.)

A MINA FACE A GUERRA CLASSICA

O número de cada tipo de navio e os vários tipos de belonaves que compõem a Esquadra de um país, bem como o armamento de que são dotados seus navios, falam tanto da estratégia e das táticas navais em que a nação acredita, como se lêssemos seus manuais. Pode uma nação evidenciar que fará enorme emprêgo das minas navais pelo fato de dotar uma grande porcentagem de seus navios com equipamento específico de lançamento de minas. Tal é o caso da União Soviética: quase todos os navios de guerra — incluindo-se cruzadores, destróieres, navios de escolta e submarinos — estão preparados para lançar minas. É sintomático, também, que historicamente eles tenham usado e abusado das minas, desde muito antes da implantação do comunismo na Rússia. Embora na época atual tenhamos o pensamento muito voltado para a Guerra Revolucionária — onde as minas podem representar importante papel — não podemos esquecer, e não o fazemos, a hipótese de uma Terceira Guerra Mundial. Durante a Segunda, nossa Marinha conheceu as dificuldades reais da ameaça do submarino. Para nos lembrarmos do preço que pagamos, é bastante visitar o Monumento aos Mortos, no Monroe. Numa futura Terceira Guerra Mundial, não teríamos nas costas brasileiras apenas a ameaça de uma força de submarinos dez vezes superior à que os nazistas possuíam: haveria, também, a ameaça das minas. Dos recursos que possuímos, é mister retirar o máximo para diminuir o perigo de sobrevir um desastre no mar; desastre que repercutiria, funestamente, sobre nosso território continental.

O ÁTOMO E A MINA

Há engenhos atômicos cujos efeitos são de ordem fulminante, mas que só atingem uma reduzida área; permite seu emprêgo tático esta característica. Uma bomba nuclear de 2 KT apresenta efeitos poderosíssimos sobre uma área de cerca de 3 milhas quadradas, no centro da qual esteja o ponto de arrebentamento. Há, ainda, armas atômicas de menor potência, inclusive de 1/10 KT. A possibilidade material de produção de minas atômicas é uma realidade; seu emprêgo, no entanto, é uma dúvida que só o tempo elucidará. Um dos fatores que contribuem para a incerteza de seu emprêgo é a contaminação radioativa. Outro importante fator é a dificuldade em avaliar, corretamente, se o emprêgo de engenhos atômicos de potência limitada seria aceito pelos inimigos, ou se seria o estopim do holocausto atômico. Durante a Segunda Guerra Mundial foram feitas tentativas no sentido de limpar um campo minado pelo bombardeio do mesmo. Esperavam os aliados de então que, lançando de aviões bombas que explodissem a certa profundidade, provocariam a explosão das minas. Também na Guerra da Coréia esse expediente foi usado. Nas duas guerras mencionadas, os resultados obtidos não foram satisfatórios e os procedimentos foram abandonados. A idéia de explosão submarina para limpar um campo minado pode, entretanto, levar ao emprêgo de uma engenho atômico submarino. Todavia, as

mesmas considerações que tornam duvidoso o emprêgo de minas atômicas são válidas também para êsse tipo específico de contramedida. É interessante notar que as dificuldades do campo minado poderão se agravar muito, se a explosão atômica submarina, além de contaminar a área, não fôr capaz de anular a ameaça das minas.

A FÔRÇA DE MINAGEM E VARREDURA

Face à enorme ameaça que as minas representam, não poderia a Marinha de Guerra desprezar a minagem e sua contramedida, máxime quando se sabe que a experiência tem demonstrado, repetidas vêzes, ser um tipo especial de navio — o Varredor — a melhor resposta até hoje encontrada para a solução dêste grave problema. Assim é que quatro Navios-Varredores (NV) e dois Navios-Patrolhas (NPa) integram a "Fôrça de Minagem e Varredura" (fig. II), que conta hoje também com Equipes Móveis de Defesa de Pôrto.

A missão da Fôrça de Minagem e Varredura é:

- I — Manter livres das ameaças de minas as áreas de operações dos navios da Esquadra e as linhas de comunicações marítimas, de acesso aos portos, rios e canais, de acôrdo com as diretivas emanadas dos escalões superiores.
- II — Efetuar minagem ofensiva, controlada ou não, de acôrdo com as diretivas superiores.
- III — Estabelecer sistemas de defesa dos portos e fundeadouros das áreas críticas, contra:
 - 1 — incursões submarinas inimigas ou de pessoal de demolição submarina;
 - 2 — incursões de superfície inimigas dissimuladas; e
 - 3 — sabotagem por navios de superfície na entrada e saída de portos e fundeadouros.

A par de sua importância (4), a missão é, pelo menos, bastante ambiciosa para uma Fôrça cujos meios são modestos, face aos nossos mais de 8.000 km de costas (5). Por isso mesmo, a Fôrça é, antes de tudo, uma escola; escola que ministra quatro matérias: Minagem, Varredura, Defesa de Pôrto e... Brasilidade. Para uma nação como a nossa, potencialmente bilionária, mas que ainda não atingiu a maturidade econômica, há outro fator que ressalta a importância da Fôrça como escola: a campanha de minas é, acima de tudo, uma campanha científica. A mina de contato é fabricada a baixo preço, empregada em grandes quantidades, de fácil manutenção e utilização. Porém, outros tipos de minas surgiram. E cada tipo exigiu muito estudo para chegar-se a obter equipamentos e métodos eficazes para sua varredura e/ou destruição. Imersa na massa líquida, pode a mina — graças a dispositivos especiais — perceber variações de certas características do meio, provocadas pela passagem de um navio nas proximidades; assim, mesmo sem ser abalroada

pelo navio, a mina imola-se levando à destruição um alvo de custo muitas e muitas vezes maior do que o seu. Tais dispositivos empregados nas minas são, muitas vezes, verdadeiros cérebros eletrônicos, cujos planos são zelosamente guardados. Entre as características do meio líquido, que sofre variações que a tecnologia permite aproveitar, estão a temperatura, o magnetismo, a luminosidade, a radioatividade, as ondas sonoras e ultra-sonoras. Além de tudo, há minas que se dão ao luxo de contar o número de navios que navegam nas suas proximidades, mas que só explodem depois que um certo bom número deles já passou por elas. Outras há, que só são ativadas decorrido um certo tempo, a contar do seu lançamento. Há ainda minas que podem ser lançadas de um ponto mais distante e navegar até o local onde se deseja que elas permaneçam, não expondo a unidade lançadora a ser pressentida pelo inimigo. Finalmente, há minas combinadas, isto é, que são influenciadas por duas ou três dessas características. Por outro lado, as minas podem ser lançadas não só por navios mineiros, como também por submarinos, por certos tipos de aviões e, desde que feitas determinadas adaptações, por qualquer tipo de navios de superfície, inclusive embarcações miúdas. Tais fatos emprestam grande dificuldade à Operação de Varredura e, a par de gabarito científico elevado, exigem larga experiência e consomem bastante tempo. A Fábrica de Torpedos da Marinha está capacitada a construir alguns tipos de minas navais. O Brasil possui, dentro e fora da Marinha, cientistas, engenheiros e técnicos em eletrônica de alta capacidade. O Instituto de Pesquisas da Marinha, em ligação com outros órgãos similares, encontrará na Fôrça de Minagem e Varredura uma fonte de informações, uma equipe capacitada a testar seus experimentos, um núcleo capaz de instruir homens para uma rápida expansão da própria Fôrça.

OS INSTRUMENTOS DA FÔRÇA

Nossos Navios-Varredores (NV) são do tipo costeiro. Fôram-nos fornecidos através do tratado de assistência militar que o Brasil e os Estados Unidos da América mantêm. Foram projetados para neutralizar minas existentes numa área marítima razoavelmente próxima deles mesmos. A neutralização das minas consiste em removê-las por processo mecânico, destruindo-as a seguir e/ou provocando sua detonação, em virtude da criação — à custa de meios artificiais — das mesmas condições que vigorariam durante a passagem de um navio. Assim, um Varredor é capaz de produzir ruídos, modificar a pressão e alterar o campo magnético. Além disso, a construção de um Varredor é projetada consoante especiais precauções, visando reduzir o risco de sua própria destruição por certos tipos de minas. Os NV são navios de casco de madeira, propulsão diesel, apenas 300 toneladas de deslocamento e pequeno calado. Proporcionalmente ao seu tamanho, são os navios que maior número de equipamentos especiais possuem. Além dos equipamentos específicos de varredura, dispõem de radar, ecobatímetro, radiogoniômetro, degaussing (6) e outros. Sendo seu forte a varredura, seu armamento é restrito a

dois reparos duplos de metralhadoras Oerlikon de 20 mm, cuja finalidade primeira é a destruição de minas à deriva (1.c). Sua tripulação é de 4 oficiais e 33 praças, sendo seu Comando conferido a Capitães-Tenentes.

Nossos *Navios-Patrolha* (NPa) foram inicialmente Caças-Submarinos e posteriormente convertidos em NPa. O fato de terem sido Caças e de serem os menores navios de guerra de nossa Esquadra granjeou-lhes uma alcunha simpática e carinhosa — “Cacinha” — que até hoje persiste, apesar da conversão. Originariamente seis, estão em serviço ativo apenas três; todos construídos no Brasil. Dois deles, o Piranha e o Piraquê, lançados ao mar em 1947, nos estaleiros da Companhia Nacional de Navegação Costeira, são justamente os que desde 10 Abr 1962 estão incorporados à Fôrça de Minagem e Varredura. Navios de grande flexibilidade de emprêgo, são os NPa capacitados a cumprir um grande número de missões. Entre elas, podemos apontar: minagem, varredura pre.iminar acústica, destruição de minas mecânicas varridas e postas à deriva, recuperação de minas utilizadas em exercícios, patrulha de entrada de pôrto, inspeção — e outras inúmeras missões subsidiárias. Uma vez integrados na Fôrça de Minagem e Varredura, duas são suas missões precípua: Minagem e Patrulha de entrada e saída de pôrto. Não é a mina a única arma de um NPa, nem foi concebido especificamente para Operações de Minagem. Além de poder receber um razoável número de m.nas, essa classe de belonaves é dotada ainda de três metralhadoras Oerlikon de 20 mm e um canhão de 76 mm / 23 calibres. Estão ainda montadas a bordo calhas de lançamento de bombas de profundidade. Em caso de necessidade, os NPa poderão receber sonar e lança-bombas-granadas (LBG), readquirindo, então, características de navio anti-submarino.

UM NAVIO

No NPa “Piraquê” (fig. III), belonave que o autor tem a honra de comandar, nenhuma das armas de sua dotação é desprezada; todavia, a posse de minas e o adestramento em seu lançamento é motivo de orgulho. Cômico da utilidade de seus serviços, a maruja do Piraquê não regateia trabalho. Vinte e nove praças, sendo 85% especializados, formam uma guarnição onde predominam os nordestinos (48%). Há homens de quase todos os Estados, inclusive dos centrais. Minas Gerais — berço do sentimento nativista em 1789 e ponta de lança da Revolução Vitoriosa de 1964 — está representado a bordo por 10% de sua própria tripulação. (*) Muito embora tenha sua base de apoio na Guanabara, os cariocas perfazem apenas 10% da guarnição. Num modesto NPa sente-se uma verdade que está presente em toda a Marinha de Guerra: empolga-nos a unidade federal — cujo fruto é o poder nacional — já que, oriundos de tão distantes rincões, só uma sacrossanta palavra nos pode unir — BRASIL.

Além dos motores de propulsão, conta também um NPa com motores e geradores destinados ao fornecimento de energia elétrica. Tal energia

(*) N. da R.: Inclusive o Autor!

não é necessária apenas para iluminação; bombas de esgoto e sanitário, radar, radiogoniômetro (1.d), transmissores e receptores da estação rádio, motores do sistema de ventilação, do guincho, da máquina de suspender, da rede de incêndio, da frigorífica, e as resistências do fogão, são exemplos da carga que os geradores suportam. Para a operação e a manutenção de todos esses equipamentos há, indiscutivelmente, necessidade de técnicos; esta a razão pela qual a porcentagem de praças especializados é tão elevada. Há a bordo homens com experiência nos seguintes ramos: telegrafia, eletricidade, eletrônica, motores, sinais, torpedos, minas e bombas, artilharia (7), escafandria, radar, enfermagem, sonar e manobras. Há ainda praças com cursos de manutenção de bombas, combate a incêndio, controle de avarias, operador de fonia, etc. Não basta a ninguém ter estudado, um dia, algum assunto; é mister manter-se atualizado com as mais recentes técnicas e/ou corrigir os vícios que, pouco a pouco, se podem estabelecer. Assim é que praças e até oficiais, de quando em quando, assistem a um curso expedito, para atualização ou para adquirir conhecimentos novos. Exatamente no período em que este despretenso artigo está sendo escrito, 17% da guarnição está afastado de bordo, para melhorar seu padrão técnico. Tal fato é uma rotina; e não é exclusiva do Piraquê: é voga na Esquadra.

PALAVRAS FINAIS

Tanto para a Operação de Varredura quanto para a de Demarcação de Canal Varrido ou de Minagem Controlada, há necessidade de grande precisão de navegação e de correta manutenção, pelos navios, de seus postos na formatura. Particularmente na Varredura, uma falha poderia dar lugar a "holidays" (8), que por sua vez poderiam acarretar, por exemplo, o afundamento de um petroleiro da classe do Presidente Dutra, que cândidamente navegasse no Canal Varrido. Considerando que a Varredura, pelo comum, é uma operação em conjunto de vários Varredores dispostos em formaturas adequadas aos diferentes tipos específicos de varreduras, compreendemos quão vital é o contínuo adestramento dos navios em manobras conjuntas.

A resposta que se dá a um Campo Minado, basicamente, repousa no conceito de Defesa de Porto e nas Operações de Varredura. E essa resposta é, sem dúvida, um trabalho árduo, perigoso e razoavelmente demorado. Para obtermos, rapidamente, uma idéia das dificuldades, do enorme esforço e do alto custo que uma nação tem que pagar para manter seus portos abertos, a despeito da ameaça das minas inimigas, basta lembrarmos-nos das seguintes palavras proferidas, na Câmara dos Comuns, em 1941, por Sir Winston Churchill: "Nós não ouvimos falar muito sobre isso" — referindo-se ao lançamento maciço de minas por parte dos alemães — "porque 20.000 homens e 1.000 navios trabalham incessantemente, com uma quantidade de aparelhos estranhos e variados, para limpar os portos e canais, todas as manhãs, dos depósitos mortais postos à noite."

NOTAS

1 — Glossário

- (a) *Quintante* — Instrumento ótico que mede ângulos verticais e/ou horizontais, entre dois pontos, considerando o olho observador como vértice.
- (b) *Estaciógrafo* — Instrumento náutico que se destina a determinar a posição geográfica do navio, no instante de uma observação, partindo de dois ângulos, que têm um lado comum, medidos, por meio de outro instrumento, entre três pontos de terra.
- (c) *Mina à deriva* — É uma mina deslocando-se livremente, na superfície das águas ou submersa, sob a influência das correntes marítimas e dos ventos.
- (d) *Radiogoniômetro* — Aparelho receptor de ondas eletromagnéticas, que permite determinar a direção e o sentido em que se encontra o posto transmissor que as emite. Os navegadores, recebendo transmissões de radiofaróis, podem determinar, até mesmo, sua posição geográfica.

2 — O ponto de vista da Marinha americana era contrário ao assalto anfíbio. Baseava-se em que a varredura em Wonsan seria demorada e que o tempo exigiria efetuar o desembarque com perdas acima das normalmente esperadas, enquanto as tropas terrestres, que estavam na ofensiva, poderiam atingir e tomar Wonsan sem perdas excessivas. Mac Arthur deu ordens para a varredura de um canal de acesso, mas não marcou o dia D da invasão pelo mar. Uma divisão do exército coreano, aliado dos americanos, ocupou Wonsan antes que o canal varrido fôsse estabelecido.

3 — Uma vez descoberta a existência de um campo minado, os Navios Varredores percorrerão a área minada neutralizando um corredor, no campo. De acôrdo com o número de NV, as necessidades da operação futura e o tempo disponível, tal corredor poderá ser mais largo ou não. Chama-se Canal varrido êsse corredor neutralizado.

4 — Apenas em virtude de minas lançadas pelos ingleses, 1047 navios foram afundados e 541 avariados, durante a Segunda Guerra Mundial. Nada fala mais da importância, do que êstes dados.

5 — Considerando varredores oceânicos, costeiros e de pôrto, caça-minas e embarcações de varredura, eis os totais de algumas nações:

Argentina	8	Japão	49
Noruega	15	Itália	94
Grécia	19	França	114
Iugoslávia	28	Grã-Bretanha	188
Turquia	29	EEUU	237
Suécia	48	URSS	800

- 6 — O degaussing consiste, simplsticamente, num gerador de corrente contínua que alimenta solenóides, sendo o sistema tècnicamente calculado para anular o magnetismo do navio, o qual apresentará, então, menor risco de provocar explosões de minas magnéticas.
- 7 — A especialidade de Armamento é exclusiva dos oficiais. O pessoal subalterno do Corpo da Armada, que executa a manutenção do armamento de bordo, terá a especialização de artilharia, ou de direção de tiro, ou ainda de torpedos, minas e bombas. Taifeiros e marinheiros não especializados completam as guarnições de metralhadoras e canhões.
- 8 — Um NV rebocando seu cabo de varredura estabelece um estreito Canal Varrido, num Campo Minado. Um segundo NV, navegando a seu lado, fará o mesmo. Para que entre os dois estreitos canais não permaneça nenhuma área que não haja sido neutralizada, é necessário que as posições relativas dos NV permitam manter certa superposição das áreas que cada um varre. Havendo falhas na manutenção dos postos, poderão restar, no interior do Canal Varrido, pequenas áreas não neutralizadas, às quais chamamos "holidays".

BIBLIOGRAFIA

BERNARD BRODIE — Guia de Estratégia Naval

CAGLE E MANSON — The Sea War in Korea — Jane's Fighting Ships (1960-61)

TEN-CEL JONAS CORREIA NETO — "Aspectos da Guerra Revolucionária" — (Mensário de Cultura Militar — JAN/OUT 65)

ALMIRANTE LEPOTIER — "Perspectiva Inquietante da Guerra Científica" — (La Revue Maritime — 1961 — n. 131)



NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

GUERRA E PAZ

DAIMO HONAISSER
Capitão-de-Corveta (FN)

Como determinar os conjuntos de forças atuantes no Mundo?

— Segundo seus Tratados de defesa e de apoio mútuo? Em obediência aos níveis econômico-sociais? Ou em função do estado de independência política?

Não é possível a representação, em um único plano, das forças presentes no Mundo. Cada Nação adota uma Política Externa e, conseqüentemente, seus Tratados, Pactos e Acórdos, visando à obtenção, no tempo e no espaço, de seus legítimos interesses. Nações com as mesmas condições econômicas e igual situação política realizam Políticas Externas antagônicas; por outro lado, países de diferentes condições econômicas e também políticas praticam, no plano internacional, Políticas Externas semelhantes. (V. Mapa n. 1)

Vê-se, portanto, que diferentes fatores — geográfico, cultural, étnico, histórico e estratégico — preponderam, segundo a época e o local.

Assim, no plano dos Tratados (ver Apêndice), as forças de Guerra e de Paz estão conjugadas em 3 (três) grandes grupos:

Grupo Ocidental — compreendendo tôdas as nações signatárias dos Tratados do Atlântico Norte (OTAN), do Rio de Janeiro (OEA), do Sudeste Asiático (OTASE), do Central (CENTO) e os países da Ásia e da África pertencentes às Comunidades Britânica e Francesa.

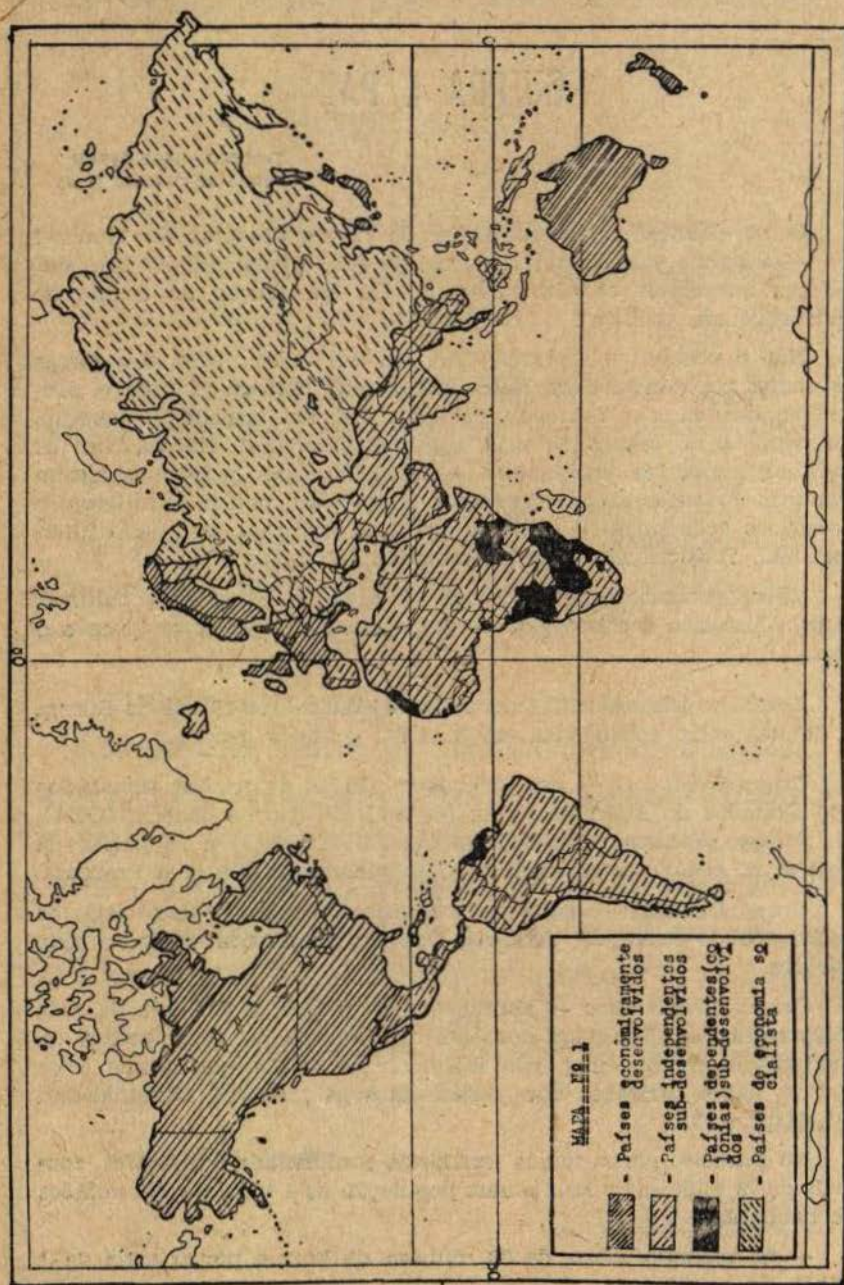
Grupo Oriental — incluindo a Rússia Soviética, a Iugoslávia, os assinantes do Pacto de Varsóvia, Cuba, a China continental e seus adeptos.

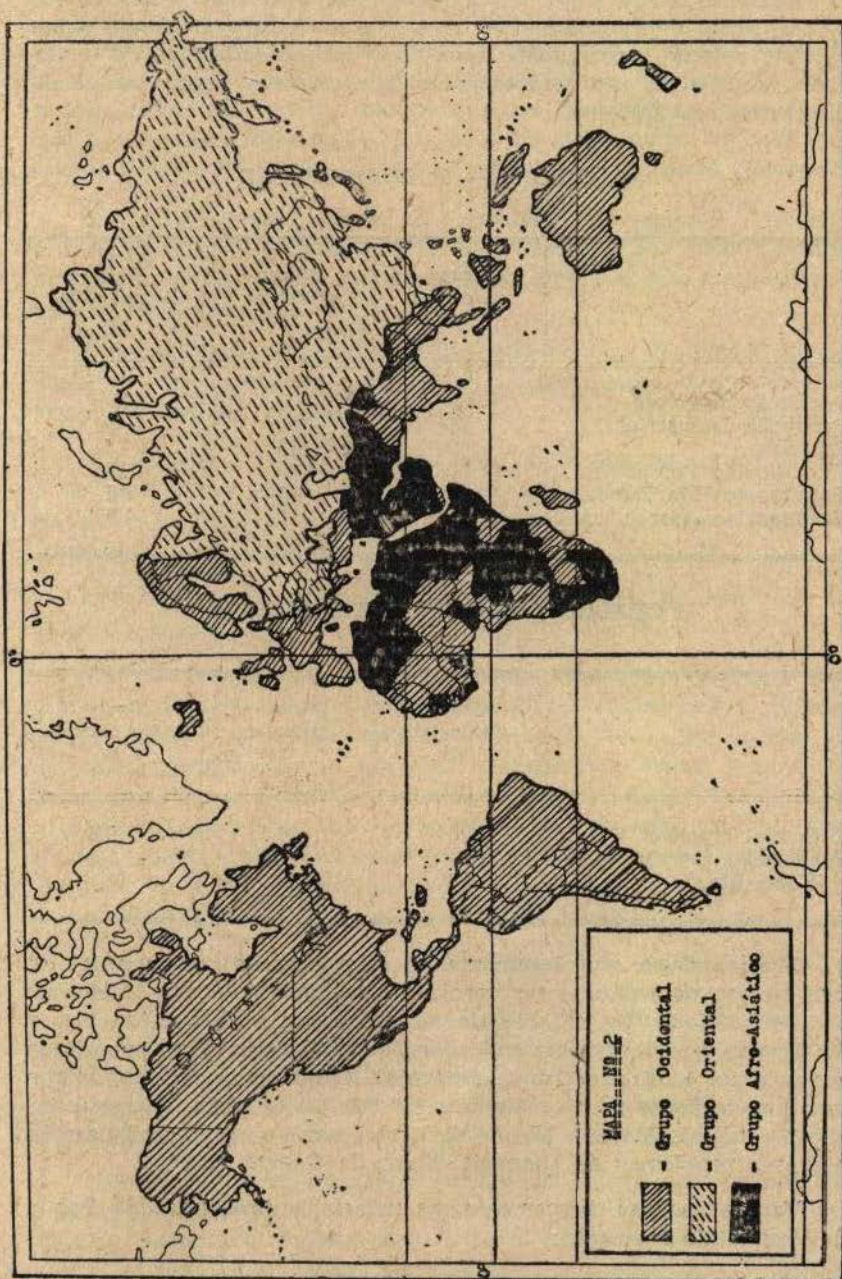
Grupo Afro-Asiático — abrangendo os países da África e da Ásia integrantes da LEA (Liga dos Estados Árabes), os participantes da Conferência de Bandung, não incluindo os dos grupos acima e os demais países africanos não pertencentes às referidas Comunidades. (V. Mapa n. 2)

No primeiro grupo temos territórios continentais e insulares, com mais de 73 milhões de km² e uma população de 1 bilhão e 760 milhões de habitantes;

— no segundo, cerca de 36 milhões de km² e pouco mais de 1 bilhão de habitantes;

— no terceiro, cerca de 23 milhões de km² e apenas 238 milhões de habitantes.





Ressalta, inicialmente, a preponderância dos dados quantitativos — territorial e populacional — que possui o Grupo Ocidental sobre os dois outros; cresce ainda mais essa desigualdade, quando os fatores qualitativos são confrontados. Os quadros a seguir parece esclarecerem-nos bastante.

QUADRO A — FORÇAS DE PAZ

	Grupo Ocidental %	Grupo Oriental %	Grupo Afro-Asiático %
Produção Agrícola	50	30	20
Produção Industrial	65	30	5
Finanças	80	15	5
Transportes Terrestres ..	75	15	10
Transportes Marítimos ..	80	15	5
Transportes Aéreos	85	10	5

QUADRO B — FORÇAS DE GUERRA

	Grupo Ocidental %	Grupo Oriental %	Grupo Afro-Asiático %
Potencial Nuclear	75	24,5	0,5
Potencial Convencional (Terr. Marít. Aér.) ..	60	30	10

Observando-se, atenciosamente, as diferenças de valores entre os três grupos, nota-se uma surpreendente realidade: o Grupo Ocidental, com 1 bilhão e 760 milhões de almas, possui recursos (de Paz e de Guerra) que podem ser avaliados de três a cinco vezes superiores aos recursos totais dos Grupos Oriental e Afro-Asiático, integrados por uma população de pouco mais de 1.300.000.000 de seres. Apesar dessa enorme superioridade, o Mundo Ocidental tem de enfrentar inúmeros e graves problemas na chamada "Fase da Guerra Fria".

Vamos analisar, brevemente, os principais problemas de Paz e de Guerra do momento:

1º) Os três grupos em exame apresentam em comum sérias dissenções, atritos e conflitos por motivos ideológicos, religiosos, étnicos, econômicos e políticos.

Os casos do conflito ideológico russo-chinês; do comportamento da França na OTAN; da sovietação de Cuba no Hemisfério Americano; das intermináveis lutas civis na África e no Sudeste Asiático; o conflito Sírio-Indiano e o Indiano-Paquistanês, a rebelião em S. Domingos constituem tristes exemplos e nos demonstram, claramente, que a Sociedade Humana — em todos os continentes, em todas as classes e camadas sociais — está se conduzindo em plena desordem.

2º) Cerca de 500 milhões de habitantes, dos segundo e terceiro grupos, pertencem à liderança política de Moscou, em virtude de um nível de desenvolvimento econômico-social notavelmente mais elevado que os restantes.

A causa mais profunda do chamado conflito ideológico russo-chines e precisamente a inconciliável vida econômica dos povos que Moscou e Pequim representam.

3º) BERLIM — legítima capital da Alemanha, pátria de Goethe e de Kant — foi despoçada em maio de 1945 e continua (depois de quase 20 anos) a carregar a pesadíssima cruz da sua implexiosa "uepacie".

Nos Mapas 3 e 4, pode-se comparar a situação da Alemanha de 1930 com a atual.

4º) Não obstante a existência desses dramáticos atos para precipitar a humanidade no tão discutido conflito generalizado; apesar do permanente aperfeiçoamento dos meios de destruição; apesar de um clima psicológico de angústia e terror em vastas regiões do Planeta; — apesar destas apavorantes realidades, os homens responsáveis pelos destinos da humanidade tem tido bastante lucidez. Essa lucidez, aliada a um alto senso de responsabilidade dos líderes das Grandes Potências, conseguiu evitar a catástrofe. Até quando será isso possível?

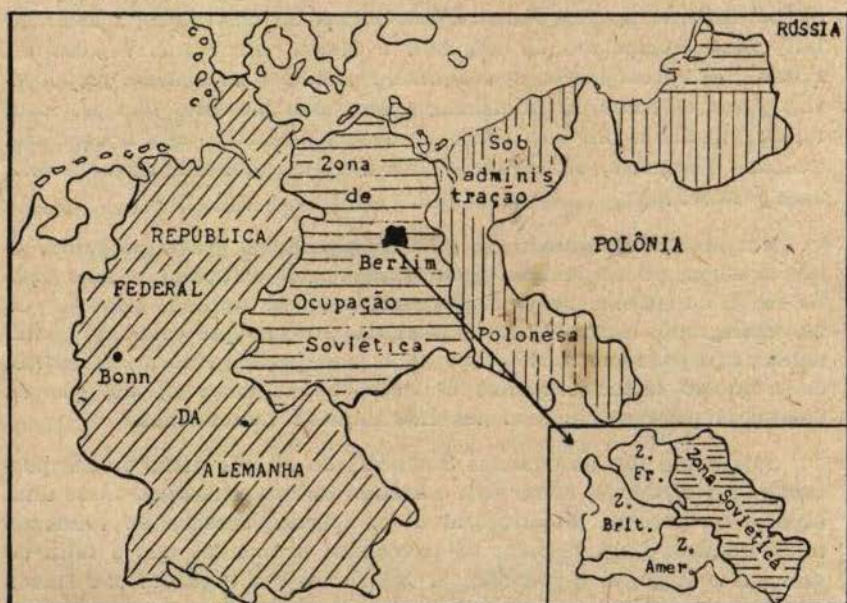
Ninguém terá autoridade para responder à grave pergunta. O que é certo, porém, é que assim como estão distribuídas as forças de Paz e de Guerra, um conflito geral não tem muitas "chances" de ser anagado. Mas o quadro atual das forças, que estamos examinando, não pode ser considerado de caráter permanente ou definitivo. O progresso técnico-científico e de tal forma desenvolvido, que as condições presentes podem ser radicalmente modificadas.

Seja como for, as Grandes Potências do Mundo estão se comportando objetivamente, como se a chamada Guerra Fria atual fosse uma espécie de período preparatório e de aperfeiçoamento de todos os meios idôneos para resolver os tremendos problemas que a falta de visão, a demagogia, a prepotência dos fortes e a covardia dos fracos acumularam nos últimos cinquenta anos.

MAPA Nº 3 - - - ALEMANHA DE 1930



MAPA Nº 4 - - - ALEMANHA ATUAL



APÊNDICE

OTAN — 1949: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega e Portugal; 1951: Grécia e Turquia; 1955: Alemanha Ocidental.

OEA — 1949: Todos os países das Américas (excluindo Cuba).

OTASE — 1954: Austrália, Estados Unidos, França, Filipinas, Inglaterra, Nova Zelândia, Paquistão e Tailândia; mais tarde: Birmânia, Cambodja, Coreia do Sul, Federação Malaia, Indonésia, Japão, Laos, Vietnam do Sul e Formosa.

LEA — 1945: Arábia Saudita, Egito, Iêmen, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria; mais tarde: Argélia, Kuwait, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia.

CENTO — Iniciado em 1955 e concluído em 1959. Integrantes: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Turquia, Iraque, Paquistão e Irã.

PACTO DE VARSÓVIA — 1955: Albânia, Alemanha Oriental, Hungria, Polónia, Romênia, Rússia e Tcheco-Eslováquia.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG — 1954: África (Egito, Etiópia, Gana, Líbia, Libéria e Sudão); Ásia (Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Turquia, Síria, Arábia, Iêmen, China, Japão, Laos, Cambodja, Tailândia, Vietnam do Norte e do Sul, Filipinas, Nepal e Afeganistão).

OBS.: Trabalho elaborado antes da Independência da Guiana Inglesa (26-5-1966), e da visita de De Gaulle a Moscou (Jun 66).



MAIOR UNIÃO ENTRE CIVIS E MILITARES

O Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército (GBOEx), tradicional sociedade de beneficência de nosso país — que, desde sua fundação, a 24 de maio de 1918, somente concedia a militares os benefícios de seu avançado programa de previdência e assistência social, — a partir de setembro de 1965, segundo decisão de sua Assembléia Geral, passou a receber, também, em seu quadro social, indistintamente, quantos vivem no Brasil.

Depois de quase meio século de exclusiva vinculação com a área militar, o GBOEx resolveu aprovar um plano universal, não apenas pelo fato de, estando o pecúlio diretamente relacionado com a receita, a elevação do número de associados aumentar a gama de benefícios para todo o conjunto, mas ainda porque a abertura do quadro torna possível o amparo a todas as classes, dando que lhes permite o ingresso numa entidade que, sem dúvida, é a maior instituição, no gênero, existente no Brasil.

QUADRO SOCIAL DO GBOEx

O quadro social do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, atualmente, é de mais de setenta e cinco mil associados, quase todos militares, especialmente do Exército, mas também com vastos contingentes da Marinha e Aeronáutica, bem como Polícias Militares dos Estados.

Inicialmente, o GBOEx ficou adstrito aos elementos reformados e da reserva do Exército. Mais tarde, o privilégio foi facultado a todo o Exército, depois do que foram admitidos os membros da Marinha e da Aeronáutica. Em fase posterior, chegou a vez das Polícias Militares, e por último, o quadro social foi colocado ao alcance de todo o cidadão que, pela origem ou por certo grau de parentesco, tivesse vinculação militar. Descortinava-se, assim, pela proteção GBOEx, a todos esses componentes do setor militar de nossa população, horizonte tranqüilo no porvir.

PECÚLIO INTEGRAL

Trata-se de plano que prescreve dois tipos de pecúlio (importância paga por morte), através de dois grupos. No primeiro, denominado Grupo-Base (P/GB), o associado paga o prêmio de seis mil cruzeiros para legar aos beneficiários pecúlio de dez milhões de cruzeiros. Já no segundo, Grupo-Duplo (P/GD), o prêmio é de onze mil cruzeiros e o pecúlio de vinte milhões de cruzeiros.

Em ambos os casos, incluídos naqueles mesmos prêmios, há o acréscimo de cinco milhões de cruzeiros para os óbitos determinados por acidentes e mais: seguro-família, seguro-acidente, auxílio-doença, assistência médica, dentária e de laboratório, plano habitacional e recebimento imediato dos pecúlios e seguros, bem como processamento da habilitação às pensões.

Seguro-família é a importância paga a título de auxílio funeral (4 por cento do pecúlio) por morte do cônjuge, de filhos maiores de quatro ou menores de dezoito anos, ou, se estudantes, até vinte e quatro anos.

Seguro-acidente é a importância paga aos beneficiários, por morte provocada por acidente, ou ao próprio associado, por invalidez ou para despesas médico-hospitalares.

Auxílio-doença é um adiantamento que se faz ao associado, sob a forma de empréstimo, no valor de até 1/10 do pecúlio.

INGRESSO

Hoje, quem quer que viva sob o céu do Brasil e seja cidadão honrado, com menos de cinquenta e quatro anos, pode ingressar no GBOEx. Com menos de vinte e nove anos, fica isento da jóia, que é de trinta a quarenta mil cruzeiros até os trinta e quatro anos, subindo gradativamente até a idade máxima de cinquenta e quatro anos. Essa jóia, praticamente insignificante, se deve ao elevado número de associados do Grêmio, fato esse que se reflete, ainda, nos prazos de carência. Já a partir do terceiro mês de pagamento das mensalidades, o associado está resguardar por 45 por cento do valor do pecúlio e pelo valor completo do seguro-acidente. O pagamento do valor do pecúlio vai crescendo, até o quarto ano, quando passa a ser integral.

OUTROS SERVIÇOS

O GBOEx não descuida dos seus associados. Em Pôrto Alegre, no interior do Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio e no Recife, mantém convênios de atendimento com médicos, dentistas, hospitais, laboratórios e centros de medicina especializada. Na sua sede, em Pôrto Alegre, e no Estado da Guanabara, dá atendimento direto em vários ramos de clínica médica e odontológica, gratuitamente, ou mediante indenização, apenas, do custo do material.

Dispõe, ainda, na sua sede, de excelente laboratório de análises clínicas e está em vias de inaugurar uma grande drogaria e farmácia. Com referência ao plano habitacional, além dos prédios componentes de seu patrimônio imobiliário, que abrigam mais de trezentas famílias, adquiriu o Grêmio áreas nas avenidas Assis Brasil, Ganzo e Praia de Belas e na rua Felipe de Oliveira, em Pôrto Alegre, para a realização de um plano piloto da casa própria. Esse plano habitacional está sendo estudado para ser promovido em toda a Nação.

QUEM O DIRIGE

Por força dos seus estatutos, o Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército é, sempre, dirigido por Oficiais da Ativa, da Reserva de 1ª Classe, Reformados e Honorários, Aspirante a Oficial da Ativa ou da Reserva de 1ª Classe, todos do Exército Brasileiro. Ainda pelos estatutos, é dirigido por um Conselho Deliberativo, um Conselho Executivo e um Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo, eleito pela maioria dos associados, tem trinta membros efetivos e trinta suplentes.

O Conselho Executivo, eleito pelo Conselho Deliberativo, tem um Diretor-Presidente; um Diretor-Vice-Presidente; um Diretor-Secretário; um Diretor de Previdência e Assistência Social e um Diretor de Finanças.

O Conselho Fiscal, eleito pelo Conselho Deliberativo, tem três membros efetivos e três suplentes. Como instituição essencialmente democrática, a Assembléia Geral do GBOEx é seu órgão soberano.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

As grandes decisões do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército têm sido emanadas, através dos anos, da alta sabedoria do seu Conselho Deliberativo que, no momento, como Presidente, Vice-Presidente e Secretário tem as figuras prestigiosas do Marechal Coriolano de Andrade, General Professor Eduardo Martins Müller e General Professor Antônio da Rocha Almeida.

Atualmente, o Conselho Executivo está assim constituído:

Diretor-Presidente — General Professor Telino Chagastelles;

Diretor Vice-Presidente — General Professor Julio de Castilhos Cachapuz de Medeiros;

Diretor-Secretário — General Professor Adroaldo Argeu Alves;

Diretor de Previdência e Assistência Social — Coronel Mário Calvet Fagundes;

Diretor de Finanças — Tenente-Coronel Professor Eduardo Emílio Maurell Müller.

É a seguinte a composição do Conselho Fiscal: General Oscar Furtado de Azambuja, General José Frederico de Mesquita e General Odacir Luiz Timm.

SEDE

Embora a sede do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército esteja localizada em Porto Alegre (na Rua dos Andradas, 904), possui sucursal no Rio de Janeiro, à Avenida Rio Branco, 37, 11º andar, e agentes em quase todos os pontos do país, principalmente nas localidades onde haja unidades militares.

INTERCÂMBIO DE PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

De países amigos:

- "TAM" (Terre — Air — Mer) — Paris (França) — Ns. 87, 88, 89, de Abr e Mai 66.
- "Révue de Défense Nationale" — Paris (França) — 22º ano — Abr e Mai 66.
- "A França em Revista" — Boletins ns. F-500 a 511, de 66 (Serviço de Informação e Imprensa da Embaixada da França).
- "Ejército" — Madri (Espanha) — Ns. 314 e 315, de Mar e Abr 66.
- "Guión" — Madri (Espanha) — Ns. 286 e 287, de Mar e Abr 66.
- "Rivista Militare" — Roma (Itália) — Ns. 3 e 4, de Mar e Abr 66.
- "Memorial del Ejército de Chile" — Santiago do Chile — Ns. 327 e 328, Out a Dez 65.
- "Armas y Servicios" (Revista del Suboficial) — Santiago do Chile — N. 44, Nov/Dez 65.
- "Military Review" (edição brasileira) — Fort Leavenworth (EEUU) — Ns. 3 e 4, de Mar e Abr 66, e índice de 65.
- "El Caballo" — Buenos Aires (Argentina) — Mar e Mai 66.
- "Revista Militar" — Lisboa (Portugal) — Ns. 2-3 (Fev-Mar) e 4 (Abr 66).
- "Jornal do Exército" — Lisboa (Portugal) — Fev e Mar 66.

Nacionais:

- "Revista Militar Brasileira" — N. 1, Jan a Mar 66.
- "Revista Marítima Brasileira" — Ns. 1 a 3, de Jan a Mar 66.
- "Boletim do Clube Naval" — N. 185, de 66.
- "Subsídios para a História Marítima do Brasil" — Vol. XXI, de 1965, Comemorativo do Centenario de Riachuelo.
- "Carta Mensal" — CNC, SESC — N. 130/131, de Jan/Fev 66.
- "Revista de Intendência do Exército Brasileiro" — Mai a Agô 1962.
- "Revista da Es Com" — N. 4, Ano I, Jul/Set 65.
- "Digesto Econômico" (Associação Comercial de São Paulo) — N. 188, de Mar/Abr 66.

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

• • •

CARTA A UM SOLDADO

JULIA LOPES DE ALMEIDA

Ao meu filho!

Faço justiça ao teu caráter e ao teu coração de pensar que não são necessários, nesta hora grave e solene, os conselhos de tua mãe. Até há dias, tu eras um brasileiro apenas.

Hoje és um "soldado brasileiro". Perante Deus, que lê na minha alma e conhece minhas ações, posso erguer a minha humilde cabeça, convicta de que cumpri o meu dever de brasileira, criando-te, educando-te em condições de fazer de ti um patriota. *Esse amor que deves à tua Pátria, meu filho, deve ser, tem de ser semelhante, na capacidade de sacrificio e de abnegação, ao amor que tenho por ti.*

O amor patriótico só é comparável ao amor maternal. Cada fraca mulher está pronta a dar a vida pelo seu filho como cada homem deve estar sempre preparado para dar a vida pela sua Pátria. A nenhum outro amor ele pode comparar-se, porque todos os amôres estão na dependência da inconstância, do capricho, do prazer, do ciúme e do interesse, e o amor da Pátria não conhece restrições, não admite fadiga e se sobrepõe a todas as considerações do egoísmo e dos baixos instintos humanos.

Ama a tua Pátria sobre todas as coisas, pois que nada serias mais do que um pária, se a Pátria não fizesse de ti um cidadão, se ela não te houvesse concedido, na comunidade humana, o nobre direito de ser alguém sobre a terra e se não tivesse te dado a família imensa e poderosa dos teus concidadãos.

Ser meu filho é ter, apenas, uma pequena família, limitada pelos laços de sangue.

Ser brasileiro é ter uma família de 40 milhões de irmãos, solidários no mesmo dever imprescritível, beneficiários das mesmas glórias, associados no mesmo destino.

A tua mocidade e o teu nascimento fizeram de ti um soldado brasileiro. *Eu, que sou tua mãe, que te criei e te defendi, coloco-me, hoje, sob a tua proteção, abrigo-me à tua força e considero-me sob a tua defesa.*

A honra de nossa Pátria é também a honra de tua mãe. Não hesito em crer que tu saberás, em qualquer campo, defendê-la de qualquer ameaça, e vingá-la de qualquer ofensa.

Olho hoje para ti, com outros olhos. Esqueço que te vi, pequenino e frágil no meu regaço, que te embalei nos meus braços e que te protegi com o meu amor.

Vejo em ti, apenas, um homem: uma força ativa e consciente, uma energia resoluta — um “soldado”.

O quartel é hoje o teu lar. A tua mãe é hoje a tua Pátria.

Para ser um digno soldado, não basta, porém, que a tua coragem e a tua dedicação estejam, incondicionalmente, ao serviço do meu querido Brasil, que foi o nosso berço e que, espero em Deus, abrigará os nossos restos mortais, para serem dissolvidos e integrados na beleza da terra brasileira.

Não, meu filho. Não basta a coragem, não basta o amor. *É preciso, também, que, sendo um soldado, tu tenhas o culto apaixonado da honra, a consciência imaculada e que professes a religião varonil do cavalheirismo.*

É necessário que te estimes a ti próprio, que a tua alma limpa tenha a beleza das almas dos paladinos. Quanto mais honrada fôr a mão que empunha a espada, tanto mais forte e invencível ela será. Sê leal e generoso, embora enérgico e inflexível.

Não abuses da tua força contra os fracos.

Não desampares nunca a inocência. Assim serás o digno soldado de uma Pátria magnânima, que nunca foi à guerra senão para desafrontar a sua dignidade.

Uma Pátria honrada precisa que a honra dos seus soldados seja inatacável e antes eu quisera ver-te morto do que manchado com uma ação indigna, de que eu tivesse de corar, a tua farda de soldado. *Ela deve revestir a tua honra imaculada, como o vestido de noiva de tua mãe revestia a honra da sua mocidade.*

O que eu te digo estarão a dizê-lo comigo, embora por outras palavras mais simples e mais belas, tôdas as mães brasileiras aos seus filhos, nesta hora em que o Brasil nos reclama a dádiva mais que tôdas sagrada, que nenhuma pode recusar à sua Pátria e que de tão augusta majestade reveste a nossa maternidade. A mão com que te abençoação não treme ao indicar-te o caminho do dever e da honra.

O meu orgulho de patriota serve de bálsamo à minha dor de mãe. O quartel é hoje o teu lar. O Exército é hoje a tua família.

Praza a Deus que possas regressar brevemente aos meus braços, mas, seja qual fôr o prazo que o destino marque para a minha saudade, eu a sofrerei sem lastimar-me, confiante em que não voltarás para perto de mim sem haveres desafiado a tua Pátria.

Durante vinte anos, tu te curvaste reverente diante de mim, beijando a mão que te acariciou e guiou. Hoje sou eu que me inclino, respeitosa, diante de ti, porque tu és um "soldado brasileiro", porque tu representas uma partícula da Pátria, da sua coragem, da sua honra e da sua fôrça.

VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.



DIA DO ARTILHEIRO

10 DE JUNHO

Como homenagem ao Patrono da Arma de Artilharia — Marechal de Exército EMÍLIO LUIZ MALLET, Barão de Itapevi — A DEFESA NACIONAL apresenta o magnífico soneto de Luiz Carlos :

O CANHÃO

*Guardando uma expressão de austera indiferença
Por tudo que o circunda, atento no infinito,
Queda-se a meditar no destino maldito
Que prende a sua glória a uma tragédia imensa.*

*Não há poder algum que tão de vez convença.
Traz sempre a boca aberta, a sugerir um grito,
Deixando em tôda parte um pânico inaudito,
Sinistro nuncio, que é, da máxima sentença.*

*Mas resiste no pêso ao bélico transporte,
Na inversão do seu fim, como que por encanto,
Lembrando um condenado a rastos para a morte.*

*E parece, afinal, compenetrar-se tanto
Do seu delito atroz, que em repulsão mais forte,
Quando atira, recua, enchendo-se de espanto!*



Preço dêste exemplar
Cr\$ 200

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1966